



PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A- VELHA



**universidade
de aveiro**

DEP – Departamento de Educação e Psicologia
GETIN – Grupo de Estudos em Território e Inovação

Novembro, 2017

Elementos da equipa técnica da Universidade de Aveiro:

Rui Neves

João Lourenço Marques

António Neto Mendes

Eduardo Anselmo de Castro

José Manuel Martins

Jorge Adelino Costa

Rui Marques Vieira

Esperança Martins

Jan-Hendrik Wolf

Joana Duarte

Monique Borges

Susana Santos

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS	II
I INTRODUÇÃO	6
II ENQUADRAMENTO E QUADRO DE REFERÊNCIA	12
II.1 EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS EDUCATIVOS DE PLANEAMENTO	12
II.2 ORIENTAÇÕES SUPRAMUNICIPAIS	15
III SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO	21
III.1 CARATERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO	21
III.2 REDE EDUCATIVA E OFERTA FORMATIVA	25
III.3 DESEMPENHO ESCOLAR E DINÂMICAS EDUCATIVAS	29
III.4 ANÁLISE PROSPETIVA DA REDE DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES	32
IV ANÁLISE SWOT E VISÃO	37
IV.1 MATRIZ SWOT	37
IV.2 VISÃO EDUCATIVA PARA O MUNICÍPIO	44
V PLANO DE AÇÃO	47
V.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO	52
V.2 MONITORIZAÇÃO	65
V.3 GOVERNAÇÃO NO CONTEXTO DO PEEMAAV	69
VI ANEXOS	76
VI.1 ANEXO I: PEEM – PRINCÍPIOS ORIENTADORES	76
VI.2 ANEXO II: LISTAGEM DE REUNIÕES/ENTREVISTAS REALIZADAS	78
VI.3 ANEXO III: ORIENTAÇÕES SUPRALOCAIS – COMPLEMENTOS	80

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PEEM	8
FIGURA 2: ANÁLISE SWOT	38
FIGURA 3: VISÃO ESTRATÉGICA EDUCATIVA PARA O MUNICÍPIO	44
FIGURA 4: PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PEEM	45
FIGURA 5: PLANO DE AÇÃO	47
FIGURA 6: EIXOS DO PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA	48
FIGURA 7: PISTAS PARA A MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PEEMAAV	67
FIGURA 8: BASE DE RELAÇÕES DA POLÍTICA EDUCATIVA LOCAL	73
FIGURA 9: PISTAS PARA A GOVERNAÇÃO NO ÂMBITO DO PEEMAAV	74

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

AAAF – Atividades de Animação e de Apoio à Família
AAV – Albergaria-a-Velha
ADERAV – Assoc. para o Estudo e Defesa do Património Natural e Cultural da Região de Aveiro
AE – Agrupamento de Escolas
AEAAV – Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha
AEB – Agrupamento de Escolas da Branca
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
AHMA – Associação Humanitária Mão Amiga
AIDA – Assoc. Industrial Do Distrito De Aveiro
AJE Albergaria – Associação de Jovens Empreendedores de Albergaria-a-Velha
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
APPCDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência
ASE – Ação Social Escolar
ASIV – Assoc. Social para Idosos com Vida (S. João de Loure e Frossos)
ASSA – Associação de Solidariedade Social de Alquerubim
CAF – Componente de Apoio à Família
CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres
CE – Centro Escolar
CEF – Cursos de Educação e Formação
CEFP – Centro de Emprego e Formação Profissional
CEB – Ciclo do Ensino Básico
CCH – Cursos Científico-Humanísticos
CFAECAAV – Centro de Formação da Assoc. de Escola dos Concelhos de Aveiro e AAV
CIF – Classificação Interna Final
CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
CMAAV – Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
CME – Conselho Municipal de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
CLAS – Conselho Local de Ação Social
CQEP – Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional
CRER 2020 – Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente
CRI – Centro de Recursos para a Inclusão
DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar
DGE – Direção-Geral da Educação
DGEEC – Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência
DGES – Direção-Geral do Ensino Superior
DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DSR – Direções de Serviços Regionais
DSSE – Direção de Serviços de Segurança Escolar
EB – Escola Básica
EDGC – Equipa de Disciplina e Gestão de Conflitos
EDT – Estratégia de Desenvolvimento Territorial
EF – Educação e Formação
EFA – Educação e Formação de Adultos
ENEI – Estratégia Nacional de Especialização Inteligente
EPE – Educação Pré-Escolar
EPES – Equipas do Programa Escola Segura
ES – Escola Secundária
FSE – Fundo Social Europeu
FEIE – Fundos Estruturais e de Investimento Europeus
GAA – Gabinete de Apoio ao Aluno
GAP – Gabinete de Apoio Personalizado
GIP – Gabinete de Inserção Profissional
IAVE – Instituto de Avaliação Educativa
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGEC – Inspeção-Geral da Educação e Ciência
IGeFE, IP – Instituto de Gestão Financeira, I.P.
IERA – Incubadora de Empresas da Região de Aveiro
IES – Instituto de Empreendedorismo Social
IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISS – Instituto da Segurança Social
ITI – Investimentos Territoriais Integrados
JF – Juntas de Freguesia
JI – Jardim de Infância
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo
LP – Língua Portuguesa
JOBRA – Associação de Jovens da Branca
ME – Ministério de Educação
NEE – Necessidades Educativas Especiais
NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PAE – Programa Aproximar Educação
PAA – Projeto de Apoio ao Aluno
PDCT – Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PE – Projeto Educativo
PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento
PEEMAAV – Plano Estratégico Educativo Municipal de Albergaria-a-Velha
PESES – Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual

PDM – Plano Diretor Municipal
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
POR – Programa Operacional Regional
POCH – Programa Operacional do Capital Humano
PO SEURP – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos
PRAVE – Assoc. de Promoção de Albergaria-a-Velha
PROBRANCA – Assoc. para o Desenvolvimento Sociocultural da Branca
RIS3 – Estratégia de Especialização Inteligente
RSI – Rendimento Social de Inserção
RUTIS – Rede de Universidades Seniores
SAC – Serviço de Aprendizagem Criativa do Município de Albergaria-a-Velha
SEMA – Associação Empresarial - Sever do Vouga, Estarreja, Murtosa e Albergaria-a-Velha
SCIE – Sistema de Contas Integradas das Empresas
SPO – Serviço de Psicologia e Orientação
SWOT – *Strengths (S), Weaknesses (W), Opportunities (O) e Threats (T)*
TA – Taxa de Abandono
TD – Taxa de Desistência
TICE – Tecnologias da Informação, Comunicação e Eletrónica
UO – Unidades Orgânicas
UA – Universidade de Aveiro

INTRODUÇÃO



I INTRODUÇÃO

O Plano Estratégico Educativo Municipal de Albergaria-a-Velha (PEEMAAV) surge na sequência de uma aposta que tem sido feita por parte da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha na área da Educação e na qualificação do capital humano, tendo como intuito incrementar os níveis de escolarização da população, o sucesso nas aprendizagens e a melhoria na capacidade para responder aos novos desafios de um território crescentemente mais qualificado. Desta forma, neste Plano assume-se que a Educação não se esgota no período da escolaridade obrigatória ou nas instituições escolares, antes se expande a variados contextos educativos numa lógica de aprendizagem ao longo da vida.

A conceção do espaço da Educação na contemporaneidade merece ser alargado e tornar-se num conceito de expansão, inclusão e reflexão intencional de participação e ativação de comunidade(s). Deste modo, o Município de Albergaria-a-Velha assume um papel de responsabilidade e acompanhamento na construção do seu PEEM, que intenciona a melhoria objetiva dos resultados, o acesso a melhores ferramentas para um futuro empreendedor e socioeconomicamente estimulante e a partilha do território como forma de aprendizagem e globalização, entre outras formas de incrementar o conhecimento e o sucesso educativo.

Todo o processo de construção do PEEMAAV traduz uma vontade de trabalhar em comum nas soluções que melhor servem as populações direta ou indiretamente envolvidas. A elaboração de um documento desta natureza é forçosamente difícil, representando um exercício de compromisso e solidariedade. Sem descurar os seus interesses fundamentais, o município soube ter a abertura necessária para permitir a formulação de uma estratégia coerente que, no seu conjunto, pretende responder de forma equilibrada às preocupações de todos.

Pretendemos que o PEEMAAV seja um elemento polarizador em torno do qual se possam congregiar as escolas, as empresas, as instituições sociais, culturais e desportivas e a administração pública. Em suma, este plano, utilizando uma metodologia participativa e assente numa estratégia de afirmação da identidade do território educativo, assume-se como instrumento inspirador e dinamizador da ação educativa, na definição das políticas educativas locais.

Convictos de que qualquer plano em matéria de Educação deve estar sintonizado com os desafios locais e regionais, é pois fundamental que o processo de conceção, planeamento e monitorização do PEEMAAV reflita a pluralidade de vozes e olhares sobre a Educação, sendo crucial o envolvimento alargado das forças vivas do Município. Entendemos assim o PEEM como produto de um esforço empreendido na construção de uma visão coletiva do que pode e deve

ser o Município em matéria de Educação a médio prazo. Desta forma, neste processo existe uma preocupação em promover a apropriação por parte das entidades e dos agentes locais envolvidos, de uma dinâmica participativa. A sua mais-valia técnica, sustentada em análises documentais e estatísticas, procura incorporar e refletir as preocupações, as ideias e as vontades expressas nos momentos de discussão e de participação pública que tiveram lugar. Efetivamente, o envolvimento alargado das forças vivas do Município, e dos munícipes em geral, foi um aspeto crucial no desenvolvimento deste trabalho, tendo sido realizados vários momentos de discussão das prioridades que devem pautar a estratégia municipal. Trata-se de identificar as necessidades, interpretar os desafios e, à luz das possibilidades e das intenções locais, equacionar caminhos futuros capazes de marcar a diferença e afirmar o Município a nível regional e nacional.

O desenho do plano de ação tem como referência as áreas de intervenção e os objetivos estratégicos do Município, que decorrem da leitura integrada das potencialidades e debilidades socioeconómicas e territoriais. O quadro territorial e institucional desempenha, ainda, um papel central na seleção de prioridades. Este processo é baseado numa abordagem mobilizadora que procura assegurar consensos entre agentes públicos e privados a fim de garantir estabilidade e continuidade a longo prazo na implementação da estratégia acordada.

A construção do PEEMAAV emerge assim das necessidades sentidas e incentiva a construção de um cenário desejável para todos e com todos os albergarienses.

O processo de construção deste documento foi marcado pela participação ativa da comunidade, envolvendo a comunidade e os parceiros nesta construção. A metodologia adotada encara as pessoas como sujeitos e não como objetos de todo este processo.

A elaboração do PEEMAAV partiu de uma visão concetual onde as questões da participação e do envolvimento dos diferentes atores educativos no território foram consideradas fundamentais. O paradigma da participação pública entende-se como o envolvimento dos cidadãos, grupos e instituições que possam ser parte interessada em propostas, projetos e iniciativas com impacto na comunidade. Foi entendimento consensual da Equipa da UA e da CMAAV fazer da participação pública dos diferentes atores sociais uma estratégia mobilizadora de vontades e projetos. Um documento como o PEEMAAV será sempre um produto *sui generis* em função das características do território municipal, das visões dos atores sociais e das iniciativas e projetos de futuros educativos possíveis. Em função do exposto, a metodologia adotada para o PEEMAAV fez da participação e da audição da comunidade educativa a fonte de sustentação e de aprofundamento das suas linhas orientadoras, valorizando os conhecimentos, as experiências e

a identidade dos atores locais, não apenas numa lógica de audição, mas envolvendo todos na discussão, identificação e busca das melhores soluções para a Educação no território.

A construção do PEEMAAV constituiu-se como um processo de coparticipação, assente em dinâmicas de reflexão-ação, valorizador da comunicação e participação ativas, cujos resultados decorreram da interceção entre o conhecimento local e o conhecimento sustentado na investigação. Foi assim realizado um projeto de investigação-ação em função das necessidades sentidas, com o objetivo de construir um cenário desejável para todos, envolvendo sempre os parceiros.

PEEM – Princípios Orientadores

A construção e o desenvolvimento de um PEEM, como aquele que se inicia com este documento e que foi objeto de reflexão alargada entre a CMAAV e a Equipa da UA e demais parceiros locais, pressupõe a adesão a um conjunto de princípios que a Figura 1 ilustra: *Participação cidadã; Mobilização e implicação; Sustentabilidade; Transversalidade e integração; Prospetiva e inovação; Autonomia institucional; Liderança; Monitorização; Inacabamento*¹. “



FIGURA 1: PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE UM PEEM

¹ Para uma caracterização sintética destes princípios, ver Anexo I.

São estes princípios que procuram garantir coerência entre as concepções assumidas e as práticas sugeridas ou propostas, ao mesmo tempo que não podem ser equacionados isoladamente. Enquanto elementos de orientação estratégica na construção e no desenvolvimento do PEEM, constituem-se como um conjunto onde as partes reforçam o todo numa perspetiva integrada e comprometida com a objetividade, a coerência e o rigor.

O sucesso do processo de conceção e elaboração de um PEEM para um território passa necessariamente pela participação das comunidades e dos cidadãos que aí vivem e trabalham. Tratar-se-á de um plano de um Município para as suas gentes, tendo como objetivo primeiro e último a melhoria do bem-estar da população. Deste modo, privilegiar-se-ão abordagens horizontais e interativas, o que implica que os cidadãos devem ser chamados a intervir quer na definição de políticas e estratégias para o futuro da educação no seu município, quer no próprio processo de inovação.

Direta e indiretamente, foi lançado o repto a todos os munícipes para que olhassem de forma crítica a educação do seu Município e fossem criativos e cocriadores de ações de mudança a partir da identificação de potencialidades e oportunidades.

Metodologia

A metodologia adotada reforçou o envolvimento da comunidade e dos parceiros na construção do PEEMAAV, encarando as pessoas como sujeitos e não como objetos no processo. As reuniões de trabalho com os atores locais que compõem o tecido institucional concelhio tiveram como principal objetivo delinear, de forma concertada, um caminho a seguir para a resolução e minimização de problemas e lançar novos desafios.

A participação e o emprenho da comunidade educativa foi um traço muito evidente e marcante. A partilha de ideias, propostas e projetos pelos munícipes contribuiu para a construção de um PEEM promissor para o desenvolvimento e afirmação da Educação em Albergaria-a-Velha. A análise e a discussão do conteúdo do PEEMAAV foram passos decisivos no assumir do plano como fator identitário da comunidade educativa local e como marca da Educação no Concelho.

O processo de construção do PEEMAAV assentou em três fases fundamentais:

1. Fundamentação e mobilização para o processo de construção do PEEMAAV
2. Levantamento da realidade educativa de Albergaria-a-Velha
 - Diagnóstico estratégico de educação
 - Auscultação dos agentes educativos locais
 - Matriz SWOT
3. Construção e discussão preliminar do plano de ação

FASES DE CONSTRUÇÃO DO PEEMAAV

1. Fundamentação e mobilização para o processo de construção do PEEMAAV

- **Divulgação alargada da natureza do processo de construção do PEEMAAV**
- **Mobilização dos diferentes atores sociais através de várias sessões**
 1. *Reunião alargada com Presidente da CMAAV, Vereadora da Educação, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Local da CMAAV, Diretores dos AE de Albergaria-a-Velha e do Colégio de Albergaria*
 2. *Reunião plenária do CME – Conselho Municipal de Educação*
 3. *Reunião plenária do CLAS – Conselho Local de Ação Social*
 4. *Sessão pública aberta à comunidade educativa (diretores AE, professores, pais e encarregados de educação, alunos e demais interessados)*

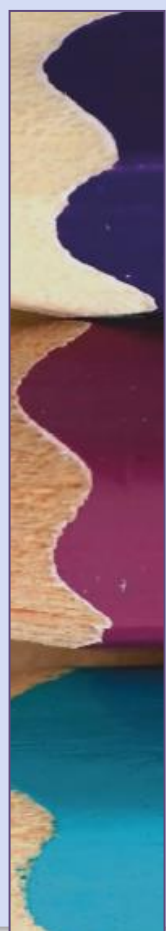
2. Levantamento da realidade educativa de Albergaria-a-Velha

- **Diagnóstico estratégico de educação**
 1. *Recolha e análise de informação sobre a realidade socioeconómica do território municipal e sobre as atividades educativas em curso no Município:*
 - Estudo de documentos estruturantes (como o PDM de AAV, documentos internos da CMAAV, os Projetos Educativos dos estabelecimentos de educação e ensino, entre outros)
 - Análise de indicadores demográficos, socioeconómicos e educativos provenientes de diferentes fontes de informação estatística e das instituições educativas do Concelho, assim como dados sistematizados pela Divisão de Educação da CMAAV
 2. *Análise prospetiva da rede de equipamentos escolares:*
 - Projeção da população em idade escolar até 2040
 - Cenários de reconfiguração da rede escolar municipal para o médio e longo prazo
- **Auscultação dos agentes educativos locais**
 1. *Recolha de contributos e de propostas sobre as questões educativas, simultaneamente à elaboração do trabalho de diagnóstico:*
 - Identificação dos agentes educativos a auscultar pelas equipas da UA e da CMAAV, tendo em consideração o seu papel no contexto da Educação no território municipal
 - Realização de 10 entrevistas de grupo, 3 entrevistas individuais e de várias reuniões conjuntas/plenárias, tendo sido ouvidas todas as entidades com papel ativo em matéria de educação (mais de uma centena de municípios) (anexo II)
 2. *Análise de conteúdo das entrevistas para consolidar potencialidades e fraquezas percecionadas pelos atores e aprofundar reflexões acerca da visão prospetiva do PEEMAAV:*
 - Trabalho da equipa técnica da UA
 - Contatos informais e reuniões de trabalho com os Serviços de Educação da CMAAV
- **Matriz SWOT**
 1. *Elaboração de uma primeira análise SWOT sobre a realidade educativa do território municipal*
 2. *Realização do 1º workshop (com responsáveis da CMAAV e demais agentes educativos) para validar e complementar a SWOT preliminar*
 3. *Discussão e reavaliação da matriz para a construção do Plano de Ação*

3. Construção e discussão preliminar do Plano de Ação

1. *Definição de eixos estratégicos, dimensões estruturantes e exemplos de ações*
2. *Discussão e validação da proposta com o executivo municipal*
3. *Realização do 2º workshop com os agentes educativos para debater as propostas e recolher novos contributos*
4. *Realização de uma sessão com os representantes dos partidos políticos*

ENQUADRAMENTO E QUADRO DE REFERÊNCIA



II ENQUADRAMENTO E QUADRO DE REFERÊNCIA

II.1 EVOLUÇÃO DOS INSTRUMENTOS EDUCATIVOS DE PLANEAMENTO

Perspetivar o futuro de crianças e jovens implica a corresponsabilização dos agentes que, mais diretamente, intervêm na área da Educação. A articulação dos múltiplos intervenientes e a conceção de mecanismos de coordenação reveste-se, por isso, de alguma complexidade.

A transferência de competências para os Municípios em matéria educativa começou por surgir para capacitar os agentes que atuam in loco, mais próximos das diferentes realidades educativas locais comparativamente ao poder central. Contudo, a eficácia operativa destes órgãos desconcentrados esteve sempre dependente da sua legitimação para o efeito.

Atualmente, a definição e desenvolvimento da política educativa à escala local encontra suporte em dois instrumentos de planeamento educativos principais – as designadas CE de 2ª Geração e os PEEM. O atual formato dos instrumentos referidos resulta como uma resposta à evolução do contexto socioeconómico e político do País. O quadro seguinte é ilustrativo das principais alterações aos respetivos diplomas.

Cartas Educativas de 2ª Geração	Planos Estratégicos Educativos Municipais
<i>Direcionadas para o planeamento da rede de equipamentos escolares e da rede de ofertas de educação e formação</i> • Lei nº 159/99, de 14 de setembro - Transferência de atribuições e competências para as autarquias locais - 1ª referência à Carta Escolar (art.º 19) - A indefinição do conceito levou à elaboração de cartas escolares bastante distintas na primeira leva de instrumentos • Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro - <i>Conselhos municipais de educação e carta educativa</i> - 1ª referência à Carta Educativa (art.º 19) - Instrumento de planeamento e ordenamento que releva a componente prospetiva - Lei nº 41/2003, de 22 de agosto (2ª versão) - Lei nº 6/2012, de 10 de fevereiro (3ª versão) • Decreto-Lei nº 72/2015, de 11 de maio (4ª versão) - Evolução do processo concertado de elaboração da Carta Educativa associada à instância do Plano Estratégico Educativo Municipal (alíneas d) e i) do nº 1 do art.º 4)	<i>Direcionadas para o planeamento e gestão da política educativa local</i> • Projetos Educativos Locais/Municipais - Reflexão teórica (de alguns autores como Fernandes, Barroso, Formosinho e Pinhal) a partir da década de 90, suscitada pelos princípios das “Cidades Educadoras” da década de 70 - Formas de implementação da política educativa pelos Conselhos Locais de Educação (alínea b) do nº 2 do art.º 19 da Lei nº 159/99, de 14 de setembro) • Resolução do Conselho de Ministros nº 15/2013, de 19 de março - <i>Aproximar – Programa de Descentralização de Políticas Públicas</i> - Garantir maior proximidade entre decisores político-administrativos e destinatários de políticas, medidas e ações decididas - Compatibilizar a aplicação de medidas setoriais (ponto 4 da alínea g) do art.º 199º da Const.) • PARECER Nº 01/2015 - <i>Programa Aproximar Educação (PAE) - Contrato de Educação e Formação Municipal</i> • Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro - <i>Regime de Delegação de Competências nos Municípios e Entidades Intermunicipais</i> - 1ª referência à designação de Plano Estratégico Educativo Municipal ou Intermunicipal (alíneas i) a) do art.º 8)

O processo de descentralização e a intervenção dos municípios na Educação tem-se pautado por um conjunto de transformações desde meados da década de 70. Todavia, apesar do esforço para acompanhar as tendências verificadas noutros países europeus, em matéria de delegação de competências ao poder local, Portugal continua um pouco amarrado às suas raízes centralizadoras. Situação que se repercute ao nível da Política Educativa Local.

A descentralização da Educação e o assumir desta área setorial enquanto fator chave no desenvolvimento dos territórios à escala local coloca questões quanto à agilização de recursos humanos, materiais e financeiros. As alterações legais mais recentes ao nível da descentralização das políticas públicas apontam para um aumento das responsabilidades a abraçar pelos Municípios. Os aspetos mais relevantes associados à evolução do quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias encontram-se sistematizados no quadro seguinte.

Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias	
• Constituição da República Portuguesa de 1976	- Princípios referentes à descentralização - art.º 237/VII revisão Constitucional
• Decreto-Lei nº 77/84, de 8 de março	- <i>Regime da delimitação e da coordenação das atuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos</i> - Domínio da educação e ensino (alínea e) do art.º 8)
• Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de dezembro	- <i>Normas relativas à transferência para os municípios das novas competências em matéria de ação social escolar</i> - Visa dar cumprimento ao art.º 15 do Decreto 77/84 – regulamentação da transferência de novas competências em matéria de investimentos públicos
• Lei nº 46/1986, de 14 de outubro	- <i>Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) aprovada pela AR</i> - Lei nº 85/2009, de 27 de agosto (4ª versão - a mais recente) - Quadro de princípios do Sistema Educativo Português (nº 1 do art.º 1) - Valorização de estruturas e ações da responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas (nº 3 do art.º 1) - Reconhecimento das estruturas administrativas como essenciais na interligação entre o sistema educativo e a comunidade (professores, alunos, famílias, autarquias, entidades representativas das atividades sociais, económicas e culturais e instituições de carácter científico) (nº 2 do art.º 46)
• Lei nº 159/99, de 14 de setembro	- <i>Transferência de atribuições e competências para as autarquias locais</i> - 1ª referência aos Conselhos Locais de Educação (alínea b), nº 2 do art.º 19) - Reflexão a partir de meados da década de 80 (Machado e Azevedo)
• Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro	- <i>Conselhos municipais de educação e carta educativa</i> - 1ª referência aos Conselhos Municipais de Educação (art.º 1)
• Lei nº 67-A/2007, de 31 de dezembro	- <i>Orçamento do Estado para 2008</i> - Descentralização de competências para os municípios nos domínios da educação, ação social e saúde (art.º 22)
• Resolução do Conselho de Ministros nº 15/2013, de 19 de março	- <i>Aproximar – Programa de Descentralização de Políticas Públicas</i>
• Lei nº 75/2013, de 12 de setembro	- <i>Regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e regime jurídico do associativismo autárquico</i>
• PARECER Nº 01/2015	- <i>Programa Aproximar Educação (PAE) - Contrato de Educação e Formação Municipal</i>
• Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 de fevereiro	- Regime de Delegação de Competências nos Municípios e Entidades Intermunicipais
• Decreto-Lei nº 72/2015, de 11 de maio (4ª versão)	- <i>Conselhos municipais de educação e carta educativa</i>
• Resolução da AR nº 68/2017, de 24 de abril	- Continuidade do processo de descentralização através de contratos interadministrativos (domínio 2 – Educação)

Neste contexto, importa sublinhar o aparecimento dos Conselhos Municipais de Educação (CME), introduzidos pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro, em substituição dos Conselhos Locais de Educação. O diploma, que aparentava uma maior predisposição do Estado em descentralizar a Educação, acabou por centrar-se num quadro de intenções difuso. Porém, o propósito da sua conceção permanece fundamental no plano de discussão e territorialização da Política Educativa Local.

As sessões plenárias destas estruturas, da responsabilidade das autarquias, ao permitirem o envolvimento e a participação de diferentes agentes educativos, contribuem para a corresponsabilização na tomada de decisão. Refira-se a este nível a importância do Decreto-Lei nº 72/2015, de 11 de maio, que constitui a versão mais atual. O novo decreto, para além de continuar a prever a obrigatoriedade de revisão da Carta Educativa de 5 em 5 anos, garante uma maior legitimação das decisões a tomar pelos CME, ao definir que os diretores dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas passam a ter assento nas sessões plenárias.

O quadro de transformações apresentado, assim como outras alterações da esfera das escolas, tem levado os Municípios a alterar o seu *modus operandi* para responder aos desafios da Política Educativa Local. Os instrumentos educativos de planeamento surgem assim como peças chave para auxiliar as autarquias:

- i) A enquadrar a política educativa municipal no quadro político mais alargado, permitindo preparar o território municipal para o impacto das dinâmicas demográficas e socioeconómicas, perspetivar soluções de financiamento para a educação ao nível local e contribuir para a sua monitorização;
- ii) A clarificar aspetos subjacentes à transferência efetiva de competências e responsabilidades para as autarquias locais, contribuindo para mediar a relação entre estas e os órgãos supramunicipais, entre o Município e as Escolas e entre os diferentes agentes educativos;
- iii) A abordar de forma integrada a necessidade de provisionamento dos equipamentos escolares no futuro em função das dinâmicas demográficas e da sua gestão física, de recursos e pedagógica para o médio e longo prazo, usando a componente pedagógica da auscultação para desmitificar o preconceito da municipalização.

II.2 ORIENTAÇÕES SUPRAMUNICIPAIS

Um território que se queira desenvolvido deve olhar para a Educação enquanto área central e como peça chave subjacente à reflexão e discussão de políticas, quer sociais quer económicas. A necessidade e os esforços depositados no alinhamento de orientações e diretrizes, bem como no desenho de instrumentos mais operacionais à escala municipal e supramunicipal, devem relevar essa preocupação. O caminho a percorrer por cada Município deve passar pela construção e afirmação de uma política educativa estruturada, assertiva e direcionada para: i) a qualificação do sistema de ensino e ii) a articulação entre os percursos formativos e a realidade do mercado de trabalho e iii) práticas educativas diferenciadoras e mobilizadoras.

ORIENTAÇÕES EUROPEIAS	
Instrumentos	Orientações
Estratégia Europa 2020	• Defende o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para 2010-2020² • Aprovada pelo Conselho Europeu em 2010 • Foco nas temáticas³: i) emprego, ii) investigação, desenvolvimento e inovação, iii) alterações climáticas e energia, iv) educação e v) pobreza e exclusão social • Desafios para a educação: “reduzir a taxa de abandono escolar precoce para menos de 10%” e “aumentar, pelo menos, em 40% a percentagem da população na faixa dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior, até 2020”⁴
Programa de Educação e Formação 2010-2020	• Decorre da Estratégia Europa 2020 • Quadro de orientações direcionadas aos Estados-Membros para promover a evolução do sistema educativo e de formação⁵ • O acompanhamento da evolução em cada estado-membro faz-se por comparação aos níveis de desempenho médio europeu para facilitar os processos de monitorização e avaliação⁶ (anexo III)
Recomendações do Conselho Europeu	• Têm sublinhado a importância da implementação de mecanismos de monitorização na área da educação • Semestre Europeu de 2014 – é reconhecido o impacto positivo da reforma do sistema educativo português pela Comissão Europeia e dadas indicações dos principais aspetos a melhorar⁷ (anexo III) • Relatório Conjunto de 2015 do Conselho e da Comissão sobre a Aplicação do Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e da Formação (EF 2020) – são identificados novos domínios prioritários a desenvolver até 2020⁸
Monitor da Educação e da Formação	• Publicação anual sobre o perfil de evolução dos sistemas de ensino dos estados-membros

² Fonte: Europa 2020 – A Estratégia Europa 2020 em poucas palavras, site da Comissão Europeia:

http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm.

³ Fonte: Europa 2020 – Objetivos da Estratégia Europa 2020, site da Comissão Europeia:

http://ec.europa.eu/europe2020/targets/eu-targets/index_pt.htm.

⁴ Ibidem.

⁵ Fonte: Quadro Estratégico – Educação e Formação 2020, site da Comissão Europeia:

http://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework_pt.

⁶ Fonte: Conclusões do Conselho de 12 de maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020) (2009/C 119/02), site: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG0528\(01\)&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG0528(01)&from=EN).

⁷ Fonte: Recomendações do Conselho Europeu a Portugal, 2014, site da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES):

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020>.

⁸ Fonte: Relatório Conjunto de 2015 o Conselho e da Comissão sobre a aplicação do quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020) (2015/C 417/04), site: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015XG1215\(02\)&from=PT](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015XG1215(02)&from=PT).

	• Permite avaliar o desempenho face aos objetivos da Estratégia Europa 2020 para a Educação⁹ • Boa prática na monitorização da Educação na Europa: i) Fornece informação estruturada e atualizada (quantitativa e qualitativa) sobre a realidade dos sistemas de ensino europeus ii) Permite uma análise comparativa entre o desempenho médio europeu e cada estado-membro e entre os diferentes estados com base nos indicadores de referência iii) Promove a disseminação de boas práticas e a discussão de prioridades (e.g. financiamento e desenvolvimento profissional dos professores) iv) Contribui para a reflexão dos desafios que se colocam à política educativa
Fundo Social Europeu (FSE)	• Um dos cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (FEIE) (anexo III) • Funciona numa lógica de política complementar desde 2014 • Assegura investimento para o capital humano e para o desenvolvimento e implementação de soluções que respondem às necessidades educativas • Um dos principais objetivos – qualificação do ensino • Prioridades para a educação – reduzir o abandono escolar e melhorar as oportunidades de formação ao nível do ensino profissional e superior • Resulta de uma colaboração entre autoridades públicas, parceiros sociais e organismos da sociedade civil (nacionais, regionais e locais)¹⁰

ORIENTAÇÕES NACIONAIS	
Instrumentos	Orientações
Estratégia Portugal 2020	• Diretriz nacional que decorre do Quadro Comunitário de Apoios 2014-2020 • Materializa o novo Quadro de Referência Estratégico Nacional • Resultou do Acordo de Parceria entre Portugal e a Comissão Europeia • Segue os princípios orientadores da Estratégia Europa 2020¹¹ • Está estruturado em diferentes programas operacionais (anexo III), financiados pelos diferentes FEIE
Programa Operacional do Capital Humano (POCH)	• Um dos domínios temáticos do Portugal 2020 • Objetivo – <i>“promover o aumento da qualificação da população, ajustada às necessidades do mercado de trabalho e em convergência com os padrões europeus, garantindo a melhoria do nível de qualidade nas qualificações adquiridas, melhorando o sucesso escolar, reduzindo o abandono, promovendo a igualdade, a coesão social e o desenvolvimento pessoal e da cidadania, a par do reforço da competitividade económica do país”</i>¹² • Quatro eixos de intervenção associados a objetivos estratégicos, ações e metas de resultado (anexo III)¹³: 1) Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens 2) Reforço do ensino e da formação avançada 3) Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade 4) Qualidade e inovação do sistema de educação e formação • Tipologias de operações previstas na Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março
Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ)	• Integra o Acordo de Parceria • Objetivo – assegurar em cada Estado-Membro uma oferta de qualidade de emprego/formação e aprendizagem contínua após a conclusão da educação formal e períodos de desemprego¹⁴

⁹ Fonte: Comissão Europeia, Monitor da Educação e da Formação 2016, site:

http://ec.europa.eu/portugal/news/education-training-europe-monitor-2016-europe_pt.

¹⁰ Fonte: Fundo Social Europeu 2014-2020 - principais alterações, site da Comissão Europeia:

<http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=62&langId=pt>.

¹¹ Fonte: Site do Portugal 2020: <http://www.pt2020.pt/>.

¹² Fonte: Relatório do Programa Operacional do Capital Humano, versão 1.3, p. 3.

¹³ Fonte: Versão síntese do Programa Operacional do Capital Humano (POCH), consultado em:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/tr%C3%ADptico_POCH.pdf.

¹⁴ Fonte: Portugal 2020 – Acordo de Parceria 2014-2020, 2014, consultado em:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf.

Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem, consultado em: <http://www.qren.pt/np4/4065.html>.

	• Passou a abranger jovens até aos 30 anos¹⁵ devido às dificuldades na transição do percurso de formação para o mundo do trabalho • Estruturado em seis eixos de atuação (anexo III)
Programa Nacional de Reformas (PNR)	• Está alinhado com a Estratégia Europa 2020 e articulado com o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)¹⁶ • Aprovado em Conselho de Ministros em 2010 • Conjunto de linhas orientadoras que resultaram do trabalho entre técnicos, instituições e sociedade civil que ganharam o selo da Comissão Europeia • PNR de 2016 – programa estratégico para o desenvolvimento do País no médio e longo prazo, dá indicações em matéria de políticas setoriais e investimentos e responde às recomendações dos semestres europeus • Seis pilares que assentam na competitividade, coesão social e qualificação dos recursos humanos (anexo III)¹⁷
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	• Define o modelo territorial de desenvolvimento para o País/Lei n.º 58/2007 • Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2016 – articulação entre o Portugal 2020 e o PNPT • Objetivo – “<i>ser o espaço de encontro e coordenação da expressão espacial das diferentes políticas sectoriais, numa perspetiva de definição estratégica da ocupação do território, à luz do modelo de desenvolvimento adotado</i>”¹⁸ • Objetivos estratégicos que podem estar associados à educação (anexo III): i) Desenvolvimento policêntrico dos territórios ii) Equidade territorial na promoção de infraestruturas e equipamentos coletivos, assim como no acesso aos serviços de interesse geral iii) Reforço da qualidade e eficiência dos processos de gestão territorial
Implementação do Programa de Educação e Formação 2010-2020 em Portugal	• Relatório Nacional de Progresso de 2011 – mecanismos de avaliação dos resultados de implementação do programa • Outros relatórios de avaliação de desempenho do estado da Educação em Portugal têm sido elaborados e publicados com base em indicadores • Definição de indicadores de referência sobre¹⁹: i) Investimento na educação e evolução de competências ii) Combate das desigualdades e promoção da inclusão iii) Modernização do ensino escolar, superior, de formação profissional e adultos
Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar	• Em 2009 foi lançado o Programa Mais Sucesso Escolar²⁰ • Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 – reajustamento do anterior programa e criação do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar • Objetivo – “<i>promoção de um ensino de qualidade para todos e combate ao insucesso escolar, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas</i>”²¹ • Princípio basilar – importância reconhecida às comunidades educativas locais na elaboração de “<i>planos de ação estratégica, pensados ao nível de cada escola, com o objetivo de melhorar as práticas educativas e as aprendizagens dos alunos</i>”²²

¹⁵ Fonte: Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, PNI-GJ, consultado em:

<https://www.garantiajovem.pt/documents/10180/12242/DocOQueGJ/19494a08-a709-4c10-a9df-b67788ed56e9>.

¹⁶ Fonte: Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, 2011, consultado em:

http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/nrp/nrp_portugal_pt.pdf.

¹⁷ Fonte: Mais Crescimento, Melhor Emprego, Mais Igualdade – Programa Nacional de Reformas, 2016, consultado em:

<http://www.portugal.gov.pt/media/22615395/20160421-pm-pnr2016.pdf>.

¹⁸ Fonte: Resolução do Conselho de Ministro n.º 44/2016, consultado em site: <http://www.apgeo.pt/resolucao-do-conselho-de-ministros-no-442016-programa-nacional-da-politica-de-ordenamento-do>.

¹⁹ Fonte: Monitor da Educação e da Formação de 2016 – Portugal, consultado em:

http://ec.europa.eu/education/sites/education/files/monitor2016-pt_pt.pdf.

²⁰ Fonte: Avaliação do Programa Mais Sucesso Escolar, 2012, consultado em:

[http://www.dgeec.mec.pt/np4/202/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=268&fileName=PMSE_Alt_PDF.pdf](http://www.dgeec.mec.pt/np4/202/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=268&fileName=PMSE_Alt_PDF.pdf).

²¹ Fonte: Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, consultado em:

https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Legislacao/Nacional/RCM23_2016.pdf.

²² Ibidem.

ORIENTAÇÕES REGIONAIS	
Instrumentos	Orientações
CRER 2020 – Competitividade, Responsável, Estruturante e Resiliente	- Estratégia de desenvolvimento regional para o Centro de Portugal, para o período 2014-2020²³ - Cinco eixos de atuação no global (anexo III), dois principais para a Educação: Eixo 2 – Reforçar o Potencial Humano e a Capacitação Institucional das Entidades Regionais Eixo 3 – Fortalecer a Coesão Social e Territorial, Potenciando a Diversidade e os Recursos Endógenos²⁴ - Contributo fulcral na elaboração: i) Da Estratégia de Especialização Inteligente (RIS3) do Centro de Portugal ii) Do Programa Operacional Regional (POR) do Centro 2020 iii) Estes dois instrumentos encontram-se alinhados e ambos integram eixos de intervenção em diferentes domínios
RIS3 do Centro	- Foco temático – desenvolvimento económico aliado à investigação e à inovação, apesar do seu caráter multidimensional²⁵ - Orientações articuladas com as prioridades da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI) - Documento assente em domínios diferenciadores (anexo III), plataformas de inovação e apostas indicativas
POR do Centro	- Integra a Estratégia Portugal 2020 - Instrumento financeiro fundamental na implementação da estratégia regional - Contempla dez eixos estratégicos (anexo III), quatro associados à Educação²⁶: 1. IDEIAS – importância da investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação (dotação de 7,9% face ao total) 3. APRENDER – desenvolvimento do potencial humano com incidência no investimento no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, na redução do abandono escolar e na melhoria dos conteúdos a lecionar (13,6% das verbas totais) 4. EMPREGAR E CONVERGIR – promoção/dinamização da empregabilidade (10,3% das verbas) 5. APROXIMAR E CONVERGIR – reforço da coesão social e territorial (verba de 8,3%)

ORIENTAÇÕES INTERMUNICIPAIS	
Instrumentos	Orientações
Estratégia de Desenvolvimento Territorial (EDT) 2014-2020 para a Região de Aveiro	- Cinco eixos de intervenção²⁷: i) Crescimento económico ii) Ambiente e sustentabilidade iii) Comunidades e inclusão iv) Território e atratividade v) Governança e serviços públicos - Destaque para o desafio de reforçar e capacitar as comunidades - Plano de ação – Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro 2014-2020, alinhado com a Estratégia Europa 2020 - O plano inclui diferentes metas e ações estratégicas (anexo III)²⁸
Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) da CIRA	- Instrumento relevante à escala da NUTS III - Permite concretizar Investimentos Territoriais Integrados (ITI) articulados com o Acordo de Parceria para 2014-2020 e com a EDT

²³ Fonte: CRER 2020 – Centro de Portugal, Plano de Ação Regional, 2013, p. 5.

²⁴ Ibidem.

²⁵ Fonte: RIS3 do Centro – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, 2014, p. 4.

²⁶ Fonte: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, 2013, “EDT 2014-2020 para a Região de Aveiro”, Universidade de Aveiro, pp. 45-46.

²⁷ Fonte: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, 2013, “EDT 2014-2020 para a Região de Aveiro”, Universidade de Aveiro, pp. 45-46.

²⁸ Fonte: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, 2014, “Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro 2014-2020 – Plano de Ação para o Desenvolvimento da EDT”, Universidade de Aveiro, p. 5.

	• Resulta de um compromisso entre as autoridades de gestão dos programas financiadores – POR do Centro 2020, Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência na Utilização dos Recursos (PO SEUR) e Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR) 2014-2020 – e a CIRA²⁹ • Mobiliza investimentos que permitem perspetivar para o médio e longo prazo, e de forma articulada, soluções para o redimensionamento da rede escolar municipal e contributos para a construção do projeto educativo municipal • Investimentos na área da educação: Componente material – desenvolvimento de infraestruturas educativas e formativas e melhoria das respostas no acolhimento e acompanhamento de crianças – importância no processo de Revisão da Carta Educativa Componente imaterial – redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso ao ensino infantil, primário e secundário – importância dos percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para reintegração no ensino e formação – planos integrados e inovadores de combate ao insucesso escolar
--	--

²⁹ Fonte: Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, 2015, pp. 1-3.

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO



III SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO DE EDUCAÇÃO

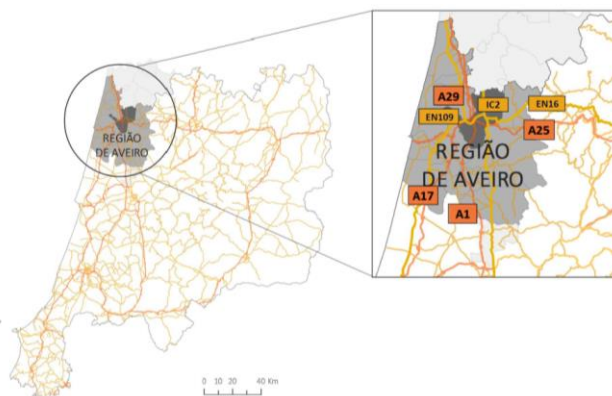
Neste campo, é apresentada uma síntese do Diagnóstico Estratégico da Educação de Albergaria-a-Velha³⁰ já elaborado de forma a facilitar a leitura do PEEM. O diagnóstico estratégico é uma das peças mais importantes para a construção estratégica do Plano de Ação, e por isso deve fazer parte dos instrumentos de gestão da rede e política educativa.

III.1 CARATERIZAÇÃO GERAL DO CONCELHO

ENQUADRAMENTO REGIONAL DO MUNICÍPIO

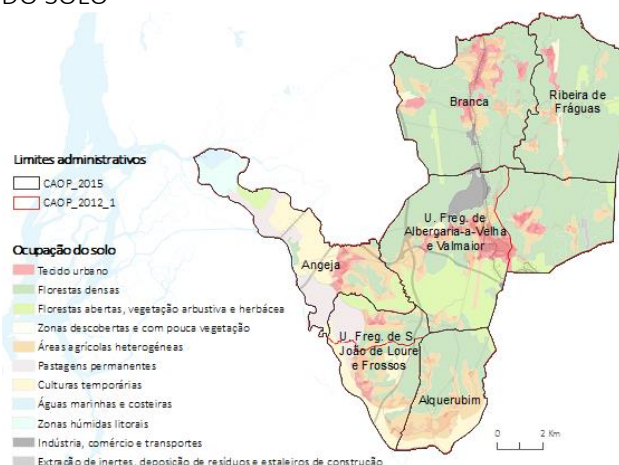
- Proximidade a Centros de I&D
- Existência e proximidade a acessibilidades privilegiadas
- Concelhos limítrofes:

Aveiro, Águeda, Estarreja, Sever do Vouga, Murtosa e Oliveira de Azeméis



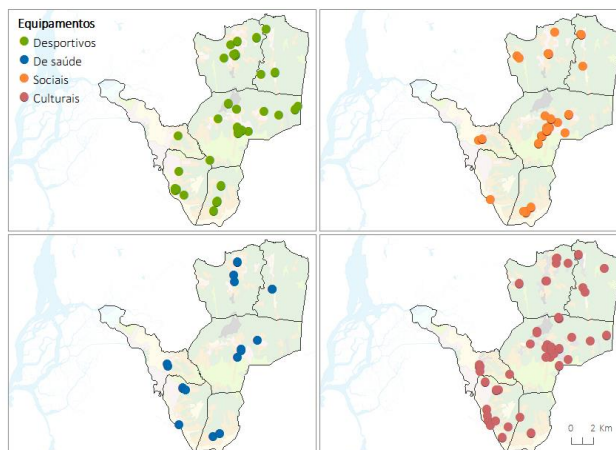
LIMITES ADMINISTRATIVOS E OCUPAÇÃO DO SOLO

- O concelho de Albergaria-a-Velha é constituído por 6 freguesias
- O atual modelo de ocupação resultou, essencialmente, das características biofísicas e dos eixos viários
- A cidade de Albergaria-a-Velha é o principal polo urbano do Município



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS

- Qualidade e acesso à rede satisfatórios
- Margem para melhorar os níveis de cobertura dos equipamentos
- Utilização diversificada e versátil
- A oferta existente permite dar um apoio complementar à atividade educativa



³⁰ Fonte: Revisão da Carta Educativa de Albergaria-a-Velha (em homologação).

TAXA DE VARIAÇÃO DO N.º DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS - 2001-2011

- O Concelho registou, entre 2001 e 2011, um crescimento do número de edifícios e alojamentos superior ao das unidades de referência
- AAV e Valmaior registou a taxa de variação mais elevada para os alojamentos familiares clássicos 31,1%

Unidades Geográficas	Taxa de variação segundo forma de ocupação 2001-2011 (%)			Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos em 2011 (%)		
	Residência habitual	Uso sazonal ou secundário	Alojamentos vagos	Residência habitual	Uso sazonal ou secundário	Alojamentos vagos
Portugal	12,4	22,6	35,2	68,1	19,3	12,5
Centro	8,0	21,4	51,6	61,9	24,5	13,6
Baixo Vouga	13,4	23,6	50,1	71,0	17,0	12,0
Albergaria-a-Velha	12,5	35,8	69,7	74,1	11,7	14,2
Alquerubim	9,9	27,5	16,1	77,7	9,5	12,8
Angeja	-2,1	-9,1	104,3	76,9	13,3	9,8
Branca	11,7	71,7	64,0	75,8	11,1	13,0
Ribeira de Fráguas	0,5	36,7	-15,1	79,4	10,9	9,7
AAV e Valmaior	22,5	26,6	89,5	72,0	10,3	17,7
S. João de Loure e Frossos	1,9	67,3	117,5	71,4	19,1	9,5

DENSIDADE POPULACIONAL - 2011

159 km² - Concelho de AAV

225 km² - AAV e Valmaior

186 km² - Branca

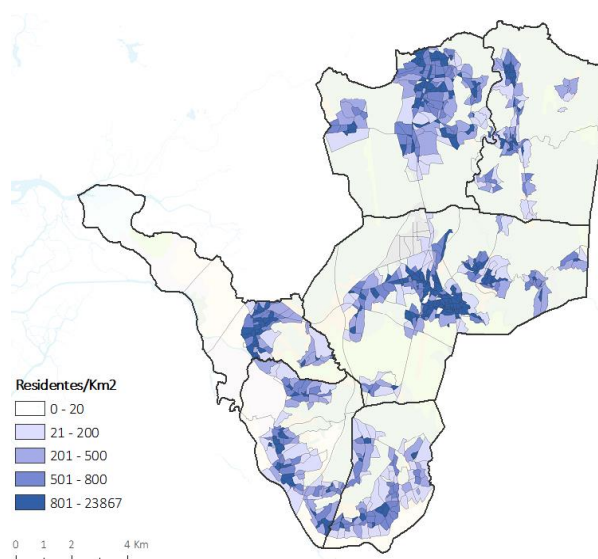
• EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO

Entre 1970-1981 → +3.276

Entre 1991-2001 → +2.643

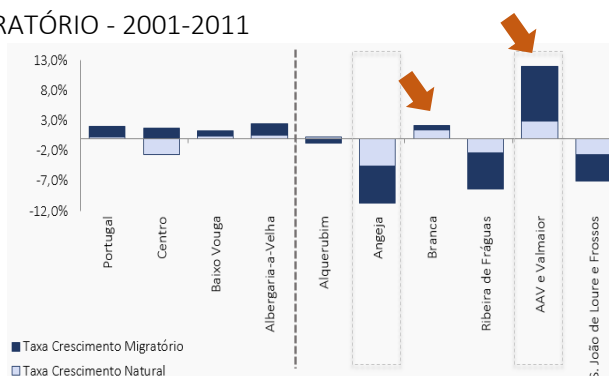
Entre 2001-2011 → +614

• POPULAÇÃO EM AAV (2011) → 25.252



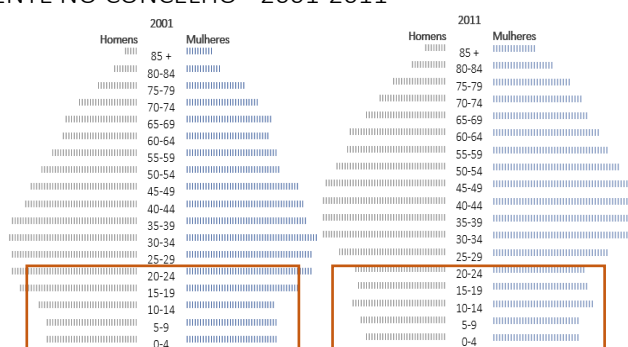
TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO - 2001-2011

- Os saldos natural e migratório registados entre 2001-2011 foram inferiores a 1991-2001
- O crescimento efetivo reduziu de 12,0% (1991-2001) para 2,5% (2001-2011)



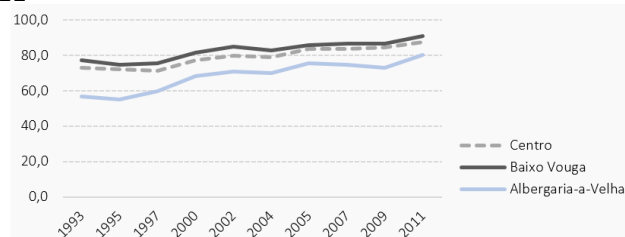
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO - 2001-2011

- Baixo nº de residentes nas faixas etárias mais jovens (0-24 anos)
- Em 2011, 56% da população total (14.118) tinha entre 25 e 64 anos
- Tendência para o envelhecimento gradual da população



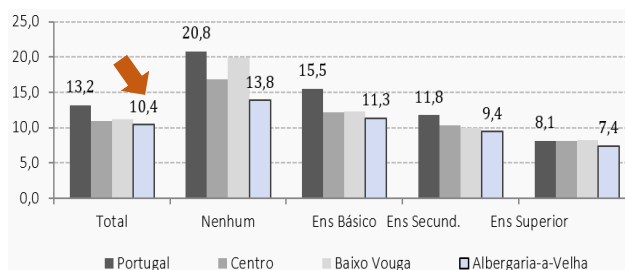
PODER DE COMPRA *PER CAPITA* - 1993-2011

- O Poder de Compra *per Capita* tem aumentado gradualmente, embora esteja 20% abaixo da média nacional



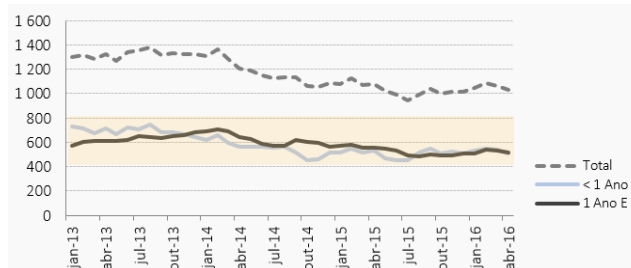
TAXA DE DESEMPREGO P/NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO - 2011

- Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo inferior à do País em 2011 (10,4% vs 13,2%)
- A população mais qualificada tem as taxas de desemprego mais baixas



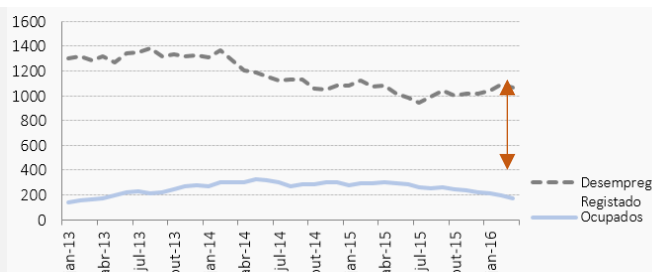
DESEMPREGO REGISTADO A NÍVEL MUNICIPAL - 2013-2016

- Verificou-se uma diminuição do desemprego no período analisado
- Assistiu-se a um comportamento aproximado no de curta e no de longa duração



DESEMPREGO REGISTADO E PESSOAS OCUPADAS A NÍVEL MUNICIPAL - 2013-2016

- A estimativa calculada com base na proporção do País mostra um ténue aumento do desemprego com a diminuição dos ocupados



PROPORÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA (%) - 2001-2011

- Aumento da população ativa mais qualificada
- Qualificações médias de AAV inferiores aos valores de referência
- Redução da taxa de analfabetismo de 7,2% (2001) para 4,2% (2011)

Unidades Geográficas	Proporção da Pop. Ativa em 2001				Proporção da Pop. Ativa em 2011			
	Nenhum	Ensino básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Nenhum	Ensino básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Portugal	6,3	65,3	13,5	15,0	2,5	54,6	19,1	23,8
Centro	6,6	68,6	12,0	12,8	2,3	56,7	18,9	22,1
Baixo Vouga	5,6	70,5	11,2	12,8	2,2	58,4	17,3	22,1
Albergaria-a-Velha	5,7	74,8	10,7	8,8	2,1	63,8	17,4	16,7
Alquerubim	7,3	83,7	5,7	3,3	3,1	73,4	15,2	8,3
Angeja	10,5	77,4	7,00	5,1	3,2	69,4	15,9	11,5
Branca	4,4	78,6	9,8	7,3	1,8	67,8	16,0	14,4
Ribeira de Fráguas	4,7	79,7	9,1	6,5	1,6	69,1	16,5	12,7
AAV e Valmaior	5,0	66,8	14,7	13,6	2,0	55,7	19,4	22,9
S. João de Loure e Frossos	6,2	81,9	7,4	4,5	1,7	72,8	16,3	9,3

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA P/SETOR DE ATIVIDADES ECONÓMICA - 2001-2011

- Diminuição total → -3,6%
- Quebra no primário (-54,3%) e secundário (-17,3%), aumento no terciário (18,1%)
- Estrutura produtiva de AAV assente no setor industrial

Unidades Geográficas	Pop. Ativa 2011	População Empregada em 2011 (N.º)				Variação da População Empregada 2001-11 (%)			
		Total	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário
Portugal	5023367	4361187	133386	1154709	3073092	-6,2	-42,4	-29,3	10,3
Centro	1056225	940211	35018	282800	622393	-6,6	-48,9	-26,3	12,3
Baixo Vouga	190085	168834	4398	63596	100840	-6,0	-47,2	-24,2	15,4
Albergaria-a-Velha	12097	10840	226	4847	5767	-3,6	-54,3	-17,3	18,1
Alquerubim	1083	959	39	499	421	-8,1	-36,1	-20,8	19,3
Angeja	932	833	35	405	393	-16,4	-50,0	-23,6	-1,0
Branca	2721	2448	42	1149	1257	-6,5	-58,8	-17,2	11,5
Ribeira de Fráguas	738	675	28	350	297	-15,2	-76,3	-22,9	32,6
AAV e Valmaior	5301	4733	39	1893	2801	7,1	-49,4	-10,1	25,2
S. João de Loure e Frossos	1322	1192	43	551	598	-12,7	-34,8	-27,0	9,7

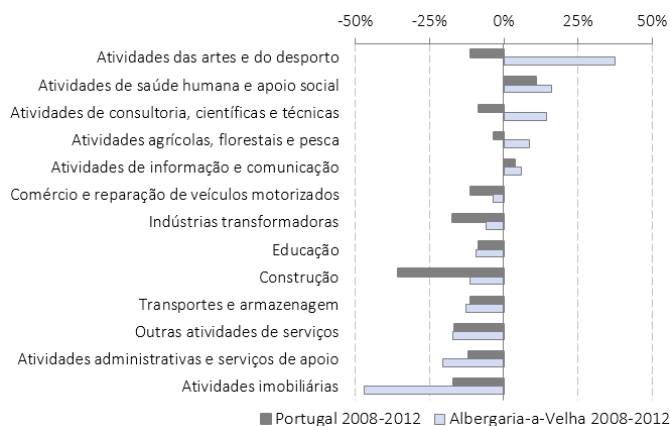
EVOLUÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS E SUA PROPORÇÃO P/SETOR DE ATIVIDADE - 2008-2012

- Menos 515 empregos (-6,1%)
- Maior parte das pessoas exerce funções no setor secundário (4.244 empregos, 51,4%)

Setores de atividade económica	Evolução do emprego entre 2008-2012 (%)				Emprego face ao total do emprego em 2012 (%)			
	Portugal	Centro	Baixo Vouga	AAV	Portugal	Centro	Baixo Vouga	AAV
Sector primário	-3,5	-1,8	-4,0	8,6	3,1	3,9	2,6	2,6
Sector secundário	-23,8	-20,7	-16,7	-9,4	29,2	36,1	44,7	51,4
Sector terciário	-8,8	-9,4	-8,0	-5,7	67,8	60,0	52,7	45,0
Total	-13,6	-13,6	-12,0	-6,1	100,0	100,0	100,0	98,9*

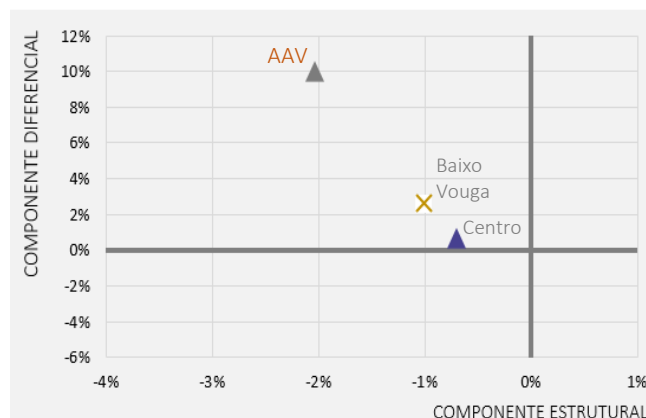
EVOLUÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS P/RAMO DE ATIVIDADE 2008-2012

- Grande peso na indústria transformadora 3.347 empregos (em 2012)
- Crescimentos nos ramos das artes e desporto (37,5%), saúde humana e apoio social (16,2%) e de consultoria científica e técnica (14,4%)



DINÂMICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO COMPARADA COM O PAÍS - 2008-2012

- O maior volume de emprego no concelho permanece em ramos de atividade cuja dinâmica de crescimento está em contraciclo com a do País e/ou que não exigem tanto conhecimento especializado



III.2 REDE EDUCATIVA E OFERTA FORMATIVA

EVOLUÇÃO DO N.º DE CRIANÇAS E JOVENS - 2000/01-2015/16

2000/01-2005/06

→ menos 484 crianças e jovens s/CMJ

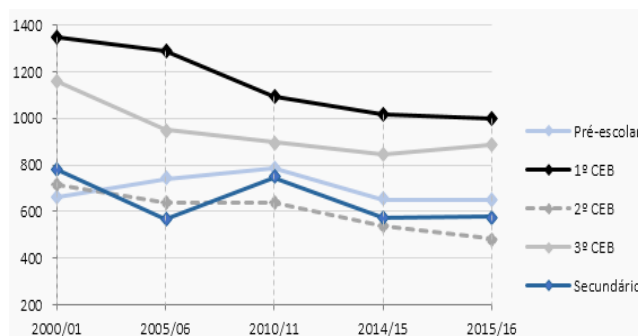
2005/06-2015/16

→ menos 587 crianças e jovens s/CMJ

2015/16

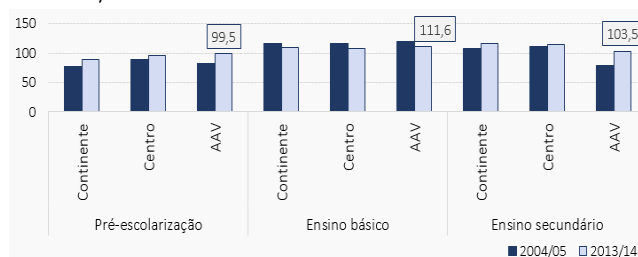
→ 3.594 (s/CMJ) e 3.910 (c/CMJ)

→ maiores perdas no 1.º e 2.º CEB



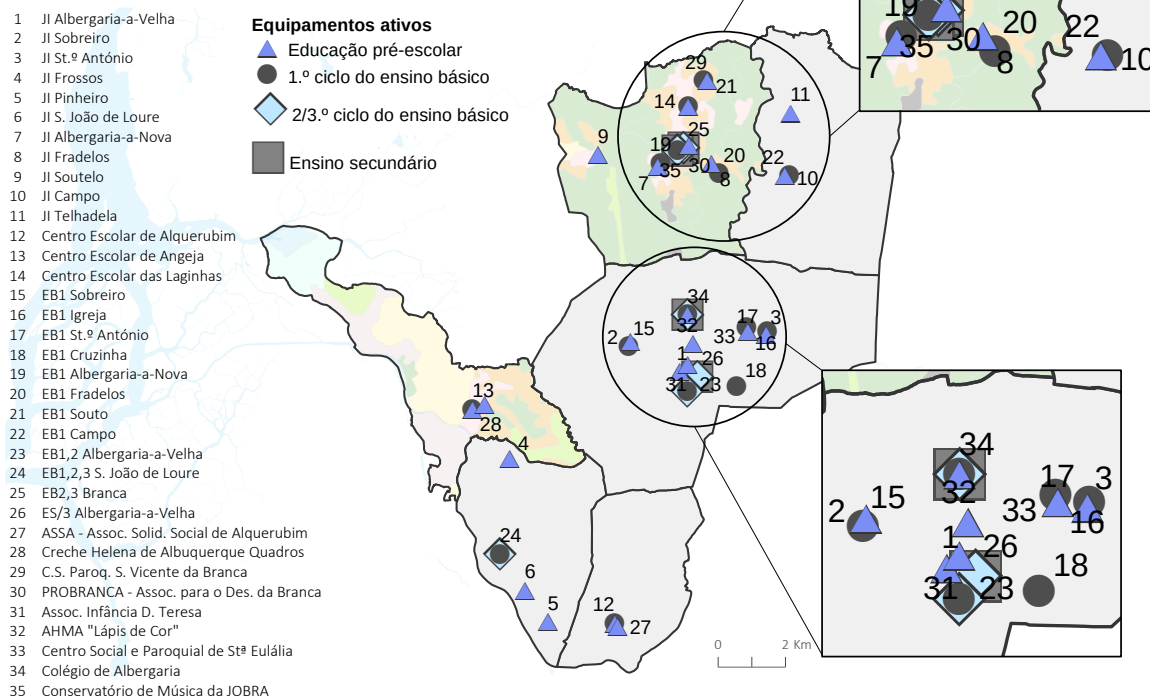
TAXAS BRUTAS DE ESCOLARIZAÇÃO - 2004/05-2013/14

- As taxas brutas de pré-escolarização aumentaram de 81,8% → 99,5%
- A escolarização no secundário aumentou de 79,2% → 103,5%



REDE EDUCATIVA ATUAL - 2015/16

- Existem 35 estabelecimentos
- 26 públicos
- 9 privados



TIPOS DE INTERVENÇÕES NOS EQUIPAMENTOS DA REDE EDUCATIVA ATUAL

2006-2015

→ construções novas

→ obras de requalificação

→ ampliações menores

- Em 2015, de uma forma geral, os estabelecimentos foram classificados com bom e razoável ao nível do estado de conservação
- É reconhecida a urgência e a necessidade de requalificar as estruturas físicas da ES/3 de AAV

Estabelecimento de Ensino	Tipo de intervenção	Ano
AEAAV		
Jl S. João de Loure	Ampliação	2006
Jl de St.º António	Ampliação	2006
EB1 Cruzinha	Ampliação	2006
EB1,2 Albergaria-a-Velha	Construção	2008
EB1 Igreja	Requalificação/Ampliação	2010
EB1 Alquerubim (Centro Escolar)	Construção	2011
EB1 Angeja (Centro Escolar)	Construção	2011
EB1 Sobreiro	Beneficiação	2014
Jl Pinheiro	Beneficiação	2014
AEB		
Jl Laginhas	Requalificação	2007
EB1 Laginhas (Centro Escolar)	Construção	2009
Jl Telhadela	Beneficiação	2010
EB1 Telhadela	Beneficiação	2010
Jl Albergaria-a-Nova	Ampliação	2015

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - 2005/06-2015/16

Educação Pré-Escolar Pública

- As taxas de ocupação consideram os alunos com NEE
- Considerando as Taxas de Ocupação máxima (20 alunos p/ turma):
Taxas mais elevadas: Jl Campo (125%) e o Jl S. João de Loure (115%)
Taxas mais baixas: Jl Pinheiro (50%) e o Jl Soutelo (50%)
- Diminuição do n.º de crianças total (-124)

Variação do n.º de crianças 2005/06 - 2015/16 (%)			Salas	Taxas de ocupação 2015/16	
				Tx. Mín.	Tx. Máx.
REDE PÚBLICA	AEAAV	↘			
	Jl Alquerubim (CE)	-	1	90,0	90,0
	Jl Angeja (CE)	↗	2	60,0	67,5
	Jl Albergaria-a-Velha	0	3	100	108,3
	Jl Sobreiro	↘	1	105,0	105,0
	Jl St.º António	↘	1	68,0	85,0
	Jl Frossos	↘	1	76,0	95,0
	Jl Pinheiro	↘	1	40,0	50,0
	Jl S. J. de Loure	↗	1	92,0	115,0
	AEB	↘			
	Jl Laginhas (CE)	↘	2	82,5	82,5
	Jl Albergaria-a-Nova	↘	1	64,0	80,0
	Jl Fradelos	↘	1	105,0	105,0
	Jl Soutelo	↘	1	40,0	50,0
	Jl Campo	↗	1	100,0	125,0
	Jl Telhadela	↘	1	48,0	60,0
	TOTAL - PÚBLICO		↘		

Educação Pré-Escolar Privada

- Taxas mais elevadas:** PROBRANCA (125%) e o C.S. Paroquial de St.ª Eulália (125%)
- Taxas mais baixas:** Jl do Colégio de Albergaria (55,0%)
- Diminuição do n.º de crianças no Colégio (-9) e aumento nas IPSS (+41)

Variação do n.º de crianças 2005/06 – 2015/16 (%)			Salas	Taxas de ocupação 2015/16	
				Tx. Mín.	Tx. Máx.
REDE PRIVADA	IPSS	↗			
	ASSA	↘	1	84,0	105,0
	Creche Helena Albuquerque Quadros	↘	2	90,0	90,0
	C. S. P. de S. Vicente da Branca	↘	2	76,0	95,0
	PROBRANCA	-	1	125,0	125,0
	Assoc. de Infância D.ª Teresa	↗	4	100,0	118,8
	AHMA – Lápis e Cor	↗	2	97,8	110,0
	C. S. Paroquial St.ª Eulália	-	2	111,1	125,0
	Colégio de Albergaria	↘	2	44,0	55,0
	TOTAL - PRIVADO	↗			

- A diminuição do n.º de crianças, entre outros fatores, conduziu ao encerramento de vários estabelecimentos escolares e à construção de Centros Escolares (CE) e a obras de ampliação e beneficiação de diversos estabelecimentos

Estabelecimentos de Educação Pré-escolar	N.º de Crianças	
	No ano letivo de 2005/06	Ano letivo de encerramento
AEAAV		
Bela Vista	15	2008/09
Loure	16	2008/09
Paus	11	2011/12
Fial ^Δ	18	2012/13
Fontes ^Δ → CE de Alquerubim	17	2012/13
Várzea [□] → CE de Alquerubim	14	2012/13
Cabeço S. Silvestre ^Δ → CE de Angeja	14	2014/15*
AEB		
Nobrijo	14	2012/13

^Δ, [□] - Estabelecimentos encerrados cuja oferta passou a ser assumida por outros espaços de lecionação
 *Carece de confirmação

1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - 2005/06-2015/16

- **Taxas mais elevadas:** EB1 Sobreiro (112,5%) e EB1 St.º António (111,1%)
- **Taxas mais baixas:** EB1 Laginhas (76,8%)
- Diminuição do n.º de crianças total público (-250) e total público e privado (-289)
- As diminuições podem justificar-se pela redução das camadas mais jovens e procura de oferta em concelhos vizinhos dado o fecho de escolas do 1.º CEB em AAV

Variação do n.º de crianças 2005/06 – 2015/16 (%)		Salas	Taxas de ocupação 2015/16 (18, 22 ou 26 alunos por turma) (%)
AEAAV	↘		
EB1 Alquerubim (CE)	-	4	106,3
EB1 Angeja (CE)	-	4	88,0
EB1,2 Albergaria-a-Velha	-	14	101,4
EB1,2,3 S. João de Loure	↘	4	100,0
EB1 Sobreiro	↘	2	112,5
EB1 Igreja	↗	2	97,6
EB1 St.º António	↘	1	111,1
EB1 Cruzinha	↗	2	97,6
AEB			
EB1 Laginhas (CE)	-	5	76,8
EB1 Albergaria-a-Nova	↗	2	90,0
EB1 Fradelos	↗	2	95,5
EB1 Souto	↘	2	95,2
EB1 Campo	↘	2	83,3
TOTAL - PÚBLICO	↘		
Colégio de Albergaria	↘	4	83,7
TOTAL – PÚBLICO E PRIVADO	↘		

- Entre 2004/05 e 2012/13 encerraram treze estabelecimentos pertencentes aos AE de Albergaria-a-Velha e de S. João de Loure (cuja unidade de gestão foi agregada à do AEAAV em 2012)
- Em igual período de análise, no AEB ocorreram oito encerramentos

Estabelecimentos do 1.º CEB	N.º de Alunos	
	No ano letivo de 2005/06	Ano letivo de encerramento
AEAAV		
V. Nova de Fuzos	-	2004/05
Fontão	6	2006/07
Frias	7	2006/07
Mouquim	17	2007/08
Albergaria-a-Velha N.º 1 [○]	132	2008/09
Albergaria-a-Velha N.º 2 [○]	89	2008/09
Albergaria-a-Velha N.º 3 [○]	37	2008/09
Paus	24	2011/12
Fial ^Δ	33	2012/13
Fontes ^Δ	58	2012/13
Angeja N.º 1 [□]	73	2012/13
Angeja N.º 2 [□]	31	2012/13
Frossos	19	2012/13
AEB		
Carvalhal	-	2005/06
Vilarinho de S. Roque	-	2005/06
Nobrijo	16	2010/11
Outeirinho	38	2011/12
Telhadelá	36	2012/13
Soutelo	26	2012/13
Laginhas N.º 1	61	*
Laginhas N.º 2	73	*

^Δ, [□], [○] - Estabelecimentos encerrados cuja oferta passou a ser assumida por outros espaços de lecionação/*Informação que não foi ainda disponibilizada

2.º/3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - 2005/06-2015/16

- Taxas de ocupação tendencialmente baixas no 2.º e 3.º CEB
- A baixa taxa de ocupação na EB1,2,3 S. João de Loure (31,4%) pode estar associada a situações de contexto
- Houve uma diminuição do n.º total de alunos no 2.º CEB (-156) e no 3.º CEB (-61)
- A redução mais acentuada do n.º de alunos verificou-se na EB1,2,3 SJL

Variação do n.º de crianças 2005/06 – 2015/16 (%)				Salas de aula/ espaços dedicados	Taxas de ocupação 2015/16		
					Tx Mín.	Tx Máx.	
REDE PÚBLICA E PRIVADA	2.º CEB	EB1, 2 de Albergaria-a-Velha	↘	10/5	59,4	63,7	
		EB1, 2, 3 de S. João de Loure	↘	3/4	31,4	31,4	
		EB2,3 da Branca	↘	6/5	44,8	48,4	
		TOTAL - PÚBLICO	↘				
		Colégio de Albergaria	↘	4/5	39,6	45,2	
	TOTAL – PÚBLICO E PRIVADO		↘				
	3.º CEB	EB1, 2, 3 de S. João de Loure	↘	5/4	36,4	39,2	
		ES/3 de Albergaria-a-Velha	↗	20/12	56,4	59,6	
		EB2,3 da Branca	↘	11/5	53,4	58,6	
		TOTAL - PÚBLICO	↘				
		Colégio de Albergaria	↘	6/5	54,1	61,8	
		TOTAL – PÚBLICO E PRIVADO		↘			

ENSINO SECUNDÁRIO - 2005/06-2015/16

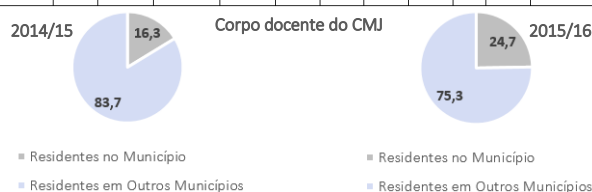
- O Colégio é o estabelecimento com a taxa de ocupação mais elevada ao nível do Ensino Secundário
- Houve um ligeiro aumento do n.º de alunos (+11)

Variação do n.º de crianças 2005/06 – 2015/16 (%)				Salas de aula/ espaços dedicados	Taxas de ocupação 2015/16		
					Tx Mín.	Tx Máx.	
REDE PÚBLICA E PRIVADA	ENSINO SECUNDÁRIO	ES/3 de Albergaria-a-Velha	↘	23/12	36,9	42,5	
		EB2,3 da Branca	-	Nesta escola, houve a título excecional, uma turma do secundário em 2015/16			
		TOTAL – PÚBLICO	↗				
		Colégio de Albergaria	↗	6/5	53,8	61,4	
		TOTAL – PÚBLICO E PRIVADO	↗				

CORPO DOCENTE - 2014/15-2015/16

- A maior parte do corpo docente do AEAHV tem idades entre 40-50 e 50-60 anos (≈86,7%)
- Em AEAHV e AEB a maior parte dos docentes possui licenciatura e vem de fora do concelho

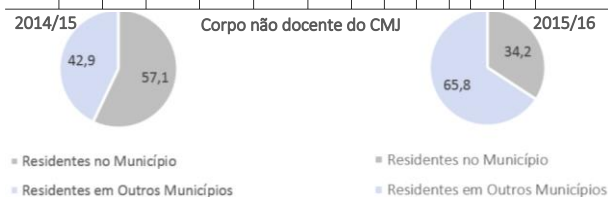
AE	Total	Idade				Qualificações				Origem Geográfica	
		30-40 %	40-50 %	50-60 %	+60 %	Bach.	Lic.	Mestr.	Dout.	AAV	Fora do Concelho
AEAAV	204	6,4	44,6	42,1	6,9	16	170	17	1	80	124
AEB	69	*	*	*	*	4**	58**	4**	-	27	42



PESSOAL NÃO DOCENTE - 2014/15-2015/16

- A maior parte do pessoal não docente do AEAHV tem entre 50-60 anos (30,8%)
- A maioria provém do concelho:
74% - AEAHV
89% - AEB

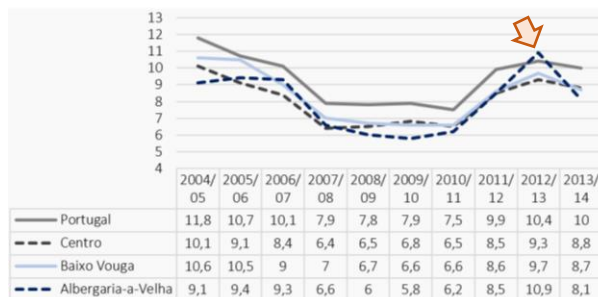
AE	Total	Idade					Categorias profissionais					Origem Geográfica	
		< 30 %	30-40 %	40-50 %	50-60 %	+60 %	AO	AT	TS	CT	EO	AAV	Fora do Concelho
AEAAV	104	5,8	27,9	26,0	30,8	9,6	66	10	26	1	1	77	27
AEB	28	*	*	*	*	*	21	6	1	-	-	25	3



III.3 DESEMPENHO ESCOLAR E DINÂMICAS EDUCATIVAS

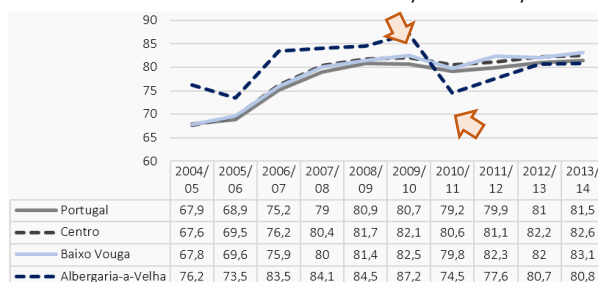
TAXA DE RETENÇÃO E DESISTÊNCIA NO ENSINO BÁSICO REGULAR - 2004/05-2013/14

- O Concelho tem acompanhado a linha de comportamento do País com valores mais favoráveis, excetuando-se o ano letivo de 2012/13



TAXA DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR - 2004/05-2013/14

- Queda acentuada da taxa de transição/conclusão do concelho após 2009/10, mantendo-se abaixo das taxas médias de referência até 2013/14



TAXAS DE SUCESSO ESCOLAR DO 1.º CEB

- Nos Agrupamentos e no Colégio registaram-se quer melhorias, quer reduções das taxas de sucesso, para ≠ anos de escolaridade

Anos de Escolaridade - 1.º CEB	Taxa de Sucesso (%)						
	AEEAV		AEB		Colégio de Albergaria		Portugal
	2012/13	2014/15	2012/13	2014/15	2011/12	2014/15	2014/15
1º ano	100,0	98,9	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2º ano	83,9	84,9	84,0	92,0	95,0	77,0	89,6
3º ano	95,1	90,2	97,0	97,0	93,0	100,0	95,6
4º ano	90,8	96,7	100,0	96,0	100,0	100,0	97,4

TAXAS DE SUCESSO ESCOLAR DO 2.º E 3.º CEB

- O AEEAV e o Colégio apresentam uma melhoria dos resultados escolares

Anos de Escolaridade - 2.º e 3.º CEB	Taxa de Sucesso (%)						
	AEEAV		AEB		Colégio de Albergaria		Portugal
	2012/13	2014/15	2012/13	2014/15	2011/12	2014/15	2014/15
5º ano	88,6	90,1	95,0	98,0	96,15	100,0	90,7
6º ano	77,8	91,1	98,0	87,5	92,86	100,0	90,1
7º ano	84,0	87,3	92,0	70,0	92,45	94,83	83,7
8º ano	80,5	90,1	77,0	80,0	96,36	100,0	89,2
9º ano	72,6	87,8	95,0	75,0	92,86	100,0	88,3

TAXAS DE SUCESSO ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO

- Melhoria das taxas de sucesso escolar no AEEAV e no Colégio, porém, neste último houve uma diminuição no 11.º ano

Anos de Escolaridade - Secundário	Taxa de Sucesso (%)				
	AEEAV		Colégio de Albergaria		Portugal
	2012/13	2014/15	2011/12	2014/15	2014/15
10º ano	76,7	87,7	77,92	87,72	84,9
11º ano	90,8	94,4	89,28	82,35	88,5
12º ano	65,6	74,0	88,40	95,06	67,6
Secundário Profissional	44,7	44,7	-	-	88,5

TAXAS DE ABANDONO ESCOLAR - 2001-2011

- No Concelho houve diminuição da taxa de abandono escolar
- Sem considerar a agregação de freguesias, SJL tinha as taxas mais elevadas (2,0%)

Unidades Geográficas	Pop. Resid. 10-15 s/9.º Ano		Pop. Resid. Total 10-15		Tx. Aband. Escolar (%)*	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	/	/	/	/	2,8	1,7
Centro	/	/	/	/	2,2	1,5
Baixo Vouga	/	/	/	/	2,2	1,4
Albergaria-a-Velha	57	21	1748	1674	3,3	1,2
Alquerubim	19	4	175	158	11,05	2,5
Angeja	4	1	172	124	2,33	0,8
Branca	10	1	372	380	2,80	0,3
Ribeira de Fráguas	3	2	144	95	2,14	2,0
AAV e Valmaior	13	10	649	719	2,0	1,4
S. João de Loure e Frossos	7	3	235	198	2,9	1,5

RESULTADOS ESCOLARES DO 4.º ANO

- Resultados dos exames do AEB e do Colégio de Albergaria superiores ou muito próximos aos da média nacional

Estabelecimentos de Ensino	Português						Matemática					
	2012/13		2013/14		2014/15		2012/13		2013/14		2014/15	
	Exame (0-5)	Exame (%)	Exame (0-5)	Exame (%)	Exame (0-5)	Exame (%)	Exame (0-5)	Exame (%)	Exame (0-5)	Exame (%)	Exame (0-5)	Exame (%)
AEAAV	2,5	*	2,9	*	3,4	*	2,9	*	2,7	*	3,0	*
AEB	*	55,0	*	67,0	*	65,0	*	64,0	*	64,0	*	62,0
Colégio de Albergaria	2,7	54,0	3,4	68,0	3,3	66,0	3,4	68,0	3,0	60,0	3,1	62,0
Nacional	-	49,0	-	62,2	-	65,6	-	57,0	-	56,1	-	59,6

RESULTADOS ESCOLARES DO 6.º ANO

- Resultados dos exames dos agrupamentos de escolas e do Colégio de Albergaria superiores ou iguais aos da média nacional

Estabelecimentos de Ensino	Português			Matemática		
	Exame (%)			Exame (%)		
	2012/13	2013/14	2014/15	2012/13	2013/14	2014/15
AEAAV	56	58	62	52	52	62
AEB	56,0	64,0	60,0	62,0	61,0	61,0
Colégio de Albergaria	54,7	62,5	63,2	57,6	53,6	54,8
Nacional	51,0	58,0	59,5	49,0	47,0	51,0

RESULTADOS ESCOLARES DO 9.º ANO

- De uma forma geral houve uma melhoria dos resultados escolares de Português e de Matemática comparando 2012/13 com 2014/15

Estabelecimento de Ensino	Português			Matemática		
	Exame (%)			Exame (%)		
	2012/13	2013/14	2014/15	2012/13	2013/14	2014/15
AEAAV	52	58	56	46	52	48
AEB	52,0	60,0	68,0	54,0	58,0	55,0
Colégio de Albergaria	53,4	64,7	59,3	51,4	55,2	51,1
Nacional	48,0	60,0	58,0	44,0	51,0	48,0

RESULTADOS ESCOLARES DO 11.º ANO

- No ano 2014/15 o Colégio teve melhores resultados, já em 2013/14 verificou-se o inverso

Estabelecimentos de Ensino	Biologia e Geologia (702)						Física e Química A (715)					
	2012/13		2013/14		2014/15		2012/13		2013/14		2014/15	
	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)
AEAAV	13,1	8,3	13,4	11,1	12,8	9,2	12,1	7,6	12,7	9,5	12,0	9,8
Colégio de Albergaria	*	9,5	*	10,7	*	10,9	*	9,3	*	8,8	*	11,1
Nacional	-	8,4	-	11,0	-	8,9	-	8,1	-	9,2	-	9,9

RESULTADOS ESCOLARES DO 12.º ANO

- No ano letivo 2014/15 o AEAAV e o Colégio de Albergaria tiveram resultados escolares inferiores aos da média nacional

Estabelecimentos de Ensino	Português (639)						Matemática (635)					
	2012/13		2013/14		2014/15		2012/13		2013/14		2014/15	
	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)	Clf	Exame (0-20)
AEAAV	12,9	9,8	13,0	12,0	14,3	10,8	13,1	10,3	12,8	8,0	13,6	11,0
Colégio de Albergaria	70,65*	9,7	71,0*	10,3	72,7*	10,4	66,1*	8,8	73,9*	8,7	71,5*	10,4
Nacional	-	9,8	-	11,6	-	11,0	-	9,7	-	9,2	-	12,0

BENEFICIÁRIOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

- No AEAAV houve uma diminuição do n.º de beneficiários, já no AEB houve um aumento
- A CMAAV presta um conjunto de apoios/subsídios

N.º de Beneficiários de ASE			Conjunto de Medidas
Agrupamentos	2013/14	2015/16	
AEAAV	909	861	- Subsídios para participação dos manuais escolares - Material didático - Fornecimento de refeições (Sistema UniCard Kids) - Transporte escolar - Atribuição de bolsas a alunos carenciados para o Ensino Superior
AEB	235	347	

TRANSPORTE ESCOLAR - 2015/16

- Em 2015/16 existiam três empresas a assegurar o transporte de crianças e jovens
- No mesmo ano, 695 crianças e jovens utilizavam transporte escolar

Empresa de Transporte	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Secund.	TOTAL
AEAAV	31	108	198	170	507
AUTO-VIAÇÃO AVEIRENSE	31	88	161	81	361
CAIMA – TRANSPORTES, SA	-	-	3	77	80
TRANSEV INTERIOR	-	20	34	12	66
AEB	9	63	111	5	188
CAIMA-TRANSPORTES, SA	9	63	111	5	188
TOTAL	40	171	309	175	695

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (AAAF)

- As AAAF asseguram o acompanhamento das crianças na EPE antes e/ou depois do período diário de atividades educativas e nos períodos de interrupção

EXEMPLOS DE PROJETOS NOS AE DO CONCELHO	
PROJETOS	Saltitar, Chapinhar, MusicArt, Hora do Conto, Leitura em Vão e Vem
HORÁRIO DE ACOMPANHAMENTO	7:30 às 9h e das 12:00 às 19h.

COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF)

- A CAF comporta um conjunto de atividades para o acompanhamento dos alunos do 1.º CEB, antes e/ou depois das atividades curriculares, das AEC e nos períodos de interrupção letiva

HORÁRIO DE CAF GERAL DAS IPSS:
7:00-9:00 (Manhã)
11:30-14:00 (Almoço)
16:00-19:30 (Prolongamento)
A rede de IPSS tem uma importância bastante significativa por facilitar o acompanhamento dos alunos, principalmente no que diz respeito ao desajustamento entre os horários dos alunos e os horários de trabalho dos pais e encarregados de educação

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (AEC)

- As AEC complementam de forma lúdica e pedagógica o tempo extracurricular de permanência das crianças na escola

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR
AE + Autarquia: Baú dos Livros, Ciência e Astronomia na Escola, Música na Escola (...)
IPSS: Inglês, Natação, Cesta dos Livros e Hora do Conto, A Cidade das Cores, Dr. Risadas (...)

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO EDUCATIVO

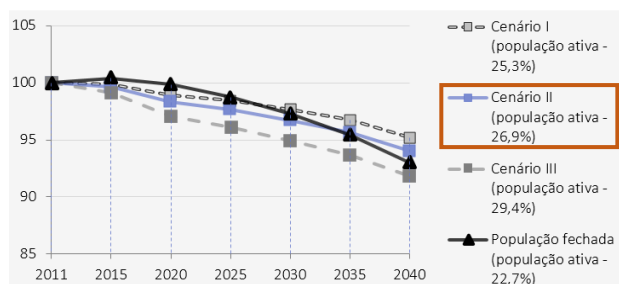
- AEAAV → Unidade de apoio especializado para alunos com multideficiência e surdocegueira congénita
- AEB → Duas Unidades de Ensino Estruturado para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO:
Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)
Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA)
Equipa Multidisciplinar
PROJETOS/PROGRAMAS/ DO MUNICÍPIO
Programa “Incluir +” - sala de estimulação e integração sensorial

III.4 ANÁLISE PROSPETIVA DA REDE DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES

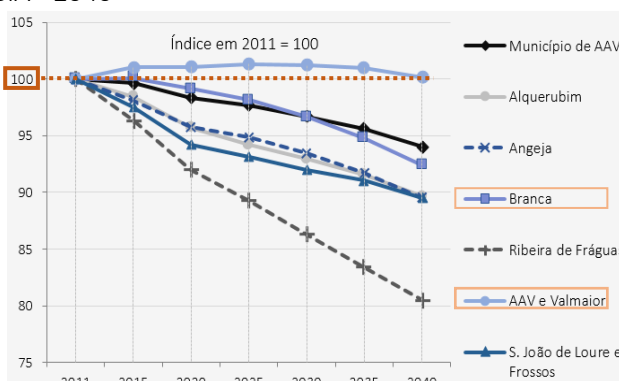
PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO NO MUNICÍPIO - 2040

- Contração ligeira da população para todos os cenários económicos e também para a população fechada



PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA - 2040

- Referência CENÁRIO II (cenário intermédio)
- Redução expectável superior a 5% no Município e em praticamente todas as freguesias
- A freguesia sede continua a ocupar a posição mais favorável



POPULAÇÃO POR FREGUESIA - 2011-2040

- Prevê-se uma diminuição da população no concelho em (-1511) até 2040

Unidades Geográficas	2011	2015	2020	2025	2030	2035	2040	Variação 2015-2040	
								Abs	%
Município de AAV	25252	25152	24821	24658	24421	24149	23741	-1411	-5,6
Alquerubim	2381	2343	2279	2242	2214	2181	2135	-208	-8,9
Angeja	2073	2034	1985	1966	1937	1901	1856	-178	-8,8
Branca	5621	5626	5571	5517	5432	5329	5192	-434	-7,7
Ribeira de Fráguas	1713	1650	1575	1529	1478	1429	1379	-271	-16,4
AAV e Valmaior	10568	10675	10682	10707	10696	10672	10587	-88	-0,8
S. João de Loure e Frossos	2896	2824	2729	2697	2664	2637	2592	-232	-8,2

PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE ALBERGARIA-A-VELHA - 2011-2040

- Aumento da população nos grupos etários mais envelhecidos
- Diminuição ao nível dos grupos etários mais jovens



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL ATÉ 2040

- É esperada uma diminuição da população estudantil em todos os níveis de educação ensino

Ciclos de estudo	2015		2020	2030	2040	Variação 2015-40	
	s/IOBRA	c/IOBRA				s/IOBRA	c/IOBRA
Pré-escolar	648	648	454	443	438	-32,4	-32,4
1.º CEB	998	1051	846	696	736	-26,3	-30,0
2.º CEB	482	482	572	417	412	-14,5	-14,5
3.º CEB	889	897	791	632	627	-29,5	-30,1
Ensino secundário	577	832	798	674	523	-9,4	-37,1
Total	3594	3910	3462	2861	2736	-23,9	-30,0

PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL POR FREGUESIA - 2040

- Prevê-se que a freguesia de AAV e Valmaior tenha mais população estudantil em 2040 do que as outras freguesias

Unidades Geográficas	2015						2040					
	Pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Sec.	Total	Pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Sec.	Total
Município de AAV	648	1051	482	897	832	3910	438	736	412	627	523	2736
Alquerubim	59	99	46	86	76	365	40	71	40	61	51	263
Angeja	39	54	31	59	60	244	24	46	29	45	40	184
Branca	141	234	117	217	190	899	97	160	87	133	112	589
Ribeira de Fráguas	33	42	23	44	45	186	19	36	22	34	30	141
AAV e Valmaior	307	509	216	402	361	1796	211	339	186	285	239	1260
S. João de Loure e Frossos	69	113	48	90	101	420	47	84	47	68	52	298

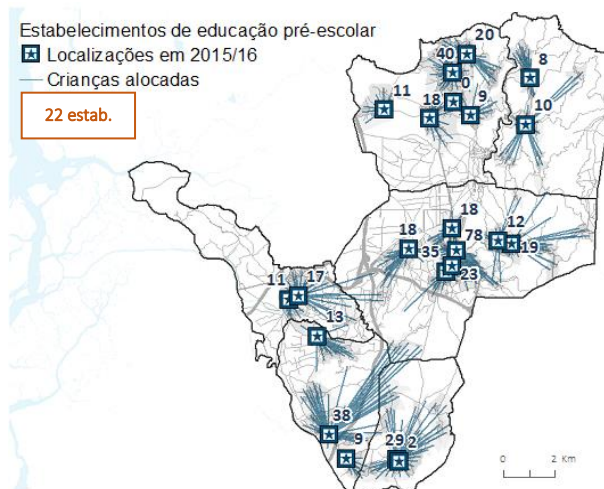
PROJEÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL PRÉ-ESCOLAR - 2020-2040

- As projeções indicam que apenas a freguesia de S. João de Loure e Frossos irá registar um aumento da população estudantil pré-escolar

Unidades Geográficas	2015	2020	2030	2040	Variação (%)	
					2015-40	2020-40
Município de AAV	648	454	443	438	-32,4	-3,5
Alquerubim	59	41	41	40	-32,2	-2,4
Angeja	39	31	30	24	-39,0	-22,6
Branca	141	100	97	97	-31,2	-3,0
Ribeira de Fráguas	33	23	20	19	-42,0	-17,4
AAV e Valmaior	307	216	209	211	-31,3	-2,3
S. João de Loure e Frossos	69	44	45	47	-31,7	6,8

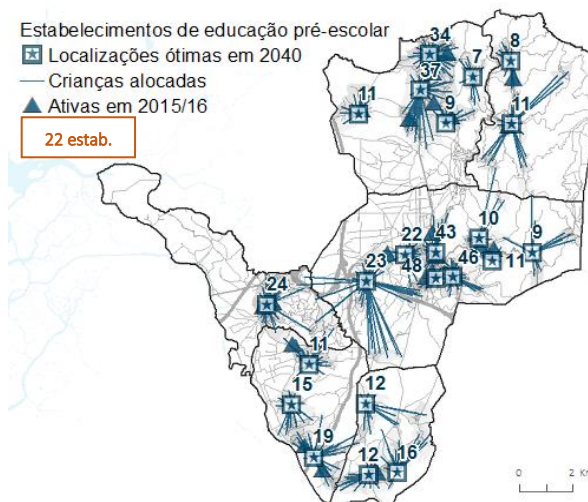
ALOCACÃO DE CRIANÇAS AOS JARDINS-DE-INFÂNCIA - 2040

- Foi feita uma alocação do número de crianças projetado para 2040 aos equipamentos ativos em 2015/16, seguindo o critério da proximidade geográfica
- Desafio: garantir o n.º mínimo (20 crianças) para o ideal funcionamento deste tipo de estabelecimentos



LOCALIZAÇÕES ÓTIMAS DOS EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR - 2040

- Nas freguesias menos urbanas - em Angeja e Ribeira de Fráguas - existe uma correspondência exata entre a localização atual dos equipamentos e a sua localização ótima
- Nas freguesias a sul as localizações ótimas dariam lugar a uma rede ligeiramente mais dispersa



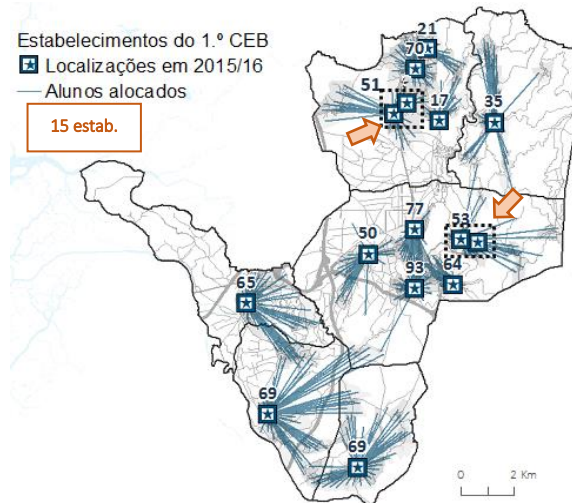
PROJEÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DO 1.º CEB - 2020-2040

- Todas as freguesias apresentam uma diminuição da população estudantil do 1.º CEB até 2040
- Ribeira de Fráguas (-25,4%)

Unidades Geográficas	2015	2020	2030	2040	Variação (%)	
					2015-40	2020-40
Município de AAV	1051	846	696	736	-30,0	-13,0
Alquerubim	99	79	67	71	-28,1	-10,1
Angeja	54	53	51	46	-14,8	-13,2
Branca	234	183	151	160	-31,7	-12,6
Ribeira de Fráguas	42	48	36	36	-13,8	-25,0
AAV e Valmaior	509	391	323	339	-33,4	-13,3
S. João de Loure e Frossos	113	92	67	84	-25,7	-8,7

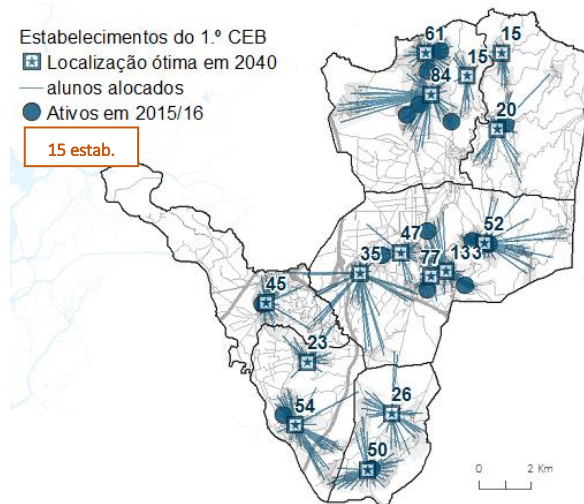
ALOCÇÃO DOS ALUNOS ÀS ESCOLAS DO 1.º CEB - 2040

- As localizações da JOBRA e da EB1 de Albergaria-a-Nova e das EB1 da Igreja e de St.º António, são consideradas como uma só, já que a sua proximidade geográfica leva a que na prática tenham uma só área de captação



LOCALIZAÇÕES ÓTIMAS DAS ESCOLAS DO 1.º CEB - 2040

- Existe uma relativa correspondência da concentração em torno dos dois principais aglomerados do Município - Albergaria-a-Velha e Branca
- Para minimizar distâncias percorridas justificar-se-ia a densificação da rede nas freguesias mais a sul



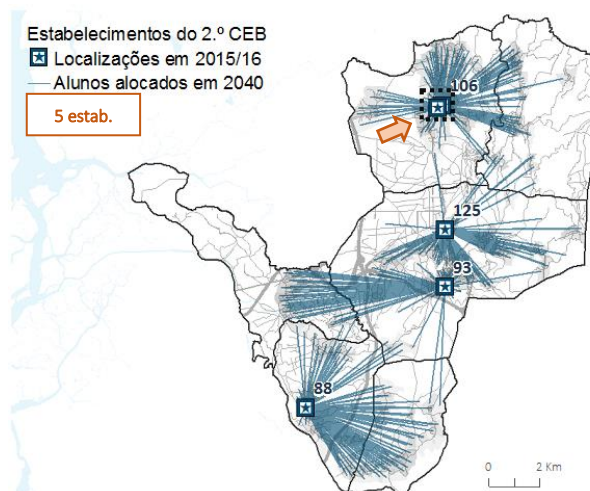
PROJEÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUNDATIL DO 2.º E 3.º CEB - 2020-2040

- Para o 2.º CEB prevê-se uma quebra de cerca de 15%
- Para o 3.º CEB é expectável uma diminuição mais acentuada ($\approx 1/3$)

Unidades Geográficas	2º CEB						3º CEB					
	2015	2020	2030	2040	Variação (%) 2015-40	Variação (%) 2020-40	2015	2020	2030	2040	Variação (%) 2015-40	Variação (%) 2020-40
Município de AAV	482	572	417	412	-14,5	-28,0	897	791	632	627	-30,1	-20,7
Alquerubim	46	54	38	40	-12,7	-25,7	86	75	59	61	-28,6	-18,5
Angeja	31	30	29	29	-7,5	-3,1	59	46	45	45	-24,1	-2,0
Branca	117	128	91	87	-25,4	-31,9	217	175	137	133	-38,6	-23,9
Ribeira de Fráguas	23	23	24	22	-5,7	-4,1	44	35	36	34	-22,2	-2,7
AAV e Valmaior	216	276	192	186	-13,7	-32,4	402	377	291	285	-29,0	-24,3
S. João de Loure e Frossos	48	62	43	47	-2,6	-24,0	90	84	64	68	-23,9	-18,9

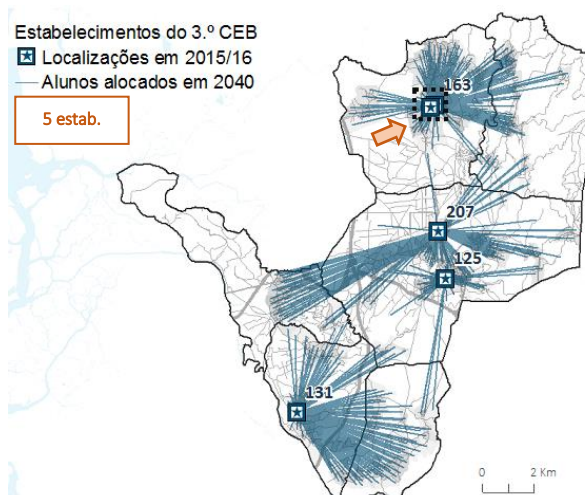
ALOCAÇÃO DOS ALUNOS ÀS ESCOLAS DO 2.º CEB - 2040

- Se for analisada a alocação do número projetado de alunos para 2040 aos equipamentos atualmente ativos, verifica-se que o atual dimensionamento da rede permite níveis de cobertura elevados



ALOCAÇÃO DOS ALUNOS ÀS ESCOLAS DO 3.º CEB - 2040

- A quebra de alunos poderá colocar pressão sobre o dimensionamento e gestão dos estabelecimentos em funcionamento



PROJEÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DO ENSINO SECUNDÁRIO

- É esperado que o número de alunos do ensino secundário mantenha a trajetória descendente em que se encontra desde 2010/2011
- Com a crescente especialização o critério geográfico começa a ter um papel menos importante

Unidades Geográficas	2015	2020	2030	2040	Variação (%)	
					2015-40	2020-40
Município de AAV	832	798	674	523	-37,1	-34,5
Alquerubim	76	75	62	51	-32,9	-32,1
Angeja	60	54	42	40	-33,2	-26,1
Branca	190	193	144	112	-41,1	-42,1
Ribeira de Fráguas	45	39	41	30	-32,8	-23,2
AAV e Valmaior	361	359	308	239	-34,0	-33,6
S. João de Loure e Frossos	101	79	76	52	-48,4	-34,3

No Ensino Secundário há uma crescente especialização e diversificação de percursos

ANÁLISE SWOT



IV ANÁLISE SWOT E VISÃO

IV.1 MATRIZ SWOT

Com base na caracterização e diagnóstico da Educação do Concelho de Albergaria-a-Velha, fundamental para sustentar e clarificar os eixos de intervenção e linhas de ação do PEEMAAV, foi elaborada uma análise SWOT³¹ da realidade educativa do território. Através desta, são elencados os principais *pontos fortes*, *pontos fracos*, *oportunidades* e *constrangimentos* associados ao território municipal que se apresentam não sem antes tecer algumas considerações operacionais.

Para a elaboração da análise SWOT, partiu-se, em primeiro lugar, de uma análise criteriosa de diferentes fontes de informação relativas à caracterização e diagnóstico da Educação no concelho através de indicadores estatísticos sobre as diferentes componentes do sistema educativo – indicadores demográficos, sociais, económicos, educativos e territoriais. Esta análise foi, complementada em simultâneo, complementada e aclarada pela análise de dados qualitativos resultantes da fase de auscultação (entrevistas) dos diferentes agentes e entidades locais com papel ativo no campo da Educação. Seguiram-se momentos de discussão conjunta e alargada (reuniões de trabalho e workshops) com atores locais privilegiados da comunidade acerca das principais características educativas do Município.

Os resultados do tratamento de toda a informação recolhida tomam estrategicamente a forma de análise SWOT e apresentam-se no Quadro abaixo. Esta análise contempla não só os dados da caracterização do contexto, mas também os principais contributos dos elementos da comissão alargada que representa as diferentes instituições da comunidade.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
• Educação assumida como uma prioridade pelo Executivo Municipal • Diversidade de oferta educativa, com reflexos positivos na prevenção do absentismo e abandono escolares • Qualidade geral das infraestruturas escolares • Capacidade de resposta na frequência da Educação Pré-escolar • Abandono escolar residual • Redução progressiva das taxas de retenção • Estabilidade do corpo docente • Diversidade de atividades de complemento curricular • Conservatório de Música da Jobra e oferta educativa artística inovadora, exigente e rigorosa (Música, Dança e Teatro) • Respostas da rede de IPSS	• Reduzido debate e reflexão sobre Educação em órgãos como o Conselho Municipal de Educação e o Conselho Local de Ação Social • Pouca articulação entre Agrupamentos de Escolas • Oferta formativa pouco coordenada • Envelhecimento e reduzida renovação dos quadros docentes e não docentes nas escolas públicas • Desinvestimento na formação contínua de funcionários docentes e não docentes • Excessiva mobilidade por parte de alguns docentes para lecionar em diferentes estabelecimentos de ensino • Dinâmica das instituições locais pouco rentabilizada

³¹ O termo SWOT resulta da conjugação das iniciais de quatro palavras anglo-saxónicas: *Strengths* (Pontos Fortes), *Weaknesses* (Pontos Fracos), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Constrangimentos).

• Bibliotecas Escolares/Centros de Recursos Educativos bem equipados, acolhedores e promotores da aprendizagem • Serviços especializados de apoio educativo: a) os Serviços de Psicologia e Orientação, b) o Grupo de Educação Especial e c) a Equipa Multidisciplinar • Respostas educativas especializadas: a) unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita ao nível do 1.º CEB; b) unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbação do espectro do autismo • Práticas de integração e formação dos alunos com necessidades educativas especiais • Parceria das escolas e instituições locais na complementaridade educativa • Promoção de projetos/programas de educação, música e desporto apoiados pela CMAAV • Dinâmica associativa concelhia nas diversas áreas de intervenção social, cultural, artística e desportiva • Protocolos com entidades públicas e privadas para a realização de estágios profissionais • Sistema de gestão escolar <i>UniCard Kids</i> • Serviço de refeições de qualidade e promotor da economia local • Reforço dos assistentes operacionais e respetiva formação • Discussão da organização da rede educativa	• Dificuldades de fixação de alunos nas escolas do concelho após o Ensino Básico • Reduzidas práticas colaborativas entre instituições educativas, culturais e desportivas do concelho • Reduzida articulação entre escolas e empresas • Reduzida oferta formativa ao nível da formação profissional • Necessidade de maior adequação da rede de transportes escolares • Insuficiência dos recursos humanos dos Serviços de Psicologia e Orientação • Falta de pessoal não docente • Baixos níveis de escolaridade da população adulta • Carência de respostas locais de educação e formação para a população adulta
OPORTUNIDADES	CONSTRANGIMENTOS
• Descentralização de competências na área da Educação • Construção participada do PEEM como instrumento de planeamento, organização e monitorização da ação educativa no Município • Papel de mediação da CMAAV entre associações, escolas e empresas no desenvolvimento de atividades conjuntas • Capacidade de atração populacional face aos concelhos vizinhos • Localização geoestratégica preferencial • Ligação entre tradição e inovação na indústria local • Integração na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, com forte dinâmica e tradição ligada à atividade industrial • Capacidade de atração de investimento • Dinâmica de investimento empresarial por parte dos agentes locais • Oferta de equipamentos culturais e desportivos • Dinamismo associativo • Diversidade e constância de oferta cultural	• Dificuldade das lideranças organizacionais no trabalho conjunto para a inovação e desenvolvimento educativo • Baixas expectativas de alunos e famílias relativamente ao percurso escolar e projetos de vida • Envelhecimento populacional e progressiva redução da população em idade escolar • Crescente isolamento da população de algumas freguesias • Rede de transportes públicos insuficiente para dar resposta às necessidades da população • Aparente desmotivação crescente dos profissionais da educação • Dificuldades socioeconómicas de muitas famílias • Aumento de problemas sociais e comportamentais nas escolas • Desequilíbrios a nível de serviços públicos, demográficos, emprego, acessibilidades e mobilidade entre as freguesias

FIGURA 2: ANÁLISE SWOT

Face à análise SWOT apresentada, é importante refletir sobre os seus principais aspetos que se destacam bem como a forma como condicionarão, positiva ou negativamente, a Educação no Município e respetivas implicações na consecução do plano de ação a apresentar no âmbito do PEEMAAV.

No que aos ***pontos fortes*** diz respeito, é inegável o assumir da Educação como compromisso prioritário pelo poder local, materializada nos constantes esforços de construção no concelho de uma Escola de qualidade, autónoma, criativa e inovadora. De entre as vantagens internas que poderão potenciar a elaboração e implementação de um PEEM devidamente contextualizado, mais ajustado, mais mobilizador e mais eficiente destaca-se: a preocupação do poder local com a promoção do sucesso escolar e de estratégias de apoio aos alunos e respetivas famílias, em colaboração com as escolas e demais agentes educativos. É evidente a aposta da CMAAV numa política de gestão cuidada que privilegia o papel de cada escola no meio sociocultural que a rodeia. Esta política tem dado os seus frutos dos quais se destacam: o aumento dos apoios socioeconómicos aos agrupamentos; a atualização do equipamento informático nos Jardins de Infância e Escolas do 1º CEB; a renovação das infraestruturas e equipamentos do parque escolar municipal e a afetação de recursos para assegurar apoios socioeducativos e respostas terapêuticas à população escolar do concelho. O trabalho de proximidade com as escolas tem-se traduzido também no desenvolvimento de iniciativas e projetos e na preocupação com a diversidade e abrangência da rede de instituições e da oferta educativa. Deste esforço conjunto resulta uma taxa de pré-escolarização acima dos valores nacionais, níveis reduzidos de abandono escolar, melhoria generalizada dos resultados escolares no concelho e aumento dos níveis de escolarização da população em geral.

Para equilibrar as oportunidades de acesso ao ensino e promover o sucesso escolar, os Serviços de Ação Social das escolas, em articulação com a CMAAV e outras estruturas do ME, asseguram também um conjunto de medidas de apoio aos alunos e suas famílias, em função das suas necessidades. Há também uma forte dinâmica associativa concelhia nas diversas áreas de intervenção social, cultural, artística e desportiva que contribui de forma diferenciada para a educação e formação da comunidade.

As bibliotecas escolares e a Biblioteca Municipal, por sua vez, disponibilizam um conjunto variado de atividades e recursos e desse modo proporcionam também novas experiências de aprendizagem aos alunos/comunidade.

Em síntese, é de destacar a abertura das escolas à comunidade e a preocupação com a interação entre os diferentes agentes educativos do município.

Apesar das mais-valias apontadas e dos crescentes investimentos feitos na educação do Município, há ainda um conjunto de **pontos fracos** que têm de ser ultrapassados e sobre os quais são tecidas algumas considerações.

Apesar dos investimentos feitos, existe ainda margem para melhorar os níveis de cobertura dos equipamentos direcionados quer aos segmentos populacionais mais jovens, quer aos mais envelhecidos. O cenário de contração demográfica que se prevê para o Município, agravado pela diminuição da população discente em todos os níveis de educação e ensino desde o ano letivo de 2000/01, justifica a necessidade de apostar na qualidade e no acesso de todos os munícipes a estes equipamentos e respetivos serviços, quer na perspetiva de fixar as camadas mais jovens, quer de colmatar as necessidades da população adulta.

Igualmente preocupantes são os ainda baixos níveis de escolaridade da população do concelho, nomeadamente a taxa bruta de escolarização abaixo dos valores nacionais no caso do ES, a que acrescem lacunas ao nível da formação de adultos; a taxa de retenção no ES acima dos valores nacionais; a insuficiência de profissionais de apoio psicopedagógico e terapêutico a trabalhar diretamente nas escolas; a necessidade de maior formação de professores sobre metodologias e contextos de ensino e aprendizagem; o envelhecimento e reduzida renovação dos quadros docentes e não docentes; problemas sociais e comportamentais dos alunos e o desequilíbrio na organização e gestão da rede de agrupamentos/escolas públicas com repercussões designadamente nas dificuldades de gestão pedagógica em algumas escolas.

Urge ainda monitorizar e avaliar as iniciativas, programas e projetos de combate ao insucesso escolar para que os resultados sejam mais evidentes e constantes. As AEC evidenciam uma necessidade de uma nova abordagem organizativa, que promova uma maior liberdade de decisão dos alunos sobre as atividades em que participam.

No que respeita ao ensino profissional, tem vindo a observar-se um baixo aproveitamento escolar, taxas de repetência significativas e muitas desistências que suscitam a necessidade de uma intervenção local mais eficaz e potenciadora da escolarização destes jovens, muitos deles provenientes de meios socioeconómicos carenciados, para valorizar as suas competências e facilitar a articulação da oferta e (re)qualificação profissional.

Torna-se também necessário contribuir para a desmistificação do ensino profissional das artes performativas, refletir sobre a saída profissional nestas áreas e sobre a importância do ensino artístico no desenvolvimento de crianças e jovens, sobretudo a partir da valência do ensino artístico especializado, que constitui uma dimensão favorável a uma maior igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento da comunidade local.

O tecido industrial tem um peso significativo no volume do emprego municipal e é assumido pela Autarquia como um dos principais motores de desenvolvimento do Concelho. Face ao exposto, é imprescindível repensar a oferta formativa profissional com os estabelecimentos capazes de lecionar os cursos profissionais, cada vez mais orientados para as necessidades das empresas, visando a curto, médio e longo prazo aumentar a oferta de emprego e qualificar a mão-de-obra de obra existente no Município.

O desenvolvimento pessoal e social da população, através da aprendizagem ao longo da vida, tem sido encarado como prioridade, valorizando as estruturas e dispositivos de apoio e parcerias no Município. Existem já algumas iniciativas e programas, mas pouco sistematizados, com pouca adesão e, consequentemente, com poucos reflexos na resolução de problemas como o desemprego, os baixos níveis de habilitações da população adulta, a carência de qualificações, a fraca autonomia e dependência da Segurança Social.

São também necessários programas de formação contínua para o pessoal, docente, não docente e outros agentes educativos sobre temas relevantes – como indisciplina, insucesso escolar, inclusão de alunos com NEE, integração de alunos de etnia cigana, gestão de conflitos, trabalho colaborativo, TICE, Educação pelos Média, ensino experimental, promoção da literacia, promoção da cidadania, entre outros – para uma melhor resposta educativa em AAV.

Face aos muitos desafios da parentalidade e dado o pouco envolvimento dos pais na vida escolar, é também necessário apostar em iniciativas regulares de educação parental, a partir de práticas colaborativas entre instituições educativas, culturais e desportivas do território.

Por último, afigura-se como necessário promover consensos entre os diferentes parceiros/interessados na Educação para que haja uma aproximação e possibilidade de trabalho conjunto entre as diferentes instituições de ensino, públicas e privadas, com a mediação do poder local.

Apesar dos pontos fracos enumerados, existem valências já instaladas que é possível potenciar através das ações do PEEMAAV. A implementação concertada de iniciativas educativas ajudará, por um lado, a fixar as pessoas em Albergaria-a-Velha e, por outro, a atrair novos residentes e visitantes. Assim, no que respeita às *oportunidades*, isto é, a fatores externos positivos que poderão estimular a construção e desenvolvimento do PEEM, destacam-se a descentralização de competências na área da Educação e a conceção do PEEM como processo de construção estratégica de uma política de Educação concelhia e como instrumento de planeamento, organização e monitorização da ação educativa, assente na participação e mobilização comunitária.

O contexto social é ainda favorável a um necessário fortalecimento do CME, através de uma agenda centrada nas políticas educativas locais e para o desenvolvimento por parte da CMAAV de um papel estratégico na ligação entre associações, escolas, empresas e a comunidade em geral na promoção e articulação de atividades conjuntas.

O dinamismo associativo, o dinamismo empresarial, as lideranças organizacionais, com destaque para as escolares, empenhadas e disponíveis para trabalho conjunto na inovação, melhoria e desenvolvimento educativo, o aproveitamento de sinergias decorrentes da integração do Município na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, a cooperação com a SEMA, AIDA, IEFP, Centros de Formação e Universidades e as condições para desenvolver políticas sectoriais com impactos positivos que vão além dos limites do concelho, entre outras, são oportunidades relevantes para alavancar os níveis de educação e qualificação no território.

Também a localização e as acessibilidades exercem uma influência positiva significativa. Albergaria-a-Velha beneficia da pertença a uma região de forte dinamismo económico o que lhe confere importantes fatores de diferenciação e de reforço de competitividade. Por essa via o concelho reforça a forte capacidade de atração de investimentos que podem conduzir ao crescimento demográfico com reflexos positivos ao nível do aumento da população escolar.

Antes de passar aos constrangimentos do território, é ainda necessário destacar a oferta cultural e desportiva do Concelho como um aspeto diferenciador. Importa referir que grande parte desta oferta é regular, estável e gratuita, sendo a CMAAV o principal motor para coordenar as coletividades de modo a promover iniciativas que marquem a diferença face aos territórios vizinhos.

Para terminar as considerações sobre a análise SWOT, são apresentados os principais **constrangimentos** que correspondem a fatores externos, de algum modo condicionadores da consecução do PEEM. Do contexto destacam-se a este nível: o progressivo envelhecimento da população residente no município, com a consequente dependência; as dificuldades socioeconómicas de muitas famílias e as baixas expectativas face à escola; as desigualdades do concelho e a desertificação de algumas freguesias; e problemas como a insegurança, a toxicodependência, a prostituição e a exclusão social, nomeadamente da comunidade cigana.

Outro grande constrangimento tem a ver com a reduzida cultura de envolvimento e participação que ainda se verifica e que uma vez mais conduz à afirmação da necessidade de promover uma maior abertura, articulação e conjugação de esforços entre todos os agentes educativos do município.

Concluindo, é evidente a abertura das escolas à comunidade e a preocupação com a interação com os diferentes agentes educativos do município. Estão criadas as condições para investir em políticas educativas que assumam novas propostas estratégicas de desenvolvimento educativo e formativo promotoras de uma maior flexibilidade das ofertas existentes e consequente articulação entre as mesmas. Desta forma torna-se possível estabelecer uma linha orientadora comum a todas as entidades locais que, direta ou indiretamente, intervêm no desenvolvimento educativo e formativo do concelho.

A reflexão conjunta levada a cabo revela a necessidade de potenciar e reforçar o trabalho conjunto e concertado de todos, apelando-se à corresponsabilização e ao contributo de todos na melhoria da Educação no concelho.

A identificação dos principais *pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças* do território foi mais um contributo para a análise socioeducativa do Concelho de Albergaria-a-Velha e esteve na base da definição das principais áreas de intervenção e do plano de ação que integra o Plano Estratégico Educativo Municipal de Albergaria-a-Velha e que se apresentarão no capítulo seguinte.

IV.2 VISÃO EDUCATIVA PARA O MUNICÍPIO

Num quadro de síntese decorrente da análise do território de AAV, dos seus atores políticos, das vozes dos membros da sua comunidade e das suas instituições, emerge uma visão educativa para AAV assente em:

Construir uma comunidade com sentido de pertença e identidade entre cidadãos diferentes e com elevados níveis de qualificações

Esta visão não deve ser entendida como uma preocupação exclusiva daqueles que mais diretamente estão vinculados às questões educativas. A sua operacionalização e aprofundamento exigem uma participação de todos, desde as crianças até aos mais idosos. Uma comunidade com identidade afirma-se de forma dinâmica e articulada, pelo diferenciado envolvimento dos seus atores sociais. Este não é só um problema da Autarquia, nem só das escolas. É uma questão que importa a todos, numa base de diferenciada participação no espaço e no tempo. Não se está perante um desafio para ser resolvido amanhã, mas sim para ser assumido no quotidiano da vida das pessoas de AAV e das suas instituições. É fundamental uma atitude de abertura, partilha e cooperação se for assumido como finalidade constituir um território atraente e diferenciado.

Esta visão educativa para o Município de AAV, estrutura-se em torno de 4 eixos estratégicos, resultantes não só das expectativas e aspirações da comunidade de AAV, mas também dos desafios que a Educação coloca num período de transferência de competências da administração central para a local.

Perante os desafios que se colocam com a escolaridade de 12 anos, a busca por diferentes ambientes de aprendizagem mobilizadores dos jovens e o aprofundamento do desenvolvimento de competências para a vida por parte de todos, o PEEMAAV elege, após um alargado processo de consulta e participação cívica, os quatro eixos organizadores do desenvolvimento educativo até 2020 – **Participação, Inclusão, Qualificação e Empreendedorismo**.

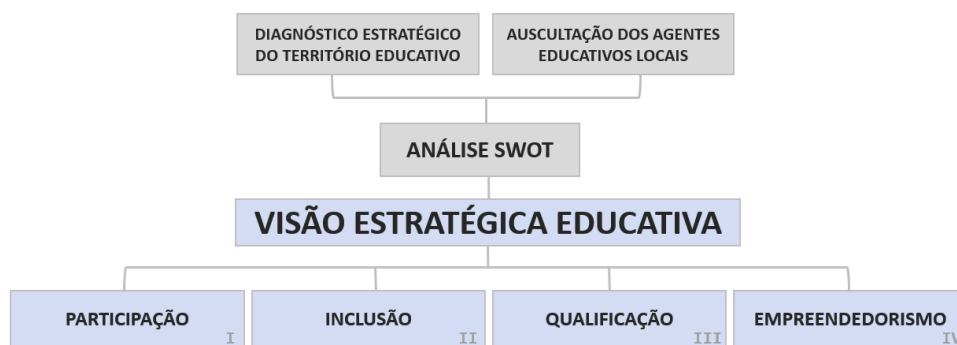


FIGURA 3: VISÃO ESTRATÉGICA EDUCATIVA PARA O MUNICÍPIO

- O **eixo da Participação** pretende promover um maior envolvimento dos cidadãos em geral na vida da comunidade e em particular dos atores sociais mais envolvidos nas questões da Educação;
- O **eixo da Inclusão** favorece o envolvimento comunitário ativo dos cidadãos (crianças, jovens, adultos e pessoas idosas), independentemente das diferenças;
- O **eixo da Qualificação** visa investir na melhoria das competências pessoais, sociais e profissionais de toda a comunidade, com destaque para as aprendizagens escolares;
- O **eixo do Empreendedorismo** propõe-se rentabilizar competências instaladas e aprofundar a capacidade de iniciativa empresarial e social.

Para cada um dos eixos estratégicos foram identificadas dimensões de ação que vão orientar a natureza das ações e respetivas metas.

EIXOS ESTRATÉGICOS E DIMENSÕES DE AÇÃO			
Participação	Inclusão	Qualificação	Empreendedorismo
• Culturas de cidadania • Estruturas Municipais • Redes Educativas	• Educação Inclusiva • Património • Saúde, Desporto e Lazer • Mobilidade no território	• Sucesso Escolar • Rede Escolar • Ofertas Educativas • Pessoal Docente e Não Docente • Educação de Adultos • Educação Parental • Espaços e Equipamentos	• Criatividade e Pensamento Crítico • Relação Escola -Tecido Associativo e Empresarial • Competitividade e inovação

FIGURA 4: PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA A CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PEEM

PLANO DE AÇÃO



V PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação do PEEMAAV é o resultado de uma construção estratégica com a comunidade. O Diagnóstico Estratégico³² já elaborado e que se apresenta no PEEMAAV em forma de síntese (Capítulo III), assim como o processo de auscultação, permitiram sistematizar a informação através de uma análise *SWOT* (ponto 1 do Capítulo IV) e, conseqüentemente, a visão educativa para o Município (ponto 2 do Capítulo IV).

No Plano de Ação encontram-se identificados os eixos estratégicos que correspondem a áreas prioritárias de atuação na área da Educação para o Concelho, materializando assim a visão estratégica educativa municipal. Para cada eixo estratégico foram definidas dimensões temáticas, objetivos a atingir e atividades/ações que visam dar resposta a esses objetivos identificando quais os intervenientes necessários para a implementação das atividades.

Para cada dimensão houve a definição de metas que, a partir da implementação das ações no terreno, deverão ser atingidas a médio-longo prazo. É neste sentido que a monitorização se assume como uma etapa necessária ao processo de construção do PEEMAAV por permitir avaliar o resultado da implementação das ações, caracterizando a forma como os objetivos e metas propostas estão a ser ou não cumpridos.

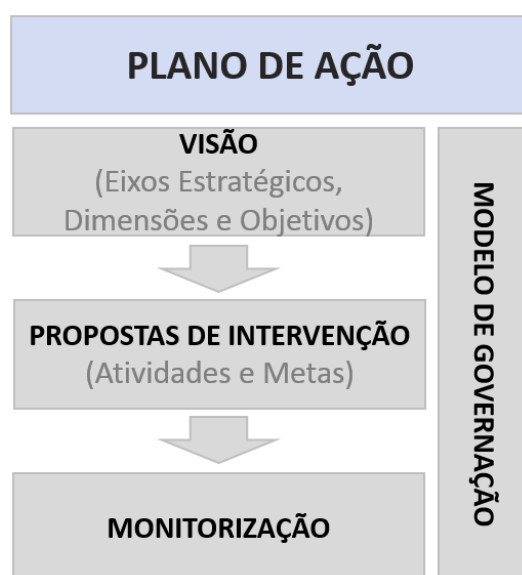


FIGURA 5: PLANO DE AÇÃO

³² Fonte: Revisão da Carta Educativa de Albergaria-a-Velha (em homologação).

O Plano de Ação aqui apresentado estrutura-se em quatro eixos estratégicos que representam as prioridades de atuação do Município de Albergaria-a-Velha para o período 2017-2021: *I- Participação*, a *II- Inclusão*, a *III- Qualificação* e o *IV- Empreendedorismo*. Estes eixos exigem uma leitura integrada, transversal e complementar, sendo todos assumidos como fundamentais para melhoria da Educação no território.



FIGURA 6: EIXOS DO PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL DE ALBERGARIA-A-VELHA

I- PARTICIPAÇÃO

O primeiro eixo definido é o eixo da participação. Através da sistematização da informação recolhida do processo de auscultação e do diagnóstico já elaborado³³, através da análise *SWOT*, percebeu-se que a necessidade de ampliar o debate sobre Educação em órgãos como o CME e o CLAS e a falta de articulação entre os agrupamentos, escolas e empresas exigem a construção de redes de cooperação entre os diversos elementos da comunidade educativa para fomentar o aumento da participação cívica ativa.

Para este eixo foram definidas 3 dimensões essenciais no âmbito da participação:

- **Culturas de Cidadania**
- **Estrutura Municipal**
- **Redes Educativas**

³³ Fonte: Revisão da Carta Educativa de Albergaria-a-Velha (em homologação).

Com estas dimensões pretende-se, de uma forma geral, reforçar a aproximação da comunidade aos órgãos locais com o fim de os envolver nos processos de decisão. O Município deve ser capaz de promover a mobilização dos diversos agentes educativos, através da realização de momentos de convívio e partilha de ideias de forma a contribuir para a criação de relações de confiança que permitam uma resposta educativa concertada. Pretende-se que do processo de construção coletivo e estratégico do plano resulte uma Política Educativa Local que responda às necessidades da comunidade.

II- INCLUSÃO

A existência de algumas fragilidades no Concelho, tais como as dificuldades socioeconómicas de muitas famílias e os problemas sociais e comportamentais, determinou a vontade do Município em assumir a inclusão social de todos os indivíduos como uma prioridade. Importa aqui referenciar a inclusão numa perspetiva bem abrangente, que vá dos cidadãos mais diferentes nas capacidades, aos socialmente mais desfavorecidos passando por aqueles que ainda sofrem de infoexclusão ou mesmo os que se consideram menos aptos para terem uma prática desportiva regular. Portanto, uma visão da inclusão que não se esgota nas questões sociais, mas cruza vários campos, pessoas e competências. Este eixo desdobra-se 4 dimensões:

- **Educação Inclusiva**
- **Património**
- **Saúde, desporto e lazer**
- **Mobilidade no território**

O objetivo passa por desenvolver processos solidários que promovam a inclusão de todos os indivíduos (crianças, jovens, adultos, idosos) prestando apoios socioeducativos necessários à melhoria da qualidade de vida da comunidade.

O Município reconhece a existência de diversas famílias e indivíduos que necessitam de apoios diversificados, consoante a tipologia da carência e o grau de necessidades. Muitas pertencem a estratos socioeconómicos baixos e dependem de medicação diária dado o seu estado de saúde. Do diagnóstico³⁴ destaca-se também, um número elevado de crianças e jovens com necessidades educativas especiais a frequentar os estabelecimentos escolares no ano letivo transato, exigindo cuidados especiais quer na escola quer em casa. Outros dados revelam que a percentagem de população envelhecida no Concelho tem vindo a aumentar e, segundo as projeções, continuará a crescer. As razões elencadas mostram que é fundamental pensar atividades e ações que fomentem a integração de indivíduos com diferentes necessidades.

³⁴ Fonte: Revisão da Carta Educativa de Albergaria-a-Velha (em homologação).

O património cultural do território albergariense é visto como um elemento identitário da comunidade residente. Através dele a comunidade constrói o seu sentido de pertença, criando laços afetivos a lugares e a elementos que dele fazem parte.

A prática de atividades físicas e desportivas promove por um lado, a valorização do património natural concelhio e, por outro, a melhoria da qualidade de vida combatendo o sedentarismo e a obesidade. As atividades físicas praticadas ao ar livre motivam e estimulam os indivíduos, ao proporcionar uma oferta diversificada que possa responder a diferentes interesses da comunidade. Muitas iniciativas contribuem para o reforço da participação em grupo, estimulando o convívio entre diferentes indivíduos e o estreitamento das relações de confiança.

A mobilidade no território deve ser definida de acordo com as necessidades dos diferentes elementos da comunidade. É fundamental ter uma rede de transportes públicos e escolares articulada capaz de garantir iguais oportunidades de acesso. A criação de uma rede sustentável de transportes, que inclua soluções de mobilidade suave para crianças e jovens no percurso casa/escola, deve também ser tida em consideração

III- QUALIFICAÇÃO

Com o eixo da qualificação pretende-se promover a qualificação e a valorização de toda a comunidade, assim como uma melhor integração no mercado de trabalho. Foram identificadas 7 dimensões para este eixo:

- **Sucesso Escolar**
- **Rede Escolar**
- **Ofertas Educativas**
- **Pessoal Docente e Não Docente**
- **Educação de Adultos**
- **Educação Parental**
- **Espaços e Equipamentos**

A promoção do sucesso escolar da população estudantil é um dos grandes objetivos deste eixo. As ações definidas para esta dimensão passam por melhorar os resultados escolares, diminuir as taxas de abandono escolar, melhorar o comportamento das crianças e jovens e prestar um melhor acompanhamento ao longo de todo o processo de aprendizagem consoante as necessidades de cada criança e jovem. Deverá existir uma preocupação especial no que respeita à promoção e inserção de crianças e jovens com problemas comportamentais na escola, através de atividades de estímulo e motivação à sua aprendizagem.

O redimensionamento da rede escolar prende-se com a sua adequação atendendo às dinâmicas demográficas e socioeconómicas do território e à necessidade de repensar as ofertas

educativas e formativas. A necessidade de articular a rede de ofertas foi um dos aspetos referidos aquando o processo de auscultação, devido à falta de coordenação dos interesses dos jovens e das necessidades do tecido empresarial. Esta dimensão compreende assim um conjunto de propostas que visam ajustar e adequar a oferta formativa e educativa das escolas.

A aprendizagem não se esgota apenas na educação e formação de crianças e jovens, estende-se também aos docentes (aqueles que ensinam) e ao pessoal não docente. É fundamental assegurar a formação contínua dos recursos humanos da Educação. A aposta na valorização e atualização de competências é fundamental para que os profissionais desta área sejam capazes de lidar com os desafios que enfrentam diariamente no seu trabalho.

A educação e formação de adultos é também uma dimensão a destacar neste eixo. As ações que vão neste sentido contribuem não só para uma melhoria do bem-estar e da qualidade de vida do indivíduo, mas também para o aumento da probabilidade de ingressarem num percurso profissional desejado. Por outro lado, dado que existem no Concelho alguns desequilíbrios ao nível do emprego, a formação promove uma maior abertura de oportunidades de trabalho.

A qualificação dos espaços e equipamentos municipais e a sua otimização são essenciais para garantir uma resposta concertada às necessidades da população escolar e comunidade alargada.

IV- EMPREENDEDORISMO

A definição do eixo do empreendedorismo traduz o sublinhar da dinâmica de investimento empresarial pelos agentes educativos durante o processo de auscultação, assim como a preocupação em potenciar essa esfera visando atrair mais capital humano e financeiro. O empreendedorismo surge assim como uma área na qual se deve apostar, tirando partido das forças já geradas e das oportunidades que lhe estão subjacentes. O objetivo passa por fomentar a atividade empreendedora no território, integrando esforços e estabelecendo parcerias. Foram definidas para este eixo estratégico 3 dimensões:

- **Criatividade e Pensamento Crítico**
- **Relação Escola-Tecido Associativo e Empresarial**
- **Competitividade e Inovação**

Com vista a fomentar o espírito empreendedor nas crianças e jovens considera-se necessário apostar desde cedo no desenvolvimento de atividades e projetos focados na criatividade e na inovação. Importa também envolver toda a comunidade neste espírito, contribuindo para o aparecimento de novos negócios e ideias inovadoras. Para além dos contributos para aumentar o número de pessoas empregadas, pretende-se que as práticas empreendedoras e inovadoras estimulem o desenvolvimento socioeconómico do Município.

As relações estabelecidas entre as diferentes instituições (escolas, empresas e associações) proporcionam a formação de recursos humanos com base na experimentação, através da realização de estágios nas empresas que permitam abrir portas para o mercado de trabalho.

A dimensão associada à competitividade e inovação pretende promover emprego mais qualificado no Concelho e, conseqüentemente, atrair novos recursos humanos e novos públicos para o desenvolvimento de atividades inovadoras e competitivas.

V.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

As propostas de intervenção presentes no Plano de Ação foram desenhadas com a comunidade através da realização dos diversos exercícios de participação.

As diferentes etapas inerentes à elaboração do PEEMAAV – o Diagnóstico Estratégico, o Processo de Auscultação, a construção da Análise *SWOT* e as sucessivas reuniões com o executivo – permitiram construir, numa primeira fase, uma versão preliminar do Plano de Ação. Os alicerces do plano começaram na definição e identificação de eixos, dimensões, ações e intervenientes. Posteriormente, e com a realização de um workshop com os agentes educativos, foi possível validar as propostas iniciais e acrescentar novos contributos, partilhados e debatidos em conjunto numa segunda fase. Este processo de construção coletivo permitiu desenhar um plano de intervenção no qual os municípios se reveem, visando melhorar a Educação no Concelho.

Os eixos estratégicos definidos apresentam um conjunto de atividades/ações a implementar no Concelho. Das ações propostas, algumas focam de uma forma mais indireta as questões ligadas à educação dada a diversidade de áreas que lhe estão subjacentes e que exigem uma articulação em prol da melhoria da educação. A definição de metas (quantitativas e qualitativas) para cada uma das dimensões permite perceber o que se pretende atingir com a aplicação das ações. No decorrer do processo de implementação do Plano de Ação, o incumprimento de alguns objetivos e metas deverá ser entendido também como oportunidade para ajustar as ações, permitindo alcançar os resultados pretendidos a médio e longo prazo.

I – PARTICIPAÇÃO – Desenvolver, em matéria de Educação, uma cultura de rede a partir do exercício pleno de cidadania

DIMENSÕES	OBJETIVOS	ATIVIDADES	INTERVENIENTES
1. CULTURAS DE CIDADANIA	O.1 Reforçar a aproximação da comunidade aos órgãos de poder através de processos participativos: O.1.1 Ampliar a confiança e a participação da comunidade local O.1.2 Contribuir para a definição e monitorização da política educativa local no curto, médio e longo O.1.3 Difundir uma imagem positiva do Concelho para o exterior	• Implementação de mecanismos complementares da política educativa local - Encontros com a Educação - Conferência Anual sobre Política Educativa no Território de AAV - Divulgação pública dos temas abordados no CME • Recolha de contributos e divulgação de eventos/atividades e da oferta educativa/formativa do Concelho - Newsletters/boletins informativos - Observatório de monitorização do estado da Educação • Promoção do intercâmbio entre municípios visando obter exemplos de boas práticas que possam ser aplicados em AAV - Workshops de Boas Práticas no território de AAV - Workshops de Boas Práticas com outros municípios da CIRA/outros	• CMAAV • Escolas • Assoc. e coletividades • IPSS • JF
	METAS • Aumentar o n.º de participantes e de sessões realizadas – realizar um debate a cada 6 meses com a presença de 1 convidado e 1 especialista local • Produzir e divulgar anualmente o relatório de monitorização do PEEMAAV • Definir como tempo mínimo 10 dias úteis de resposta aos contributos/pedidos • Divulgar semestralmente iniciativas/projetos/programas/atividades consideradas como boas práticas no contexto educativo local		
2. ESTRUTURA MUNICIPAL	O.2 Valorizar o papel do poder local como mobilizador e mediador dos agentes educativos locais: O.2.1 Apostar na educação e formação enquanto área essencial ao desenvolvimento do Concelho no médio e longo prazo O.2.2 Qualificar os processos de coordenação e decisórios no médio e longo prazo O.2.3 Consciencializar as crianças e os jovens para a importância da cidadania participativa	• Criação de uma Divisão de Educação e Formação na estrutura organizacional da CMAAV - Definição em Organograma - Identificação de funções e competências • Dinamizar a atuação do CME e do CLAS - Divulgação das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias - Incentivos à partilha e discussão de aspetos fundamentais à política educativa • Promoção de iniciativas que visem dar a conhecer o funcionamento interno dos serviços camarários e dos órgãos de soberania e administrativos do Estado - Dia do Município - Conselho de Juventude - Visita à Assembleia da República	• CMAAV • Escolas • CME • CLAS • IPSS • JF • CIRA • Outras autoridades regionais/centrais
	METAS • Realizar 6 reuniões ordinárias/extraordinárias do CME e do CLAS anualmente, visando o reforço dos momentos de reflexão conjunta na construção de políticas e instrumentos orientadores • Definir uma Comissão Coordenadora de 3 elementos para cada órgão (CME e CLAS) • Colocar a possibilidade de criar comissões especializadas no CME ou CLAS com mandatos objetivos e claros sobre os relatórios e/ou propostas a apresentar ao Plenário • Divulgar as atas das reuniões (CME e CLAS) no site da CMAAV no prazo de 15 dias • Desenvolver 1 iniciativa/visita anual direcionada a crianças e jovens no sentido de observação e acompanhamento do trabalho do CME e CLAS		

3. REDES EDUCATIVAS	O.3 Promover uma resposta educativa concertada através do fortalecimento das relações Escola-Família-Comunidade: O.3.1 Legitimar a participação dos encarregados de educação nas instâncias de governação local O.3.2 Promover e qualificar o acompanhamento das famílias no percurso escolar de crianças e jovens O.3.3 Articular as ofertas educativas e formativas e os planos de atividades das diferentes instituições O.3.4 Desenvolver e reforçar as redes de cooperação entre agentes e instituições locais e regionais	• Criação de estruturas que facilitem a participação das famílias na vida da escola - Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação de Albergaria-a-Velha • Levantamento das necessidades e expetativas dos educandos e das suas famílias - Questionário anual sobre expectativas • Criação de um fórum alargado que fortaleça as relações entre os diferentes agentes educativos - CME, CLAS e Instituições de Educação e Ensino, IPSS, Associações, Entidades Formadoras, IEPF e Juntas de Freguesia	• CMAAV • Escolas • Assoc. e coletividades • CME • CLAS • IPSS • JF • CIRA
	METAS • Até 2018 promover a fundação da Associações de Pais e Encarregados de Educação das Escolas de Albergaria-a-Velha • Garantir o preenchimento de pelo menos 75% dos questionários por ano letivo, através da plataforma digital e/ou impressos e distribuídos por elementos da comunidade educativa • Durante 2018 divulgar resultados do questionário sobre expectativas • Promover 3 encontros informais anuais entre os agentes educativos • Apresentar ao CME, no final de cada ano letivo, 1 proposta de plano/calendarização conjunta e flexível de atividades		

II – INCLUSÃO – Promover a integração social e comunitária de todos os cidadãos

DIMENSÕES	OBJETIVOS	ATIVIDADES	INTERVENIENTES
1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	O.1 Desenvolver processos educativos inclusivos, flexíveis e solidários e reforçar os apoios socioeducativos e a intergeracionalidade: O.1.1 Melhorar a qualidade de vida dos diferentes elementos da comunidade O.1.2 Envolver os diferentes segmentos etários e sociais da comunidade local nas atividades a desenvolver O.1.3 Valorizar e reconhecer o papel dos diferentes agentes educativos na realização de atividades O.1.4 Assegurar o desenvolvimento cognitivo e motor de crianças e jovens com diferentes especificidades O.1.5 Garantir disponibilidade de horário e de recursos humanos que respondam em tempo útil às necessidades de crianças e jovens O.1.6 Salvaguardar a frequência e a integração de crianças e jovens na Escola, em centros de atividades ocupacionais e em campos de férias	• Implementação de projetos promotores do relacionamento intergeracional através da partilha de saberes, valores e experiências - Programa Idade Maior - Ler em ComunIDADE - Iniciativa Elos - Aos Sábados Conto Contigo! • Desenvolvimento de atividades que explorem a interdisciplinaridade, a transversalidade e diversidade dentro e fora da escola - CriAtiva – Concurso Municipal de Escrita e Leitura - Encontro Para além de Princesas e Dragões - CIL – Concurso Intermunicipal de Leitura - Música na Escola – Concerto de Família - Baú dos Livros • Promoção e disseminação de boas práticas educativas em diferentes domínios temáticos - Mobilidade suave - Educação rodoviária - Ambiente – comemoração do <i>Dia Mundial da Árvore</i> e <i>Dia Internacional das Florestas</i>, <i>Separar para Reciclar</i>, <i>Casa do Ambiente</i>, <i>Água é Vida</i>, <i>A Importância da Água</i> em <i>Albergaria-a-Velha</i>, <i>ECOPercursos</i> e <i>ECOJogo</i> • Formalização de espaços para a exposição de trabalhos realizados pela população estudantil • Reforço de atividades que contribuam para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças e jovens com NEE - A fada Juju e os sentidos - Pontes Sonoras - Incluir + Estimulação – Sala de Snoezelen - Sala de Integração Sensorial • Melhoria do acompanhamento fora dos períodos letivos - Atendimento formal e informal realizado por profissionais especializados e profissionais não docentes • Qualificação dos apoios prestados em matéria de ação social escolar - Subsídios ao nível do 1º CEB, material escolar, transportes e refeições • Promoção de atividades de sensibilização e incentivo ao voluntariado - Dia do Pijama - Criação de um Banco de Voluntariado	• CMAAV • Escolas • GAA/SPO • Unidades de apoio especializado dos AE • Assoc. e coletividades • Clubes desportivos • IPSS • Assoc. de Pais do AEA • Irmandade da Misericórdia de AAV • Universidade Sénior de AAV • RUTIS • EDUCALBA • CRI da CERCIAG • APPACDM • Amar Sem Diferenças • Assoc. Mundos de Vida • Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco • Rede "Procuram-se Abraços" • Empresas locais • Rede de Bibliotecas de AAV e da CIRA • AdRA • ERSUC

	METAS - Promover 1 mostra dos trabalhos à comunidade por período letivo - Realizar 1 evento por período letivo, envolvendo pelo menos 3 associações locais, alternando o local de acolhimento das atividades - Assegurar a permanência de 1 técnico psicopedagógico na EB 1,2,3 de S. João de Loure durante todo o ano letivo		
2. PATRIMÓNIO	O.2 Afirmção do património cultural e natural numa lógica identitária e de singularidade do território e das pessoas: O.2.1 Valorizar e preservar as singularidades do território e das suas gentes O.2.2 Formalizar e dinamizar espaços recreativos para o desenvolvimento de atividades com a comunidade	Dinamização de atividades culturais que valorizam as singularidades locais - Visitas a monumentos e lugares emblemáticos - Festival do Pão de Portugal - Histórias de Albergaria - Encontros com História - Festa da Criança Otimização dos recursos culturais e socio-recreativos existentes - Distribuição de bilhetes/turma nos AE de AAV, por cada espetáculo no Cineteatro Alba - Residências Artísticas no Centro Cultural de S. João de Loure Valorização e promoção da atratividade da freguesia de S. João de Loure - Projeto artístico que articule a JOBRA e a EB 1,2,3 de S. João de Loure	- CMAAV - Escolas/JOBRA - Assoc. e coletividades - Assoc. de Solidariedade Social Sanjoanense - Assoc. dos Amigos das Escolas, Cultura e Recreio de Loure - ASIV - IPSS - JF - PRAVE - ADERAV
	METAS - Garantir a participação dos estabelecimentos escolares municipais em pelo menos 1 atividade cultural - Criar e desenvolver um projeto artístico que articule a JOBRA e a EB 1,2,3 de S. João de Loure até 2018 - Realizar 2 atividades por período letivo no Centro Cultural de S. João de Loure no âmbito do projeto artístico		
3. SAÚDE, DESPORTO E LAZER	O.3 Promoção da prática de atividades físicas e desportivas, numa lógica de saúde, qualidade de vida e bem-estar: O.3.1 Rentabilizar o património natural do Concelho O.3.2 Estimular a aprendizagem coletiva entre crianças e jovens de diferentes estabelecimentos escolares O.3.3 Desenvolver hábitos de vida saudáveis e prevenir a obesidade infantil	Dinamização de atividades de lazer e de contacto com a natureza - Percursos pedestres e <i>geocaching</i> no Parque da Nossa Sr.ª Senhora do Socorro - Rota dos Moinhos - Rio Fíveda – À descoberta da natureza - Caminhadas noturnas no âmbito do Dia Internacional da Família - Realização de percursos temáticas pela linha férrea desativada Incentivos ao convívio entre crianças e jovens através da prática de atividades físicas e desportivas - Instalação de campos desportivos ao ar livre para a prática desportiva informal - Jogos Infantis de AAV – escolas 1º CEB - Dinamização de atividades desportivas entre escolas - Um Clube vai à escola +Exercício/-Obesidade - Caminhada pela Saúde - Reforço e diversificação do Desporto Escolar - Avaliação da Aptidão Física dos alunos do 1º CEB Iniciativas/medidas de promoção para uma alimentação saudável - Manter o programa de fornecimento de refeições escolares <i>Unicard Kids</i> - Realização da semana dos <i>mini chefs</i>	- CMAAV - Escolas - Assoc. e coletividades - Grupos de Escuteiros - Clubes desportivos - Centro Municipal de Marcha e Corrida - Centro de Saúde de AAV - AHMA - IPSS - JF - PRAVE - Empresas locais

	METAS - Realizar 1 vez por mês 1 fim-de-semana de contacto com a natureza entre pais e filhos - Dinamizar anualmente 1 convívio desportivo entre todas as escolas do 1º CEB de AAV e S. João de Loure - Planear mensalmente 1 visita (manhã/tarde), de clubes e associações desportivas para promoção das suas atividades, a escolas do 1º CEB - Realizar 2 semanas dos <i>mini chefes</i> por ano letivo para estimular as crianças a experimentar os alimentos de uma forma lúdico-pedagógica - No início de 2017/2018 definir articuladamente a oferta de núcleos de Desporto Escolar entre o 2º/3º ciclo e ES		
4. MOBILIDADE NO TERRITÓRIO	O.4 Melhoria da rede de transportes e facilitação da acessibilidade aos estabelecimentos escolares: O.4.1 Assegurar iguais oportunidades de mobilidade entre as freguesias mais urbanas e as mais rurais O.4.2 Garantir a oferta de uma rede sustentável de transporte O.4.3 Garantir melhores condições de segurança nas deslocações de crianças e jovens O.4.4 Incentivar a redução de comportamentos sedentários e a aquisição de hábitos de vida saudáveis	Ajustamento da oferta de transportes existente às diferentes necessidades da população - Levantamento da frota existente – autocarros, minibus e carrinhas - Rentabilização dos veículos afetos ao transporte escola - Transporte adequado a pessoas com especificidades Definição de alternativas à oferta existente - Articulação das diferentes respostas que operam no terreno e elaboração de um plano de saídas gerido pela CMAAV - Enquadramento das ações nas propostas do Plano Setorial de Promoção da Acessibilidade de AAV Promoção da deslocação ativa, segura e solidária de crianças e jovens - Percursos seguros de bicicleta Casa / Escola - Definição de tutores para fazer o acompanhamento de crianças a pé e/ou de bicicleta até aos estabelecimentos de educação e ensino - Programas de Educação Rodoviária	- CMAAV - Escolas - Assoc. e coletividades - IPSS - Bombeiros - Voluntários de AAV - Equipas do Programa Escola Segura (EPES) - PSP/GNR - Empresas de transporte - Futurvida
	METAS - Definir e sinalizar 1 percurso seguro a ser realizado de bicicleta, em cada freguesia - Colocar rampas de acesso a pessoas com mobilidade reduzida em todos os locais de acesso a transportes da rede pública - Divulgar mensalmente o plano de saídas à comunidade através do site da CMAAV e assegurar a sua monitorização contínua - Realizar 3 sessões temáticas por ano letivo – no âmbito da mobilidade suave, educação rodoviária e dificuldades colocadas a pessoas com mobilidade reduzida – para estimular a capacidade de perceção e a aprendizagem das crianças		

III – QUALIFICAÇÃO – Apostar na qualificação de toda a comunidade para a cidadania global

DIMENSÕES	OBJETIVOS	ATIVIDADES	INTERVENIENTES
1. SUCESSO ESCOLAR	O.1 Promoção do sucesso escolar: O.1.1 Apoiar a integração social e escolar dos alunos com baixos índices de desempenho e comportamentais O.1.2 Recuperar as bases não consolidadas dos alunos ao nível da leitura, escrita, português e matemática O.1.3 Garantir apoios ao estudo diferenciados em função do ano de escolaridade e das especificidades dos alunos, principalmente na EB 1,2,3 de S. João de Loure O.1.4 Assegurar e potenciar aprendizagens inovadoras e momentos de experimentação a crianças e jovens O.1.5 Motivar e incentivar os alunos a obterem melhores resultados escolares	• Atualização do diagnóstico educativo municipal - Monitorização do Diagnóstico Estratégico de Educação • Definição de estratégias de apoio direcionadas a alunos com fraco desempenho escolar, défice de aprendizagem e problemas comportamentais: - Turmas de anos únicos/flexibilização do rácio de alunos/turma e dos planos curriculares – <i>Projeto TurmaMais</i> e <i>Turmas Fénix</i> - Par pedagógico - Programas de tutoria - Trabalho colaborativo entre docentes de vários ciclos de ensino - Componente lúdica-pedagógica em contexto escola – criação de um atelier complementar ao nível das artes e Implementação de uma tarde do desporto num dia fixo por semana - Protocolos com entidades formadoras de recursos humanos especializados • Aprofundamento de medidas e programas já em curso de combate ao abandono escolar precoce, ao absentismo e ao insucesso escolar - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar - Projeto de Apoio ao Aluno - Projeto do Desporto Escolar - Projeto ParaSaberes - Ao Encontro da Educação Literária - Ciência e Astronomia na Escola • Rentabilização dos espaços e equipamentos existentes com capacidade para acolher atividades de teor lúdico-experimental - Laboratórios de físico-química, ciências e geociências - Salas de informática e de audiovisuais - Salas preparadas para a realização de atividades artísticas • Promoção de um sistema híbrido de AEC - Articulação entre as atividades da responsabilidade dos AE e instituições locais - Introdução da possibilidade de escolha de atividades pelos alunos - Reforço da componente lúdica • Atribuição de prémios de mérito a alunos com boas classificações escolares - Bolsas de Estudo ao Ensino Superior - Prémios de Mérito Escolar - Bolsas para frequência da Academia de Verão da UA	• Escolas • GAA do AEAAV • IPSS • CMAAV • CME • Assoc. e coletividade • CFAECAAV • CRI da CERCIAG • Rede de Bibliotecas de AAV e da CIRA • CIRA

	METAS • Monitorizar os dados relativos a taxas de abandono e insucesso escolar e resultados escolares por área disciplinar na totalidade do território • Obter resultados escolares superiores às médias nacionais e melhorar os índices comportamentais • Apresentar propostas regulares de melhoria do desempenho educativo com base nas avaliações efetuadas por período letivo • Materializar o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar realizado em parceria com a CIRA até ao ano letivo de 2018/19 • Divulgar os apoios existentes no início de cada ano letivo aos encarregados de educação, presencialmente e através da plataforma informática • Disponibilizar um espaço de apoio ao estudo em cada estabelecimento de ensino para os programas de tutoria		
2. REDE ESCOLAR	O.2 Definição da rede escolar de acordo com as dinâmicas demográficas e socioeconómicas: O.2.1 Monitorizar a evolução da população estudantil e os equipamentos e infraestruturas da rede escolar O.2.2 Promover a fixação de docentes nas escolas O.2.3 Promover a segurança, conforto e agradabilidade dos espaços escolares (exteriores e interiores)	• Atualização do diagnóstico prospetivo da população em idade escolar e adequação dos equipamentos e infraestruturas escolares • Reorganização estratégica da rede escolar em função do diagnóstico prospetivo e das necessidades educativas e formativas • Requalificação e adequação dos equipamentos escolares - Requalificação da ES/3 de Albergaria-a-Velha - Requalificação da Escola da Avenida - Adaptação dos espaços escolares à comunidade com mobilidade reduzida e outras especificidades - Reforço dos espaços verdes - Criação de salas de convívio para crianças e jovens de diferentes faixas etárias	• CMAAV • ANMP • CME • Escolas • IPSS • Assembleia Municipal • DGEstE • ME
	METAS • Aumentar o n.º de salas ao nível do 1.º CEB até ao ano letivo de 2018/19 • Concluir o processo atual de Revisão da Carta Educativa Municipal e garantir a sua revisão de 5 em 5 anos • Concluir as obras de requalificação na ES/3 de Albergaria-a-Velha até 2020		
3. OFERTAS EDUCATIVAS	O.3 Ajustamento conjugado da oferta educativa e formativa das escolas, como aposta na qualificação e fixação dos jovens: O.3.1 Garantir a divulgação pública das ofertas educativas e formativas O.3.2 Motivar os jovens para a prossecução dos estudos O.3.3 Qualificar os percursos profissionalizantes e valorizar a formação artística enquanto imagem de marca do Concelho O.3.4 Contribuir para o incremento do emprego jovem e para a inclusão social O.3.5 Verter os princípios do eixo do empreendedorismo na redefinição das ofertas	• Divulgação articulada das ofertas educativas e formativas ministradas nos estabelecimentos no Concelho - (Re)Conhecer Albergaria vocacional e profissional - Ratificação da rede escolar no CME • Realização de sessões de esclarecimento e orientação dirigidas aos alunos sobre as diferentes ofertas educativas e formativas e as respetivas saídas profissionais - Sessões de apresentação das ofertas formativas em colaboração com AE e com Assoc. de Pais - Programas educativos de incentivo ao ensino superior e/ou percursos profissionalizantes • Elaboração do diagnóstico de necessidades formativas do Concelho - Levantamento dos interesses de formação de jovens e adultos – restauração, agricultura/jardinagem, metalomecânica, eletrónica e robótica - Atualização do diagnóstico das necessidades do tecido empresarial – formação de quadros médios de prestação de serviços e consultadoria • Reformulação das ofertas educativas e formativas do Concelho	• CMAAV • CME • Escolas • SPO • IPSS • JOBRA • Assoc. de Pais do AEAAV • Assoc. e coletividades • Culturalb • Educabla • GIP • SEMA • Polo de AAV da IERA • CEFP de Águeda • IEF • Centro Qualifica • PRAVE

		- Abertura de CTeSP articulados com os novos cursos profissionais - Reforço de sinergias entre as diversas escolas e a JOBRA - Contratualização de competências na área das AEC/do desporto escolar - Articulação entre a CMAAV, as IPSS e as Associações. culturais e desportivas do Concelho • Diversificação e nivelção da oferta de AEC ao nível do pré-escolar e 1.º CEB - musicART - Saltitar - Chapinhar	• Empresas locais • Universidades e Politécnicos
	METAS • Desenvolver 1 vez por período uma sessão de formação e esclarecimento sobre a oferta de ensino regular, vocacional e profissional nos diferentes estabelecimentos escolares • Organizar visitas de grupos de alunos das escolas a pelo menos 3 empresas do Concelho por ano letivo • Garantir anualmente a participação dos alunos do 9.º ano de escolaridade na Feira das Profissões e do 12.º ano na iniciativa <i>Futurália</i> • Atualizar anualmente o diagnóstico das necessidades formativas		
4. PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE	O.4 Formação para a promoção do sucesso escolar, equidade e desenvolvimento integral de crianças e jovens e adequação dos recursos humanos às suas necessidades: O.4.1 Consciencializar a comunidade escolar da vulnerabilidade inerente ao processo de crescimento e aprendizagem de crianças e jovens O.4.2 Formar e motivar docentes e não docentes no exercício das suas funções O.4.3 Salvar o acompanhamento personalizado de crianças e jovens dentro e fora da sala de aula O.4.4 Melhorar os níveis de eficiência e promover o sucesso escolar	• Levantamento das competências necessárias ao exercício da atividade de docentes, auxiliares da ação educativa e profissionais da rede solidária • Capacitação e formação continuada dos docentes - Formação em formato de tutorias - Formação para o trabalho colaborativo entre professores - Formação didática e pedagógica para o ensino profissional - Formação para a utilização das TICE • Promoção de ações de formação acreditadas para os profissionais da educação nos domínios prioritários identificados - Indisciplina - Insucesso, absentismo e abandono escolar - Afetividade no processo educativo - Violência, maus-tratos e abuso na infância e adolescência - Toxicodependência e tráfico de droga - Sexualidade e gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis - Distúrbios de comportamento alimentar - Necessidades educativas especiais - Suporte básico de vida • Valorização das funções dos recursos humanos que operam nas escolas - Adequação do rácio de profissionais - Promoção de vínculos laborais permanentes	• Escolas • SPO/GAA • CFAECAAV • CMAAV • IPSS • JOBRA • SEMA • CEFP de Águeda • IEPF • Centro Qualifica
	METAS • Realizar 2 sessões de partilha de experiências e boas práticas na área da docência por ano letivo – Jornadas do Professor • Garantir a frequência dos docentes numa ação de formação centrada nos processos de ensino-aprendizagem inovadores e diferenciados por ano letivo • Realizar 3 ações de formação pluritemáticas por ano letivo		

	- Efetuar reuniões trimestrais entre os docentes coordenadores de ciclo e profissionais não docentes em articulação com os SPO e o GAA para reportar necessidades - Reforçar o trabalho de articulação entre as entidades formadoras especializadas, como o CFAECAAV e o CRI da CERCIAAG		
5. EDUCAÇÃO DE ADULTOS	O.5 Desenvolvimento de educação e formação de adultos: O.5.1 Promover a educação e a formação ao longo da vida através da reciclagem e aquisição de novas competências O.5.2 Fortalecer o vínculo com as entidades empregadoras locais O.5.3 Contribuir para a diminuição do desemprego de longa duração O.5.4 Alargar e equilibrar as oportunidades de educação/formação	Aposta no esclarecimento, orientação e encaminhamento da população ativa (empregada e desempregada) para ofertas de formação e de emprego - Cursos de vida ativa de curta duração - Estágios integrados para adultos Incentivos a abordagens de educação não formal/informal – crianças e jovens no papel de tutores dos seus familiares - Educação por pares - Orientação na área das TICE “Dia de ensinar o avô e a avó” Rentabilização das instalações e recursos disponíveis para a realização de formações direcionadas a adultos - Salas equipadas com material informático e rede <i>wi-fi</i> nas juntas de freguesia - Ateliers de costura - Oficinas	- CMAAV - Escolas/IPSS - GIP - JF - SEMA - Polo de AAV da IERA - CEFP/IEFP - Centro Qualifica - Empresas locais - Universidades e Politécnicos
	METAS - Aumentar em 10% o índice de frequência de adultos em formações direcionadas - Aumentar o n.º de formandos integrados no mercado de trabalho em 5% por ano - Realizar pelo menos 1 iniciativa de aprendizagem coletiva entre pais/filhos e avós/netos por período		
6. EDUCAÇÃO PARENTAL	O.6 Apoio à educação parental como forma de incentivo dos percursos escolares e à valorização do papel da escola e seus profissionais: O.6.1 Garantir, continuamente, o acompanhamento de famílias de educandos com problemas comportamentais O.6.2 Capacitar as famílias para intervir ativamente na vida da escola	Desenvolvimento de um programa de educação parental suportado no levantamento de necessidades dos educandos e suas famílias Definição e reforço de estruturas de apoio - Articulação entre o SPO e o GAA - Ligação entre as IPSS e as Escolas em cada freguesia - Reforço do papel das Associações de Pais Promoção de ações de formação e sensibilização em temas chave - Valorização da Educação - Saúde - Emprego - Relações de parentalidade - Igualdade de género - Indisciplina - Violência na escola/no namoro	- Escolas/IPSS - CME/CLAS - SPO/GAA - Assoc. Pais - Clube de Prevenção <i>B’Ora Lá</i> - CMAAV - JF
	METAS - Realizar pelo menos 1 sessão de formação e sensibilização direcionada aos pais por período letivo – foco na EB1,2,3 de S. João de Loure - Criar 1 Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família nos dois AE até ano letivo 2018/19 - Cruzar as necessidades identificadas nas dimensões – <i>redes educativas, educação inclusiva e do pessoal docente e não docente</i> – a cada período letivo		
7. ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	O.7 Rentabilização articulada dos espaços e equipamentos municipais:	Mapeamento e caracterização dos espaços e equipamentos municipais	CMAAV

	O.7.1 Monitorizar o estado de conservação, a capacidade de resposta e o consumo energético dos equipamentos municipais O.7.2 Contribuir para a afirmação de Albergaria-a-Velha enquanto Município eficiente na utilização dos equipamentos O.7.3 Valorizar e qualificar a envolvente dos equipamentos escolares, desportivos e culturais O.7.4 Promover o envolvimento da comunidade educativa local nas atividades e iniciativas	- Reforço dos espaços desportivos, culturais e sociais - Parques infantis - Parques Geriátricos / Biosaudáveis para as pessoas idosas • Dinamização das infraestruturas materiais existentes em S. João de Loure através da realização de atividades de animação, desportivas e lúdico-pedagógicas - Articulação das atividades previstas para o projeto artístico a desenvolver entre a JOBRA e a EB 1,2,3 de S. João de Loure • Complementaridade de valências ao nível dos equipamentos escolares - Rentabilização dos equipamentos desportivos através da sua utilização para as aulas de educação física - Realização de provas de Escolíadas em equipamentos culturais	• Escolas/IPSS • Assoc. e coletividade • Clubes desportivos • JF • CME/CLAS • Assoc. Pais
	METAS • Reavaliar e melhorar o n.º e a qualidade dos parques infantis e seus equipamentos no todo municipal até 2020 • Planear a instalação de Parques Geriátricos / Biosaudáveis em todas as freguesias até 2020 • Realizar atividades semanais de âmbito cultural e artístico no CCS João de Loure atividades		

IV – EMPREENDEDORISMO – Fomentar a atividade empreendedora no território, integrando esforços e estabelecendo parcerias

DIMENSÕES	OBJETIVOS	ATIVIDADES	INTERVENIENTES
1. CRIATIVIDADE E PENSAMENTO CRÍTICO	O.1 Promoção do pensamento crítico e criativo: O.1.1 Potenciar o espírito de iniciativa e o dinamismo da comunidade local O.1.2 Reforçar os projetos empreendedores locais O.1.3 Promover o empreendedorismo social	• Aposta na formação ao nível do pensamento crítico e criativo em contexto escolar - Conceção e dinamização de um centro de criatividade para crianças e jovens - Concurso Jovem Criativo - Gestão de projetos - Definição do plano de negócio - Lideranças organizacionais no trabalho • Incentivos à aquisição de competências empreendedoras pela comunidade local - Palestras sobre Empreendedorismo - Plano de Ação de Apoio ao Empreendedorismo "Albergaria Empreende +" - Escola de Empreendedorismo - Oficinas de Inovação Social - Workshop sobre Cruzamentos de Empreendedorismo - AEC direcionadas para a criatividade em articulação com o novo centro • Salvaguarda da continuidade de programas empreendedores já em curso - Projeto Empreendedorismo nas Escolas - Programa de Empreendedorismo Escolar - Concurso de Ideias de Negócio de AAV - Mostra de Empreendedorismo Júnior - Participação na Universidade Júnior (UP) e na Academia de Verão (UA)	• CMAAV • Escolas • IPSS • Polo de AAV da IERA • SEMA • CEFP/IEFP • Centro Qualifica • AJE Albergaria • Clube de Empreendedorismo Escolar • IES • SAC • PRAVE • Empresas locais • Universidades e Politécnicos • CIRA
	METAS • Desenvolver 2 formações práticas por ano no âmbito do empreendedorismo • Realizar 3 workshops de empreendedorismo associativo por ano • Aumentar o n.º de práticas empreendedoras no Concelho de cariz social • Realizar, anualmente, um fórum municipal de juventude		
2. RELAÇÃO ESCOLA-TECIDO ASSOCIATIVO E EMPRESARIAL	O.2 Promoção e qualificação das parcerias institucionais: O.2.1 Criar e fortalecer sinergias entre as escolas, as universidades e as empresas em articulação com a dimensão das <i>redes educativas</i> O.2.2 Contribuir para a qualificação e valorização do capital humano integrando as dimensões do eixo 3	• Formalização de uma estrutura mediadora entre a escola, o tecido associativo e empresarial - Criação de um núcleo específico no Polo de AAV da IERA • Aposta na diversificação de parcerias entre as instituições de educação e ensino, instituições formadoras e empresas - Apadrinhamento de alunos e estagiários pelas empresas - Diversificação de protocolos de integração pós-estágio - Participação dos jovens em feiras de emprego - Visita das empresas às escolas	• CMAAV • CME • Escolas • IPSS • Polo de AAV da IERA • SEMA • CEFP/IEFP • Centro Qualifica • Empresas locais • Universidades e Politécnicos

			• CIRA
	METAS • Apadrinhar pelo menos 10 alunos/estagiários pelas empresas locais por ano letivo • Aumentar o n.º de protocolos de integração pós-estágio estabelecidos entre as escolas e as empresas locais • Realizar pelo menos 1 evento anual que aproxime os jovens das empresas		
3. COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	O.3 Desenho de uma estratégia municipal inovadora e concertada para a criação de emprego cada vez mais qualificado: O.3.1 Contribuir para o incremento do emprego municipal O.3.2 Consolidar a imagem de AAV como um Município inovador O.3.3 Atrair e fixar capital humano qualificado O.3.4 Permitir aos alunos a experimentação de diferentes ofertas educativas e formativas	• Criação de uma agenda para o emprego e para as competências requeridas pelas entidades empregadoras - Divulgação de ofertas de emprego em tempo útil através do núcleo mediador e/ou da plataforma informática - Prestação de apoio jurídico na criação do próprio emprego • Implementação de um projeto integrado que promova a atração e a fixação de pessoas e investimentos - Aposta em projetos de desenvolvimento de produto que coloquem as escolas ao serviço da inovação nas empresas locais - Otimização dos apoios à I&D e à inovação para especialização do tecido produtivo - Incentivos à mobilidade de estudantes, estagiários e formandos para o Concelho	• CMAAV • Escolas • IPSS • Polo de AAV da IERA • SEMA • CEFPI/IEFP • Centro Qualifica • AJE Albergaria • Empresas locais • Universidades e Politécnicos • CIRA
	METAS • Aumentar o n.º de protocolos estabelecidos entre instituições locais e externas • Aumentar o n.º de ofertas de emprego qualificado • Realizar o intercâmbio de pelo menos 3 alunos por ano letivo no âmbito de projetos de escolas-piloto		

V.2 MONITORIZAÇÃO

O desenho do Plano de Ação apresentado constitui uma primeira fase de elaboração dos trabalhos, sendo crucial para a sua operacionalização um sistema que monitorize e acompanhe o processo de implementação das ações no terreno. Esta etapa é indispensável, dado que permitir avaliar os resultados decorrentes da aplicação das ações e perceber se estes atingiram ou não as metas previstas e, ainda, detetar eventuais falhas que permitam ajustar a ação.

O processo de monitorização exige recolha, sistematização e atualização de informação através de **indicadores de realização** e **de avaliação de resultados**, capazes de retratar o comportamento das diferentes variáveis e perceber, a médio-longo prazo, se os resultados pretendidos estão a ser alcançados. O acompanhamento contínuo do processo de implementação do Plano de Ação justifica-se pelo facto da realidade ser mutável e exigir um ajustamento constante a novos desafios e alteração de paradigmas. Apesar da complexidade de alguns desafios, algumas respostas poderão passar pela implementação de mecanismos simples e eficazes. O exercício que a seguir se apresenta pretende dar contributos na monitorização do Plano de Ação. A primeira fase do exercício assentou na seleção das principais dimensões e respetivas metas, isto é, aquelas que apesar de mais diretamente associadas a um eixo específico acabavam por ter impacto nos restantes. Numa segunda fase, estabeleceram-se as relações entre as metas escolhidas, as dimensões chave e cada um dos eixos estratégicos. Assim, o esquema que se segue é ilustrativo de dois tipos de relações:

- i) A relação das dimensões e das metas com os eixos estratégicos; e
- ii) A relação entre as dimensões e as metas agregadas.

A partir desta reflexão é perceptível que existem dimensões e metas dos diferentes eixos que se relacionam evidenciando uma maior articulação entre si.

A dimensão das *culturas de cidadania* tem uma importância acrescida dada a multiplicidade de relações que decorrem, em parte, da definição da plataforma digital enquanto meta estruturante. As expectativas que recaem sobre a construção da plataforma passam pelo seu desdobramento em diversas funcionalidades, nomeadamente a criação do fórum digital – onde todos os munícipes podem debater questões ligadas à Educação e lançar sugestões de melhoria. Pretende-se que este exercício participativo ajude a promover o encontro, o envolvimento e a concertação dos diferentes agentes no levantamento de necessidades educativas, estabelecendo a base para as propostas de intervenção a integrar no plano de ação.

Para além da recolha de contributos, a plataforma deverá permitir também a divulgação de informação, nomeadamente ao nível: i) das atividades que integram os planos de atividades anuais no âmbito da Educação, ii) dos protocolos estabelecidos com entidades formadoras e iii) dos estágios disponíveis para que futuros formandos se possam candidatar. Para além desta vertente, deve ainda manter atualizada a divulgação da oferta educativa e formativa do Concelho, apelando à formação contínua e à melhoria das qualificações da comunidade. Estas são as principais relações evidenciadas em torno das *culturas de participação*, porém existem outras relações subjacentes ao Eixo da Participação que devem ser destacadas, como o impacto da dimensão das *redes educativas* na definição das *ofertas educativas* e da *rede escolar*.

Todas as dimensões que fazem parte do eixo da participação exercem grande influência sobre a dimensão da *educação inclusiva*. O fortalecimento das relações de proximidade entre a comunidade e os organismos e entidades locais, através de processos participativos como os que foram já referidos, permitem a partilha de informação e a discussão a respeito das necessidades de instituições e famílias. Assim, com as medidas direcionadas para a mobilização dos agentes educativos locais (definidas no âmbito das *estruturas municipais*) pretende incentivar-se o desenvolvimento de respostas educativas concertadas (dimensão das *redes educativas*).

A *educação inclusiva* é, de facto, uma dimensão determinante, quer ao nível da promoção do sucesso escolar por salvaguardar o acompanhamento e apoio necessários ao processo de aprendizagem, quer da educação e formação de adultos pelo facto de contribuir para a diminuição do desemprego e o aumento da qualidade de vida da população do Concelho.

Os aspetos que subjazem às dimensões do Eixo da Qualificação, por um lado são essenciais na elaboração do diagnóstico educativo, por outro funcionam como elementos catalisadores ao desenvolvimento da criatividade e pensamento crítico e ao reforço e qualificação das relações entre a escola e o tecido associativo e empresarial (Eixo do Empreendedorismo).

Relativamente à dimensão da *criatividade* e do *pensamento crítico*, considera-se que esta pode ser estimulada a partir da realização de formações e *workshops* direcionados para essa temática. Já o reforço das relações entre as escolas e os tecidos associativo e empresarial deverá proporcionar o desenvolvimento de protocolos e de estágios, visando aumentar as hipóteses de integração de jovens e adultos no mercado de trabalho no âmbito do empreendedorismo.

O esquema seguinte é ilustrativo do conjunto de relações descritas e demonstra que as dimensões e metas de cada um dos eixos contribuem para a materialização de ações e para alcançar as metas definidas à priori.

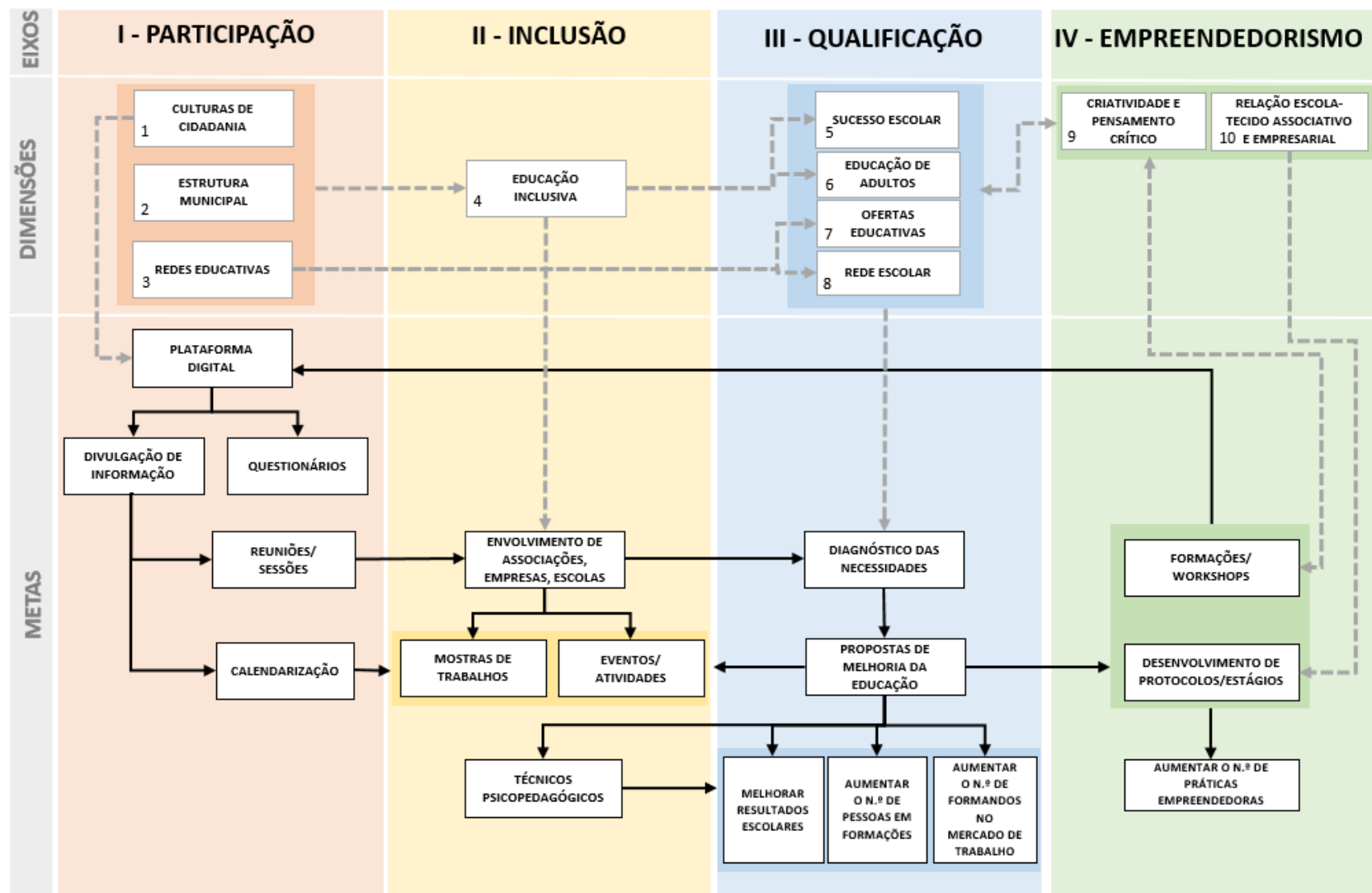


FIGURA 7: PISTAS PARA A MONITORIZAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DO PEEMAAV

Pretende-se que esta base auxilie e norteie o Município no processo de implementação do Plano de Ação. Consequentemente, o sucesso do PEEMAAV dependerá da iniciativa contínua e da capacidade de ajustamento por parte da CMAAV, visando: i) alcançar os objetivos estratégicos já definidos e ii) responder a novos desafios educativos que vão emergindo. Para garantir a avaliação contínua do Plano de Ação, o envolvimento e a corresponsabilização dos diversos agentes que participaram na construção do PEEMAAV são fundamentais – desde a autarquia, passando pelas Escolas, professores pais e encarregados de educação até entidades externas que de algum modo sejam determinantes para o processo.

Tal como definido no Plano de Ação, é essencial a construção de um **observatório de monitorização do estado da Educação do Concelho** (ver Eixo 1 – *Culturas de cidadania*). Esta estrutura deve ser responsável pela recolha, sistematização e divulgação da informação que permita fazer o retrato do Concelho e traduzir os resultados das atividades realizadas/implementadas. Posteriormente, devem ser criadas as condições para que seja feita uma análise contínua da informação, de maneira a perceber se os resultados pretendidos estão a ser alcançados. Como tal, a plataforma digital (já identificada como meta estruturante) deverá ser usada como meio para aplicar o sistema de monitorização – por exemplo, através da recolha e divulgação de dados sobre resultados escolares e taxas de abandono. A informação recolhida deve ser atualizada na plataforma e estar acessível a qualquer utilizador, permitindo uma leitura sobre a evolução dos indicadores.

A informação recolhida e sistematizada deve permitir a elaboração anual de **Relatórios de Monitorização**, devendo: i) fazer alusão às ações e metas já alcançadas; ii) apresentar sucintamente os resultados obtidos; iii) dar conta da evolução dos indicadores monitorizados e dos novos desafios que surgirem na realização/implementação das atividades; e iv) apresentar propostas de reformulação das ações quando necessário. Os relatórios devem ser publicados na plataforma com o objetivo de tornar a informação acessível a todos os cidadãos e de forma a que a comunidade possa acompanhar o processo de materialização do PEEMAAV.

Terminado o período de implementação do PEEMAAV (2017-2021), deve ser feito um **Relatório de Avaliação Final**, com base nos Relatórios de Monitorização produzidos anualmente, visando perceber se todos os objetivos e metas definidos à priori foram efetivamente alcançados.

V.3 GOVERNAÇÃO NO CONTEXTO DO PEEMAAV

As transformações ao nível da atuação do poder local têm contribuído para atenuar fronteiras entre organizações e aproximar diferentes agentes no processo de construção de políticas. E, cada vez mais, o estreitamento das relações internas e externas às próprias organizações tem acontecido numa lógica de governação em rede. Assim, também na **governação da Política Educativa Local** é visível a influência da multiplicidade de intervenientes a diferentes escalas.

No âmbito do quadro de relações estabelecido em torno da política educativa, importa referir a Carta das Cidades Educadoras a qual reúne um conjunto de princípios que vinculam os Municípios associados³⁵. A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE) é a organização que, a nível nacional, agrega os municípios portugueses membros da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE). Os princípios definidos na Carta pressupõem o fortalecimento das relações de cooperação entre os municípios membros, visando a partilha de ideias e o desenvolvimento de projetos e atividades conjuntas³⁶. Segundo esta abordagem, a Cidade deve ser vista como um agente educador, uma vez que fomenta a convivência e a aprendizagem entre os seus diferentes habitantes e utilizadores. O Município de Albergaria-a-Velha não é ainda membro da AICE, todavia terá todo o interesse em integrar a rede na medida em que esta surge como ferramenta importante na valorização dos diferentes elementos da comunidade, sublinhando o papel das crianças e dos jovens³⁷.

O modelo de governação do PEEMAAV pressupõe o envolvimento de uma **multiplicidade de agentes** que atuam de forma direta e indireta na área da Educação e que são determinantes para a construção, aplicação e monitorização das ações estratégicas definidas.

O **Município** intervém diretamente no processo de construção da política educativa local, assumindo um papel central neste contexto. Para além de receber orientações da Administração Central, tem responsabilidades ao nível i) da regulação da própria política educativa e ii) do reforço das relações de confiança e do envolvimento da comunidade educativa local no processo.

A **Escola** traduz um conceito relativamente abrangente, que não se esgota nos níveis de educação e ensino desenvolvidos em cada contexto educativo. Importa salientar a diversidade de intervenientes diretos no processo educativo, desde o conjunto de crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos, até aos profissionais docentes e não docentes.

³⁵ Fonte: enquadramento ao movimento da Cidade Educadora, consultado em: <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium38/11.pdf>, p.152.

³⁶ Fonte: propósito do movimento das Cidades Educadoras, consultado em: <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium38/11.pdf>, p. 152.

³⁷ Fonte: Associação Internacional das Cidades Educadoras, consultado em: <http://www.edcities.org/como-asociarse/>

As **crianças** e os **jovens** constituem-se como o foco essencial de grande parte das ações apresentadas no Plano de Ação. O seu futuro depende dos objetivos e das metas assumidas, no presente, como estruturantes. A estratégia desenhada neste PEEM considera essencial a articulação entre diferentes agentes, principalmente aqueles que no exercício das suas competências lidam diretamente com crianças e jovens. Assim, entende-se que, quer os **profissionais docentes**, quer os **profissionais não docentes**, podem ter uma enorme influência na sua formação pessoal e educativa, apesar de desempenharem diferentes papéis. Se a missão do professor se prende com o ato de lecionar e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem do aluno, incluindo a ponte com o encarregado de educação, o papel dos profissionais não docentes extravasa muitas vezes as suas tarefas formais. Apesar das funções diferenciadas, o trabalho colaborativo é essencial para uma atuação mais eficaz.

A **Família** deve ser a base de estímulo e suporte para a aprendizagem da criança e do jovem. O seu papel é preponderante no acompanhamento dos trabalhos de casa do educando, na realização de atividades com teor lúdico-pedagógico e até mesmo na simples convivência entre os diferentes elementos que compõem a família. A aprendizagem partilhada – entre avós e netos, pais e filhos, tios e sobrinhos – adquire neste contexto uma importância acrescida. Ainda que o educando não participe diariamente nos diálogos de família aprende observando o comportamento daqueles que lhe são próximos. Os Pais e Encarregados de Educação desempenham um papel crucial no desenvolvimento físico, intelectual e cívico dos mesmos³⁸.

Por último, importa referir a **Sociedade**. As crianças e os jovens interagem diariamente, de uma forma direta ou indireta, com pessoas que influenciam o seu desenvolvimento. O seu comportamento individual (no presente e no futuro) é reflexo das vivências em diferentes espaços e contextos, onde vivem experiências e desenvolvem competências que influenciarão os seus percursos de vida. Por esse motivo, sobretudo nas faixas etárias mais jovens, torna-se relevante atribuir importância aos comportamentos e valores, que acabarão por definir o seu padrão social.

Entre os diferentes elementos da comunidade educativa são estabelecidas diversas ligações, que não seguem necessariamente ou uma abordagem *top-down* ou *bottom-up*, mas antes uma lógica de governação onde são estabelecidas relações em múltiplos sentidos. Assim, os princípios orientadores mais abrangentes, definidos ao nível da Administração Central, têm repercussões à escala local e vice-versa.

³⁸ Fonte: Responsabilidades dos pais ou Encarregados de Educação no artigo 43.º da Lei n.º 51/2012, de 05 de setembro retificada pelo n.º 46/2012, de 17 de setembro.

Para facilitar o processo de descentralização de competências na Educação, a comunicação entre os diferentes níveis administrativos deve ser clara e mediada por um conjunto organismos e entidades com competências específicas, das quais se destacam as seguintes:

FUNÇÕES DOS ORGANISMOS E ENTIDADES	
Organismos/Entidades	Funções
Ministério da Educação (ME)	• Deve formular, conduzir, executar e avaliar a política nacional relativa ao sistema educativo e articular as políticas nacionais de educação e de formação profissional³⁹
Conselho Nacional de Educação (CNE)	• Órgão consultivo independente • Função consultiva na área da Educação • Deve fomentar o envolvimento entre os diferentes agentes (científicos, sociais, culturais e económicos) procurando reunir consensos entre as diferentes partes no que diz respeito à política educativa⁴⁰
Conselho das Escolas	• Órgão consultivo • Deve representar os estabelecimentos de educação no âmbito da definição de políticas para a educação pré-escolar, ensinos básico e secundário⁴¹
Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE)	• Deve garantir a concretização das políticas de gestão e de desenvolvimento dos recursos humanos, das escolas públicas, com competências na área da educação⁴²
Direção-Geral do Ensino Superior (DGES)	• Serviço central • Deve assegurar a conceção, execução e coordenação das políticas ao nível do Ensino Superior⁴³
Conselho Coordenador do Ensino Superior	• Órgão consultivo no âmbito do Ensino Superior • Define políticas ao nível do Ensino Superior⁴⁴
Direção-Geral da Educação (DGE)	• Serviço central da administração direta do Estado, com autonomia administrativa • Deve executar e prestar apoio técnico à formulação de políticas no âmbito da componente pedagógica e didática da educação pré-escolar, ensinos básico e secundário e educação extraescolar⁴⁵
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)	• Serviço central de administração direta do Estado, com autonomia administrativa • Deve implementar medidas a nível regional, acompanhar os estabelecimentos escolares e fazer a coordenação dos agentes educativos locais e regionais⁴⁶ • Integra cinco unidades – as Direções de Serviços Regionais do Norte, do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve⁴⁷
Direções de Serviços Regionais (DSR)	• Fazem parte da DGEstE • Devem coordenar os estabelecimentos de educação e ensino considerando a educação especial, o insucesso escolar, o desporto escolar e a rede escolar⁴⁸
Direção de Serviços de Segurança Escolar (DSSE)	• Compreende competências no âmbito da aplicação de medidas preventivas e de intervenção (e.g. combate à insegurança e violência no contexto escolar) e da monitorização de situações mais gravosas⁴⁹
Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)	• Serviço central da administração direta do estado, com autonomia administrativa

³⁹ Fonte: Competências do Ministério da Educação – Decreto-Lei n.º 251-A/2015, n.º 1 do art.º 21, consultado em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/72909765/details/maximized>

⁴⁰ Fonte: CNE, consultado em: <http://www.cnedu.pt/pt/apresentacao/missao>.

⁴¹ Fonte: Competências do Conselho das Escolas artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro

⁴² Fonte: DGAE, consultado em: <http://www.dgae.mec.pt/web/guest/institucional>.

⁴³ Fonte: DGES, consultado em: <http://www.dges.gov.pt/pt/content/dges-pt>.

⁴⁴ Fonte: Decreto Regulamentar n.º 15/2009 de 31 de agosto, artigo 1.º, número 2.

⁴⁵ Fonte: DGE, consultado em: <http://www.dge.mec.pt/missao-e-atribuicoes>.

⁴⁶ Fonte: DGEstE, consultado em: <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/institucional/a-dgeste/>.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ Fonte: DSR, consultado em: <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/institucional/competencias-das-dsr/>.

⁴⁹ Fonte: DSSE, consultado em: <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/institucional/competencias-da-dsse/>.

	• Deve produzir e analisar informação estatística na área da educação, prestar apoio técnico para a construção das políticas educativas e avaliar e monitorizar os seus resultados⁵⁰
Inspecção-Geral da Educação e Ciência (IGEC)	• Exerce atividade no âmbito da educação pré-escolar e escolar, modalidades especiais de educação e educação extraescolar • Compete ao IGEC fazer o acompanhamento, controlo, auditar e avaliar as atividades desenvolvidas ao nível da educação pré-escolar, escolar e extraescolar no sentido técnico-pedagógico, com vista a melhorar o sistema educativo, e administrativo-financeiro • Inspeccionar e auditar os estabelecimentos de ensino superior⁵¹
Instituto de Avaliação Educativa (IAVE)	• Integra a administração indireta do Estado, com autonomia administrativa • Deve planear, conceber e validar instrumentos de avaliação externa para avaliar os conhecimentos e capacidades dos alunos do ensino básico e secundário • Deve tratar e divulgar informação de apoio ao processo de tomada de decisão • Compete-lhe ainda produzir as provas que irão avaliar os conhecimentos e as capacidades dos alunos (provas de aferição e exames nacionais)⁵²
Instituto de Gestão Financeira, I.P. (IGeFE, IP.)	• Deve programar, gerir financeiramente e de forma estratégica a Educação⁵³
Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP)	• Instituto público integrado na administração indireta do estado, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica • Deve fazer a coordenação e a execução das políticas de educação e formação profissional tanto dos jovens como dos adultos • Deve desenvolver e gerir um sistema de reconhecimento e de validação e certificação de competências⁵⁴
Instituto do Emprego e Formação profissional (IEFP)	• Serviço público de emprego nacional • Deve fomentar a criação e a qualidade do emprego e ainda o combate ao desemprego por força de políticas ativas de emprego como a promoção da formação profissional⁵⁵

Apesar dos papéis desempenhados pelos diferentes intervenientes serem importantes, o Município ocupa uma posição central na mobilização ativa de todos eles. Com a importância que aqui é reconhecida, em muito ligada às suas competências no âmbito da Educação, a definição de mecanismos para identificar as necessidades e expectativas dos diferentes elementos da comunidade educativa, pode ser outro dos focos de atuação do Município.

O processo de construção do PEEMAAV traduz um exemplo de sucesso através do qual foi possível fazer chegar até ao Município as vontades e os anseios da comunidade educativa. Todos os intervenientes neste processo tiveram um papel fundamental no desenho das medidas a implementar no âmbito do plano.

⁵⁰ Fonte: DGEEC, consultado em: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/dgeec/>.

⁵¹ Fonte: IGEC, consultado em: http://www.ige.min-edu.pt/content_01.asp?BtreeID=03/01&auxID=menu

⁵² Fonte: IAVE, consultado em: http://iave.pt/np4/file/224/Miss_o.pdf

⁵³ Fonte: IGeFE, consultado em: http://www.igefe.mec.pt/conteudo.aspx?ID_Pagina=10

⁵⁴ Fonte: ANQEP, consultado em: <http://www.anqep.gov.pt/default.aspx>

⁵⁵ Fonte: IEFP, consultado em: <https://www.iefp.pt/instituicao>

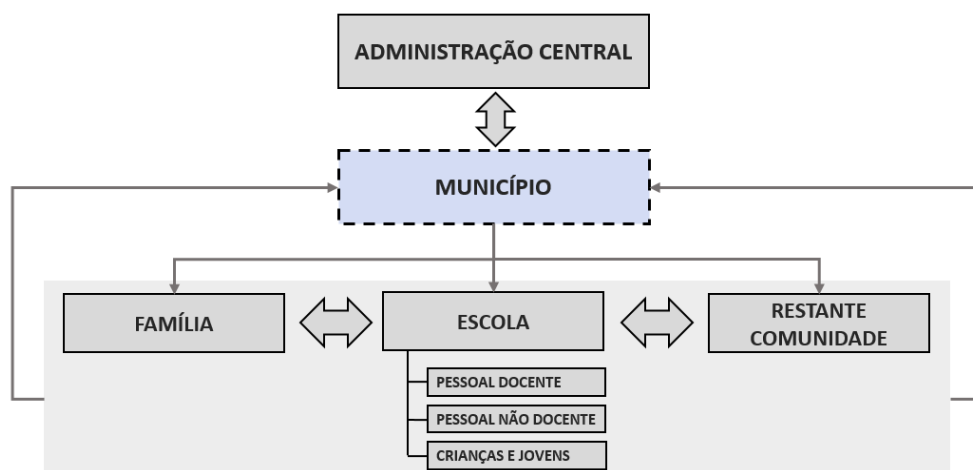


FIGURA 8: BASE DE RELAÇÕES DA POLÍTICA EDUCATIVA LOCAL

De forma a compreender o modelo teórico que evidencia a base de relações no âmbito da política educativa, procurou estabelecer-se uma relação entre: a) as dimensões estruturantes que integram a figura 7 e b) os intervenientes identificados no Plano de Ação, salientando aqueles que devem ter um papel mais dinâmico na realização/implementação das atividades.

Com a aplicação deste exercício percebeu-se que alguns organismos/entidades pertencentes à Administração Central são intervenientes fundamentais na materialização do PEEMAAV, nomeadamente o ME e a DGEstE para a definição da *rede escolar (dimensão 8)*.

As administrações Central e Local são mediadas por um conjunto de relações intermédias (âmbito regional e intermunicipal), destacando-se no contexto do PEEMAAV as relações de cooperação e colaboração com alguns concelhos limítrofes (como Águeda e Aveiro). Por este motivo, foram descritos os intervenientes que melhor se enquadram (como a CIRA, o CEFPIEFP e a SEMA).

No âmbito da Administração Local importa realçar que o Município de Albergaria-a-Velha desempenha um papel determinante em todas as dimensões identificadas como estruturantes. A CMAAV figura, portanto, um dos agentes centrais na definição da política educativa local.

Também a Escola é uma das partes fundamentais a integrar o modelo de governação do PEEMAAV, visto que a ação de todos estabelecimentos que integram a rede educativa do Concelho tem impacto sobre as dimensões identificadas. Esta ideia pode ser facilmente compreendida dado o foco do PEEM enquanto instrumento que congrega um conjunto de estratégias direcionadas para a Educação, nomeadamente para a população em idade escolar.

Ao nível da Família, deve enfatizar-se o papel das Associações de Pais cujo envolvimento se considera fundamental para as dimensões: i) das *culturas de cidadania (1)*, uma vez que podem fornecer contributos através da plataforma digital para o diagnóstico de necessidades; ii) da *educação inclusiva (4)*, pelo facto do seu envolvimento ser determinante na realização de eventos

e mostras de trabalhos que visem a inclusão social das famílias com dificuldades financeiras e/ou disfuncionais; e iii) definição das *ofertas educativas* (7), dada a proximidade e conhecimento dos interesses e das necessidades das crianças e dos jovens do Concelho.

No grupo da Comunidade Alargada encontram-se diferentes intervenientes, tal como os centros de I&D e os agentes e entidades do tecido associativo e empresarial. Estes intervenientes devem articular-se com outras entidades (como as Escolas), de maneira a facilitar a comunicação entre si, desenvolver novos protocolos e reforçar as relações identificadas.

PISTAS PARA A GOVERNAÇÃO NO ÂMBITO DO PEEMAAV		
Âmbito e focos de intervenção	Intervenção	Dimensões estruturantes
Administração Central	• ME • DGEstE	• Dimensão 8 • Dimensão 8
Administração Regional e/ou Intermunicipal	• CIRA • CEFPI/IEFP • SEMA • CRI da CERCIA • CFAECAAV • Centro Qualifica	• Dimensões 2, 3, 5 e 10 • Dimensões 6, 7, 9 e 10 • Dimensões 6, 9 e 10 • Dimensões 4, 5 e 6 • Dimensões 5 e 6 • Dimensões 6, 7, 9 e 10
Administração Local – Município	• CMAAV • ANMP • JF • CME • CLAS • GIP • AM	• Todas as dimensões • Dimensão 8 • Dimensões 1 e 6 • Dimensões 2, 3, 7, 8 e 10 • Dimensões 2 e 3 • Dimensões 6 e 7 • Dimensão 8
Escola	• Escolas/IPSS • JOBRA • SPO • GAA • Unidades de Apoio Especializado	• Todas as dimensões • Todas as dimensões, foco na 7 • Dimensões 4 e 7 • Dimensões 4 e 5 • Dimensão 4
Família	• Assoc. de Pais	• Dimensões 1, 4 e 7
Comunidade Alargada	• Centros de I&D • Assoc. Empresariais • Assoc. Culturais • Assoc. p/Empreendedorismo • Empresas locais • Incubadoras de empresas	• Dimensões 6 e 10 • Dimensão 4 • Dimensões 4 e 7 • Dimensão 9 • Dimensões 9 e 10 • Dimensões 6, 7, 9 e 10

FIGURA 9: PISTAS PARA A GOVERNAÇÃO NO ÂMBITO DO PEEMAAV

ANEXOS



VI ANEXOS

VI.1 ANEXO I: PEEM – PRINCÍPIOS ORIENTADORES

O **Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM)** é a designação mais recente, imposta em 2015 pelo novo quadro de delegação de competências no âmbito do “Programa Aproximar” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013, de 19 de março e Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro), para o documento orientador dos Municípios no campo das políticas educativas locais. Na linha do que antes se designava ‘projeto educativo local/municipal’,

Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM) constitui, na nossa perspetiva, um documento de planeamento estratégico da ação educativa no território, pensado para o médio prazo e construído de forma participada através do envolvimento das instituições e dos atores educativos locais, articulando as várias áreas de desenvolvimento local numa visão integrada e partilhada da Educação para o Concelho.

Assim, a construção e o desenvolvimento de um PEEM pressupõem, na nossa ótica, a adesão ao seguinte conjunto de princípios:

-
- ✓ **Participação cidadã:** o desenvolvimento e o aprofundamento do PEEM dependerão do nível de participação ativa e esclarecida de todos os implicados. Pretende-se que a participação não se circunscreva aos mais diretamente vinculados à educação formal e possa estender-se a todos os cidadãos sem exceções, valorizando as visões prospetivas para uma das principais áreas de desenvolvimento estratégico, a Educação;
 - ✓ **Mobilização e implicação:** este trabalho de construção do PEEM deve procurar os meios e as estratégias para ser mobilizador dos membros da comunidade educativa. Despertar o interesse em dar o seu contributo, acompanhar as diferentes fases do processo e analisar as propostas têm de ser atitudes e comportamentos de todos os interessados. Torna-se necessário desencadear processos considerados mobilizadores e adequados à construção do PEEM nas suas várias dimensões;
 - ✓ **Sustentabilidade:** o PEEM deverá assentar num diagnóstico rigoroso da situação educativa do concelho, identificando pontos fortes e fracos, oportunidades e constrangimentos, áreas de intervenção prioritárias, estratégias de desenvolvimento, parcerias. Contudo, a eficácia de um mecanismo deste tipo exige a avaliação sustentada das opções a tomar e seus impactos tendo em conta a existência de recursos que permitam a sua viabilidade efetiva;
 - ✓ **Transversalidade e integração:** o PEEM tem que evitar cair numa leitura sectária e balcanizada da ação educativa local, procurando articular os diversos setores que contribuem para a qualificação educativa dos cidadãos numa ação sinérgica. Esta perspetiva de abrangência e de transversalidade do projeto tem como grande desafio a construção integrada e coerente de uma proposta da ação educativa concelhia;
 - ✓ **Prospetiva e inovação:** o PEEM é um documento ao serviço do planeamento da ação local/municipal em matéria de educação e, nesse sentido, deve constituir-se como um documento operatório na identificação precisa das linhas, estratégias e metas de atuação. Porém, a dimensão de projeto alavanca a vertente da planificação com a inclusão da ação inovadora, criadora e de mudança que os desafios da sociedade contemporânea exigem;
 - ✓ **Autonomia institucional:** as organizações são construções sociais dotadas de um sentido que a ação continuada dos agentes vai revelando, destacando-se por perseguirem objetivos concretos, sendo para isso necessário alocar os recursos adequados. Estando sujeitas a diferentes níveis de regulação, seja esta nacional, regional ou local, deve ser-lhes reconhecida uma adequada autonomia institucional, nomeadamente no caso das organizações escolares onde se revela essencial a autonomia nos domínios pedagógico, administrativo, financeiro e cultural;
-

✓ **Liderança:** a ação político-organizacional exige a presença e a adesão de lideranças que envolvam e mobilizem os atores na consecução dos objetivos pretendidos. Também a eficácia do PEEM, em particular tendo em conta um processo que aposta na mudança de políticas, processos e práticas, deve ter em conta a identificação das lideranças de topo e intermédias que corporizem os desafios em presença e sejam capazes de potenciar ambientes de corresponsabilização;

✓ **Monitorização:** um dos desafios da construção do PEEM estará na definição de mecanismos de monitorização que permitam aos decisores (políticos e educativos) ter a cada momento uma visão integrada do desenvolvimento e dos resultados conseguidos na área da Educação. Este processo deverá garantir a indicação de mecanismos de autorregulação que proporcionem e fundamentem correções de percurso e melhorias ao longo do desenvolvimento do PEEM;

✓ **Inacabamento:** um projeto, por melhor que seja, nunca será final e, menos ainda, perfeito. Assumir que há um esforço coletivo de constante melhoria e aperfeiçoamento do PEEM exige a criação de condições para que todos possam contribuir responsavelmente ao longo do processo de acordo com as suas perspetivas.

© Jorge Adelino Costa, António Neto Mendes, Rui Neves, Rui Marques Vieira e José Oliveira
Universidade de Aveiro

VI.2 ANEXO II: LISTAGEM DE REUNIÕES/ENTREVISTAS REALIZADAS

CALENDÁRIO	REUNIÕES/PARTICIPANTES	TÉCNICAS/ INSTRUMENTOS	COORDENAÇÃO	PROPÓSITOS
MARÇO DE 2016	CM AAV Equipa UA	Análise documental	Equipa UA	Definir linhas de trabalho Calendarizar tarefas Identificar atores sociais Validar processo de audição
MARÇO DE 2016	Conselho Municipal de Educação	Reunião Plenária	Equipa UA	Definir linhas de trabalho Calendarizar tarefas
8 DE JUNHO	Entrevistas Presidente/Vereadora	Entrevista individual	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
30 DE JUNHO	Entrevista Direção AEAAV, AEB, Colégio de Albergaria e Jobra	<i>Focus Group</i> , Audiogravação e Registos	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
30 DE JUNHO	Entrevista com Técnicos Superiores de Educação da CMAAV	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
30 DE JUNHO	Entrevista Comissão Educação AM	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
21 DE JULHO	Entrevista com as Associações de Pais	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
22 DE JULHO	Entrevista com direções de IPSS	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
21 DE JULHO	Entrevista com representantes de coletividades culturais	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
21 DE JULHO	Entrevista com representantes de coletividades desportivas	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
10 DE OUTUBRO	Entrevista com Presidentes de Juntas de Freguesia	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
10 DE OUTUBRO	Entrevista com professores	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
10 DE OUTUBRO	Entrevista com CPCJ e IEFP	<i>Focus Group</i>	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
10 DE OUTUBRO	Entrevista com Associação de jovens (AJEAV)	Entrevista individual	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
10 DE OUTUBRO	Entrevista com Associação de Empresas	Entrevista individual	Equipa UA	Audição no âmbito do PEEMAAV
16 DE NOVEMBRO	Reunião com o Presidente da Câmara e com a Vereadora e Chefe de Divisão: (Ponto de situação dos trabalhos)	Análise documental	Equipa UA	Análise do Diagnóstico Estratégico e da Análise SWOT
23 DE NOVEMBRO	Workshop com representantes dos parceiros do Município (Escolas, IPSS, Associações; Professores, pais, jovens, pessoal não docente)	+ de 60 pessoas	Equipa UA	Apresentação de linhas do PEEMAAV Recolha de opiniões sobre a análise SWOT Aferição do definido

23 DE MARÇO	Reunião com a Vereadora	Análise documental	Equipa UA	Ponto de situação dos trabalhos e agendamento de ações futuras
7 DE ABRIL	Reunião com o Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadora		Equipa UA CMAAV	Ponto de situação dos trabalhos e ações futuras; Apresentação da primeira versão do Plano de Ação do PEEMAAV (eixos estratégicos)
10 DE ABRIL	Entrevistas – São João de Loure: • Diretor do AEAAV e Coordenadora de Estabelecimento da EB 1, 2 e 3 de S. João Loure; • Assessor da Coordenação de Estabelecimento • 2 Professores (1 de 1.º CEB e outro do 2.º CEB) • 2 alunos da EB 1, 2 e 3 de S. João Loure (1 do 1º CEB e outro do 3.º CEB); • 1 Representante dos pais/EE; • 2 assistentes operacionais da EB 1, 2 e 3 de S. João Loure	Entrevistas Individuais e <i>Focus Group</i>	Equipa UA	Auscultação da realidade educativa de São João de Loure e Frossos
27 DE ABRIL	Workshop		Equipa UA	Apresentação da proposta do Plano de Ação Trabalho reflexivo sobre os eixos, dimensões, ações, indicadores e intervenientes Apresentação e discussão de ideias ≈ 30 pessoas
11 DE MAIO	Sessão com os partidos políticos		Equipa UA	Apresentação do Plano de Ação Recolha de contributos

VI.3 ANEXO III: ORIENTAÇÕES SUPRALOCAIS – COMPLEMENTOS

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO 2010-2020⁵⁶

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- a) Tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade
- b) Melhorar a qualidade e a eficácia da educação e da formação
- c) Promover a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa
- d) Incentivar a criatividade e a inovação, incluindo o espírito empreendedor, a todos os níveis da educação e da formação

CRITÉRIOS DE REFERÊNCIA EUROPEUS

- Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida
- Aproveitamento insuficiente nas competências básicas
- Conclusão do ensino superior
- Abandono precoce da educação da formação
- Ensino pré-escolar
- Mobilidade
- Empregabilidade
- Aprendizagem de línguas

METAS A ALCANÇAR ATÉ 2020

1. Uma média de pelo menos 15% de adultos deverá participar na aprendizagem ao longo da vida
2. A percentagem de alunos de 15 anos com fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciências deverá ser inferior a 15%
3. A percentagem de adultos de 30-34 anos com nível de ensino superior deverá ser de pelo menos 40%
4. A percentagem de alunos que abandonam o ensino e a formação deverá ser inferior a 10%
5. Pelo menos 95% das crianças entre 4 anos e a idade de início do ensino primário obrigatório deverão participar no ensino pré-escolar

RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO EUROPEU A PORTUGAL, 2014⁵⁷

MEDIDAS IMPLEMENTADAS COM SUCESSO

- Combate ao abandono escolar
- Aumento da taxa de sucesso escolar no ensino superior
- Adaptação das competências ao mercado de trabalho

MEDIDAS A MELHORAR

- Qualidade e capacidade de atração do ensino e formação profissional
- Implementação de serviços de consultoria e orientação profissional para estudantes e reforço das ligações com o setor empresarial
- Melhoria da qualidade do sistema de ensino com vista à redução do abandono escolar

FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO EUROPEUS (FEIE)⁵⁸

FUNDOS DA POLÍTICA DE COESÃO

1. Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (**FEDER**)
2. Fundo Social Europeu (**FSE**)
3. Fundo de Coesão (**FC**)

FEADER & FEAMP

4. Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (**FEADER**)
5. Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (**FEAMP**)

⁵⁶ Fonte: Conclusões do Conselho de 12 de maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação («EF 2020») (2009/C 119/02), site: [http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG0528\(01\)&from=EN](http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/PDF/?uri=CELEX:52009XG0528(01)&from=EN).

⁵⁷ Fonte: Recomendações do Conselho Europeu a Portugal, 2014, site da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES): <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/Estrat%C3%A9gia+Europa+2020>.

⁵⁸ Fonte: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, site da Comissão Europeia: http://ec.europa.eu/contracts_grants/funds_pt.htm.

PROGRAMAS OPERACIONAIS DO PORTUGAL 2020 ⁵⁹
TEMÁTICOS
- Competitividade e Internacionalização (FEDER/FSE & FC) - Inclusão Social e Emprego (FSE) - Capital Humano (FSE) - Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (FC)
REGIONAIS DO CONTINENTE (Fundos da Política de Coesão)
- Norte, Centro e Alentejo - Lisboa - Algarve
REGIONAIS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS (Fundos da Política de Coesão)
- Açores - Madeira
DESENVOLVIMENTO RURAL (FEADER)
Continente, Açores e Madeira
ASSOCIAÇÃO MARÍTIMA E DAS PESCAS (FEAMP)
Portugal

PROGRAMA OPERACIONAL DO CAPITAL HUMANO (POCH) ⁶⁰
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
- Contribuir para a redução da taxa de abandono escolar precoce em 10% até 2020 (18,9% em 2013) - Contribuir para aumentar para 40% a população entre 30-34 anos com o ensino superior ou equiparado até 2020 (30% em 2013) - Promover a melhoria das qualificações da população adulta - Contribuir para aumentar a empregabilidade dos jovens e adultos diplomados - Promover a elevação dos níveis de qualidade no sistema de educação e de formação
EIXO 1
Ações previstas
- Cursos vocacionais de nível básico e secundário - Outros cursos de nível básico (ex. ensino artístico) - Cursos profissionais de nível secundário - Apoios específicos de ação social escolar (manuais escolares) - Qualificação da intervenção precoce na infância e na educação especial
Metas de resultado 2023
80% de diplomados nas ofertas formativas dirigidas à promoção do sucesso educativo de nível básico (ISCED 2) 95% de alunos transitados para o ano de escolaridade seguinte nos cursos vocacionais de nível básico (ISCED 2) 70% de diplomados nos cursos de dupla certificação de nível secundário (ISCED 3)
EIXO 2
Ações previstas
- Apoios a estudantes do ensino superior, nomeadamente através de bolsas de ensino superior e bolsas de mérito - Cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) - Programas de doutoramento e bolsas de pós-doutoramento - Programas de formação pedagógica de docentes do ensino superior
Metas de resultado 2023
88% dos estudantes apoiados pela ação social no ensino superior concluirão o grau de ensino 68% dos estudantes certificados nos cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) 75% dos doutoramentos concluídos

⁵⁹ Fonte: Objetivos, desafios e Operacionalização, AD&C, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. e Objetivos Temáticos e Prioridades de Investimento por Programa Operacional, site do Portugal 2020: <http://www.pt2020.pt/>.

⁶⁰ Fonte: Versão síntese do Programa Operacional do Capital Humano (POCH), consultado em: https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/tr%C3%ADptico_POCH.pdf.

EIXO 3
Ações previstas
- Centros para a qualificação e o ensino profissional (CQEP) e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) - Cursos de aprendizagem - Cursos de ensino recorrente - Cursos de educação e formação de adultos (EFA)
Metas de resultado 2023
60% dos adultos certificados em cursos de formação com certificação escolar e/ou profissional 61% de diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível secundário (ISCED 3)
EIXO 4
Ações previstas
- Intervenções dirigidas à melhoria da qualidade e da eficiência do sistema de educação/formação de jovens com vista à promoção do sucesso escolar - Formação contínua de professores, de gestores escolares, de formadores e outros agentes de formação - Promoção da autonomia das escolas - Desenvolvimento dos serviços de psicologia e orientação (SPO) - Ações de inovação social para experimentação e teste de novas respostas na área educativa - Promoção da qualidade da gestão e de apoio à inovação e à cooperação transnacional
Metas de resultado 2023
50% dos docentes apoiados concluirão a formação contínua em didáticas específicas 1.140 alunos por psicólogo ou técnico de orientação

EIXOS DE ATUAÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PNI-GJ⁶¹

1.	Informação e gestão do plano
2.	Sistema integrado de informação e orientação para a qualificação e o emprego
3.	Educação e formação
4.	Estágios e emprego
5.	Parcerias e redes
6.	Coordenação e acompanhamento

PROGRAMA NACIONAL DE REFORMAS, 2016⁶²

DESAFIOS ESTRATÉGICOS
Desafio da produtividade e competitividade
- Qualificação dos portugueses (Pilar do PNR) - Promover a inovação na economia portuguesa (Pilar do PNR) - Valorização do território e modernização do estado (Pilar do PNR)
Desafio do endividamento da economia
- Capitalização das empresas (Pilar do PNR) - Programa de Estabilidade 2016-2020 (PEC)
Desafio do reforço da coesão social e igualdade social
Reforço da coesão e da igualdade social (Pilar do PNR)
QUALIFICAÇÃO DOS PORTUGUESES – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
- Redução do insucesso e abandono escolares - Formação e ativação dos jovens afastados da qualificação e emprego - Autonomia institucional do ensino superior, com ciência aberta e melhores níveis de qualificação superior da população - Qualificação de adultos - Inovação do sistema educativo

⁶¹ Fonte: Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013, PNI-GJ, consultado em:

<https://www.garantiajovem.pt/documents/10180/12242/DocOQueGJ/19494a08-a709-4c10-a9df-b67788ed56e9>.

⁶² Fonte: Mais Crescimento, Melhor Emprego, Mais Igualdade – Programa Nacional de Reformas, 2016, consultado em: <http://www.portugal.gov.pt/media/22615395/20160421-pm-pnr2016.pdf>.

PROGRAMA NACIONAL DE POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT) ⁶³	
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
a)	Conservar e valorizar a biodiversidade, os recursos e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar, de modo sustentável, os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos
b)	Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global
c)	Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais
d)	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social
e)	Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e Administração Pública
f)	Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a responsabilidade partilhada e a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições
CRER 2020 – COMPETITIVIDADE, RESPONSÁVEL, ESTRUTURANTE E RESILIENTE ⁶⁴	
EIXOS DE ATUAÇÃO	
1.	Promover a internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado
1.1.	Competitividade e Internacionalização do Tecido Empresarial
1.2.	Investigação & Desenvolvimento, Inovação e Empreendedorismo
1.3.	Especialização Inteligente
2.	Reforçar o potencial humano e a capacitação institucional das entidades regionais
2.1.	Educação
2.2.	Transição para o Mercado de Trabalho
2.3.	Aprendizagem ao Longo da Vida
2.4.	Captação de Talentos
2.5.	Desenvolvimento de Cidadãos Plenos e Saudáveis
2.6.	Demografia e Política de Família
2.7.	Capacitação Institucional
3.	Fortalecer a coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos
3.1.	Coesão Social
3.2.	Coesão Territorial
4.	Consolidar a atratividade e a qualidade de vida nos territórios
4.1.	Rede Urbana e Qualificação das Cidades
4.2.	Acessibilidades, Logística e Mobilidade à Escala Regional
4.3.	Outras Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Competitividade
4.4.	Cultura e Conservação do Património
5.	Afirmar a sustentabilidade dos recursos e a descarbonização
5.1.	Ciclo da Água e Gestão dos Resíduos
5.2.	Proteção do Ambiente, Gestão dos Recursos Naturais e Prevenção de Riscos
5.3.	Promoção das Energias Renováveis e da Eficiência Energética
RIS3 DO CENTRO DE PORTUGAL ⁶⁵	
DOMÍNIOS DIFERENCIADORES TEMÁTICOS	
• Materiais	• Floresta
• Saúde	• Agricultura
• Biotecnologia	• Mar
• TICE	• Turismo
DOMÍNIOS DIFERENCIADORES TRANSVERSAIS	
• Produtividade industrial sustentável	
• Eficiência energética	
• Inovação rural	

⁶³ Fonte: Resolução do Conselho de Ministro n.º 44/2016, consultado em site: <http://www.apgeo.pt/resolucao-do-conselho-de-ministros-no-442016-programa-nacional-da-politica-de-ordenamento-do>.

⁶⁴ Fonte: CRER 2020 – Centro de Portugal, Plano de Ação Regional, 2013, p. 6.

⁶⁵ Fonte: RIS3 do Centro – Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, 2014, p. 46.

POR DO CENTRO DE PORTUGAL⁶⁶

EIXOS ESTRATÉGICOS

1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)
2. Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)
3. Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)
4. Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)
5. Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)
6. Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)
7. Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)
8. Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)
9. Reforçar a rede urbana (CIDADES)
10. Assistência técnica

EIXOS DE INTERVENÇÃO E METAS ESTRATÉGICAS DO PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDT⁶⁷

1. **Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo**
 - a) Valorizar uma economia regional assente na criação de emprego qualificado
 - b) Valorizar o conhecimento e a inovação – posicionar a Região de Aveiro como região Inovadora
 - c) Desenvolver, otimizar e manter infraestruturas de suporte às necessidades atuais e futuras do tecido económico
 - d) Apoiar e qualificar os setores de referência na Região
2. **Proteger e valorizar os recursos naturais da Região**
 - a) Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis
 - b) Proteger e preservar os recursos naturais
 - c) Valorizar os recursos naturais
 - d) Demonstrar liderança nacional na gestão de recursos e na eficiência energética
3. **Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva**
 - a) Promover políticas públicas adequadas aos novos desafios demográficos
 - b) Apostar na qualificação das comunidades
 - c) Promover comunidades saudáveis e coesas
 - d) Promover respostas sociais com base na Inovação Social
4. **Apostar no território como identidade, recursos e marca diferenciadora**
 - a) Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
 - b) Encorajar o desenvolvimento do setor turístico e valorizar o património construído, imaterial e natural
 - c) Encorajar o desenvolvimento do sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional
 - d) Promover a Região de Aveiro, nacional e internacionalmente
5. **Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos**
 - a) Criar condições para constituir a região como Smart Region
 - b) Reforçar e qualificar a cooperação intermunicipal
 - c) Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
 - d) Garantir mecanismos de apoio à decisão e implementação de estratégias regionais

⁶⁶ Fonte: Programa Operacional Regional do Centro 2014-2020, consultado em:

<https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20Operacionais/BROCHURAS%20PO/BrochuraCentro2020.pdf>.

⁶⁷ Fonte: Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (2014), “Quadro Comum de Investimentos da Região de Aveiro 2014-2020 – Plano de Ação para o Desenvolvimento da EDT”, Universidade de Aveiro, p. 5.